

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TATIANA MORTOSA FARIA SILVA

**REVISTA *RECREIO* (1969-1982): LEITURAS INFANTIS SOBRE
PRINCESAS, VOVÓS E SACIS**

UBERLÂNDIA- MG

2024

TATIANA MORTOSA FARIA SILVA

**REVISTA *RECREIO* (1969-1982): LEITURAS INFANTIS SOBRE
PRINCESAS, VOVÓS E SACIS**

Texto de defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: História e Historiografia da Educação.

Orientadora: Raquel Discini de Campos.

UBERLÂNIDA- MG

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586 2024	Silva, Tatiana Mortosa Faria, 1983- REVISTA RECREIO (1969-1982): LEITURAS INFANTIS SOBRE PRINCESAS, VOVÓS E SACIS [recurso eletrônico] / Tatiana Mortosa Faria Silva. - 2024. Orientadora: Raquel Discini de Campos. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Educação. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.183 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações. 1. Educação. I. Campos, Raquel Discini de, 1975-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós- graduação em Educação. III. Título. CDU: 37
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 09/2024/869, PPGED				
Data:	Vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	14:00h	Hora de encerramento:	15:40
Matrícula do Discente:	12212EDU045				
Nome do Discente:	TATIANA MORTOSA FARIA SILVA				
Título do Trabalho:	"Revista Recreio (1969-1982): leituras infantis sobre princesas e sacis."				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"REVISTAS INFANTIS NO EIXO BRASIL-FRANÇA: (1905-1930): IMAGENS EDUCACIONAIS EM CONFRONTO"				

Reuniu-se, através da sala virtual RNP (<https://conferenciaweb.rnp.br/sala/raquel-discini-de-campos>), da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Sérgio César da Fonseca - USP; Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU e Raquel Discini de Campos - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Raquel Discini de Campos, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[A]provado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Discini de Campos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/02/2024, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio César da Fonseca, Usuário Externo**, em 26/02/2024, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/02/2024, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5211336** e o código CRC **34436621**.

AGRADECIMENTOS

Voltar aos bancos da Universidade, depois de muito tempo afastada do estudo científico, com certeza, foi um grande desafio! Desafio esse, muito melhor de ser vivido por já ter em mim, certa maturidade e experiência profissional.

Sem dúvida, essa ocasião, concomitante à uma pandemia, me trouxe conhecimentos e momentos inesquecíveis. Estarmos reunidos em sala virtual, retornar à universidade com protocolos de segurança, encontrar os colegas e principalmente os vínculos que foram criados, serão sempre ocasiões e sentimentos memoráveis.

Para isso, também foi preciso abdicar de momentos em família e ou lazer, almoços de domingo, períodos com os filhos, somados à uma rotina frenética entre estudos e trabalho. Pelos tropeços e pelas alegrias, por ter colocado pessoas em minha vida que me deram forças e coragem para lutar e vencer obstáculos, pela oportunidade de viver tudo isso, agradeço à Deus!

Sempre lembrarei, com imenso carinho, dessas pessoas que compartilharam comigo, essencialmente, palavras e gestos de muito afeto. Por isso, meu agradecimento e reconhecimento.

À Professora Raquel Discini de Campos, que honra ter sido sua orientanda! Muito obrigada pela amizade, pelo carinho, orientações, ensinamentos e pela confiança. Aos meus pais, Luiz Antônio Silva, Edilaine Mortosa Faria e meu irmão Thiago Mortosa Faria Silva, obrigada por se alegrarem com minha alegria e com minhas conquistas. Ao meu esposo Junio Clézio da Silva, meus filhos Breno Mortosa e Silva, Théo Mortosa e Silva, gratidão por serem minha fortaleza, compreenderem o processo e me apoiarem. A eles e a toda a minha família, obrigada pela compreensão diante da minha ausência e por me incentivarem aos estudos.

Aos professores da Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação, minha eterna gratidão por compartilharem seus conhecimentos. Meus colegas de trabalho da Secretaria Municipal da Educação, meu fraterno agradecimento, principalmente à Poliana Boel, que me apoiou e ingressou no mestrado junto comigo, sendo minha companheira de estrada juntamente com Lia Batista e Rosaine Silva, que agradeço e celebro todas as oportunidades de viagens, almoços, risadas e apoio. À Ruthinéia Marra e Roberta Gomes que supriram minha ausência e executaram com maestria o trabalho, para que eu pudesse realizar o mestrado, muito, muito obrigada. À

Secretária Municipal da Educação Silvana Fernandes, que me apoiou em todos os momentos que precisei, compreendendo a importância do estudo e aprimoramento, me oferecendo oportunidade e suporte para que eu o realizasse, minha eterna gratidão e reconhecimento.

A todos que contribuíram direto ou indiretamente, citados aqui ou não, meu sincero e muito obrigada!

As dificuldades, sem dúvidas, me fizeram bem mais forte e as alegrias, muito mais doce! Para tudo que foi vivido nesses dois anos de pós-graduação, faço da minha voz a voz do eterno Fernando Pessoa (1934) *“valeu à pena? Tudo vale a pena se a alma não é pequena. Quem quer passar além do bojador tem que passar além da dor”*.

RESUMO

O presente trabalho toma a revista *Recreio* em sua primeira fase (1969-1982) como objeto de pesquisa e como fonte para a escrita da história da educação das crianças. Dessa forma, busca problematizar às seguintes questões: Em que medida a *Recreio* responde às demandas de um determinado tempo/espaço? Quais os conteúdos lidos pelos pequenos daqueles tempos na hora do *Recreio*? As edições apresentam um avanço simbólico frente às imagens historicamente construídas de meninas, vovós e negros no período? Enquanto objeto de pesquisa, revê a escassa bibliografia referente ao impresso e procura situá-lo como um dos mais relevantes veículos de comunicação destinados à educação dos pequenos na segunda metade do século XX no Brasil. Discute o hibridismo “revista-brinquedo”, compreendendo a *Recreio* enquanto um produto de sucesso da Editora Abril, a mais importante e lucrativa casa editorial do país no período. Ao mesmo tempo, ao tomar a *Recreio* como fonte para a escrita da História da Educação das crianças, revê a bibliografia referente à emergência da temática “infância” no mundo ocidental para, finalmente, destacar alguns ensinamentos observados nos exemplares analisados. Assim, ao longo da pesquisa, consideramos a *Recreio* como um artefato cultural, observado à luz dos pressupostos apresentados por Chartier (1998; 2009) e Burke (1989; 2000; 2005). Utilizamos o estudo da História Cultural para compreender a revista, e outros autores, como Darnton (1986), Luca (1998; 2006), Campos (2009; 2012) e Galvão e Moreira (2021), dentre outros historiadores dos impressos e da educação, ancoram as discussões realizadas.

Palavras-chaves: Revista *Recreio*; Impressos Infantis; Criança.

ABSTRACT

This paper takes *Recreio* magazine in its first phase (1969-1982) as a research object and as a source for writing the history of children's education. In this way, it seeks to problematize the following questions: To what extent does *Recreio* respond to the demands of a given time/space? What content did the children of those times read at playtime? Do the editions present a symbolic advance in relation to the historically constructed images of girls, grandmothers and blacks in the period? As an object of research, it reviews the scarce bibliography on the newspaper and tries to situate it as one of the most important communication vehicles for the education of children in the second half of the 20th century in Brazil. It discusses the "magazine-toy" hybridity, understanding *Recreio* as a successful product of Editora Abril, the most important and profitable publishing house in the country at the time. At the same time, by taking *Recreio* as a source for writing the history of children's education, it reviews the bibliography on the emergence of the theme of "childhood" in the Western world and, finally, highlights some of the teachings observed in the issues analyzed. Thus, throughout the research, we considered *Recreio* as a cultural artifact, observed in the light of the assumptions presented by Chartier (1998; 2009) and Burke (1989; 2000; 2005). We used the study of Cultural History to understand the magazine, and other authors, such as Darnton (1986), Luca (1998; 2006), Campos (2009; 2012) and Galvão and Moreira (2021), among other historians of printed matter and education, anchor the discussions held.

Keywords: *Recreio* Magazine; Children's Prints; Children.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Capa e quarta capa da primeira edição (1969) e da última edição da revista <i>Recreio</i> (1982), em sua primeira fase	55
Figura 2	Mais Edições da revista <i>Recreio</i>	56
Figura 3	Capas das edições 38 e 43 da revista <i>Recreio</i>	57
Figura 4	Imagens dos encartes de papelão com brinquedos para montar	58
Figura 5	Capa da edição 26 da revista <i>Recreio</i> com a indicação do álbum de figurinhas “Peixes do Brasil”.	59
Figura 6	Mudanças da revista <i>Recreio</i> com o encarte Jornalzinho	60
Figura 7	Revista <i>Recreio</i> no formato de Gibi	62
Figura 8	Capa da revista <i>Recreio</i> da edição 329	66
Figura 9	Rede social infantil Mundo Gaturro <i>Recreio</i>	68
Figura 10	Edições 238; 248; 684; 686 da revista <i>Recreio</i> com publicação nos anos de 2004 e 2013	70
Figura 11	Site da revista <i>Recreio</i> 2004 e 2013	71
Figura 12	Capa da revista <i>Recreio</i> edição 51	78
Figura 13	Capa da revista <i>Recreio</i> edição 184	81
Figura 14	Capa da revista <i>Recreio</i> edição 370	86

LISTA DE SIGLAS

Abrinq	Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos
Colted	Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
Fename	Fundação Nacional do Material Escolar
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
PPGED/UFU	Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia
TCC	Trabalhos e Conclusão de Curso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – A CULTURA DO IMPRESSO E A INFÂNCIA	22
1.1 A infância: uma construção histórica	22
1.2 A criança como sujeito de direitos: do brincar ao consumir.	32
CAPÍTULO 2 - REVISTA <i>RECREIO</i>: TRAÇANDO OS PRIMEIROS CAMINHOS	40
2.1 A Editora Abril e Victor Civita: os fundadores da Revista <i>Recreio</i>	40
2.2 A Revista <i>Recreio</i> : aspectos gerais das primeiras edições	49
2.3 A segunda fase da Revista <i>Recreio</i>	63
CAPÍTULO 3 - LER, BRINCAR E APRENDER A SER <i>PRINCESA</i>, VOVÓ E <i>SACI</i> NA REVISTA <i>RECREIO</i>	73
3.1 Meninas e mulheres: o sonho de ser uma princesa e vovó	73
3.2. Análise da princesa e vovó da <i>Recreio</i>	77
3.3 O saci no folclore nacional	82
3.4. A imagem do negro na <i>Recreio</i> : o Saci em foco	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	93

INTRODUÇÃO

Sou formada no curso Normal Superior e fui professora regente de turmas da Educação Infantil por seis anos, na cidade de Araporã – MG. Desde 2009 atuo como professora efetiva da Rede Municipal de Itumbiara-GO. Nesta cidade fui regente por três anos como professora no ciclo de alfabetização, com turmas de primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Fundamental. Trabalhei por dois anos como coordenadora pedagógica de uma escola que atendia crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e nesse ano de 2024 completei uma década como coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal da Educação de Itumbiara, no departamento da Educação Infantil, atendendo a 31 Unidades de Ensino do município.

No ano de 2022, ingressei no Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFU), sob a orientação da professora doutora Raquel Discini de Campos. Nesta instituição, tive a oportunidade de me debruçar sobre os conteúdos relacionados ao campo da História da Educação por meio das disciplinas de Epistemologia e Educação, Pesquisa em Educação, Liberalismo e Educação, Seminários de Pesquisa em História e Historiografia da Educação e Tópicos Especiais em História e Historiografia da Educação. Na oportunidade, compreendi melhor sobre o que é pesquisa, ciência, História Cultural, História da Educação, da Filosofia e da Infância. De fato, a imersão no mundo acadêmico, com suas teorias, metodologias e *práxis* próprias, foi um movimento altamente positivo em minha trajetória pessoal e profissional.

Destaco que cresci sendo leitora da revista *Recreio*, e ela se faz presente em diversas memórias relacionadas à minha educação, à infância e à adolescência, e isso despertou em mim o interesse em estudá-la criticamente ao longo do mestrado em Educação, sendo este o primeiro momento de aproximação tanto com a temática quanto com a pesquisa empírica. Passei a fazer parte do Grupo de Estudos História da Educação: estudos interdisciplinares e a conviver com colegas que também tomam a imprensa como fonte e objeto de pesquisas para a escrita da História da Educação brasileira, tais como Monteiro (2000), Campos e Neiva (2019), Fernandes e Campos (2023), dentre outros.

Além disso, como professora e coordenadora pude observar a grande presença dessa revista no dia a dia das crianças da cidade de Itumbiara-GO. Uma presença

perceptível tanto dentro das salas de aula quanto nos demais espaços escolares, particularmente nas bibliotecas.

As crianças, na atualidade, têm acesso a diferentes formas de conteúdos educativos por intermédio de diversos meios de comunicação e, principalmente, pela internet. Mas, como sabemos, até há bem pouco tempo não era assim. Nós mesmos, enquanto adultos do século XXI, e, portanto, crianças do século XX, temos em nossa memória uma existência sem a onipresença de tanta tecnologia em nossas vidas. Sem dúvida, estávamos sujeitos aos produtos da indústria cultural, mas vivíamos uma experiência completamente diferente da que é experimentada pelos pequenos de hoje, emaranhados por *smartphones* e *tablets*, bem como por canais de mídias sociais de todos os tipos (Pretto, 2017; Loureiro, 2017; Loureiro; Marchi, 2021).

Sales (2013) discute que a literatura foi uma das primeiras formas de comunicação escrita desenvolvida, intencionalmente, para o público infantil. As primeiras publicações impressas para crianças, no Brasil, remontam ao século XIX, com substância literária que possuía caráter didático, folclórico, moralizante e patriótico.

No início, por conta da falta de tradição entre os escritores brasileiros nesse tipo de escrita, muitos optaram pela tradução de obras infantis já consagradas na Europa, ou recorreram às histórias da tradição popular oral, que eram repassadas de geração para geração. Entre esses escritores, destacaram-se: Carl Jansen (1829-1889), que traduziu para o português obras clássicas, como *Robinson Crusóe* (1885), *Viagens de Gulliver* (1888) e *D. Quixote de la Mancha* (1886); e Figueiredo Pimentel (1869 – 1914), que foi um dos autores que seguiram a linha das histórias da tradição popular e publicou a bem-sucedida coletânea “Contos da Carochinha” (1894) (Sales, 2013).

Já no século XX, a obra de Monteiro Lobato (1882-1948) aponta para o início de uma espécie de realismo na literatura infantil. Apesar da presença de seres mitológicos e folclóricos nas histórias, “o universo das personagens [principais] aproximava-se do mundo do leitor e permitia identificação imediata” (Zilberman, 2004, p. 23). No entanto, o realismo propriamente dito na literatura infantil brasileira só foi alcançado com Viriato Correia (1884-1967), autor que privilegiou, em suas histórias, os fatos do cotidiano e não os acontecimentos fantásticos.

Segundo Hansen (2007, p. 15), o período que vai de 1889 a 1921 corresponde ao início de uma produção literária original voltada especificamente para o público infantil brasileiro, ou seja, uma literatura infantil cuja moldura era explicitamente

nacional. Mortati (2014), por sua vez, indica que a literatura didática/escolar, característica da virada do século XIX para o século XX, era predominantemente produzida por professores que tinham como objetivo-fim o ensino de valores e padrões de conduta concernentes à nova ordem republicana que se desejava erigir, daí a predominância dos textos cívico-pedagógicos nesse contexto.

Uma importante mudança de paradigma é promovida em 1921 por Monteiro Lobato, com a publicação de *Narizinho Arrebitado*. Lobato permite que a criança ao mesmo tempo participe de um mundo de fantasia e construa uma identidade com o “nacional” pela incorporação de personagens e lendas de uma tradição oral que passa a ser reconhecida como brasileira. Observamos, então, que a obra de Lobato dá o que chamamos de pontapé inicial na literatura infantil contemporânea. Nesse sentido, Mortatti (2001, p.180) destaca que a publicação de *Narizinho Arrebitado* foi articulada à própria expansão do mercado editorial nacional e autonomização da literatura infantil em relação às produções didáticas e escolares.

Segundo a autora, o “pecado original” representado pelos fins cívicos e moralizantes da literatura voltada para crianças no século XIX encontrou, finalmente, uma ruptura com *Narizinho*. Ela comenta que essa “literatura escolar” contribuiu, ainda, para disseminar e consolidar um conceito de literatura infantil brasileira como um gênero didático e como um ramo da Pedagogia.

A autora discute que no início dos anos 1970, quando acontece o “boom” na literatura infantil, aumenta a demanda de livros e isso ocorre, muito provavelmente, devido à obrigação da introdução dessa literatura nas escolas:

[...] articuladamente à expansão e solidificação do mercado editorial, tem início um processo de autonomização da leitura infantil em relação a suas origens didáticas/escolares, mediante a priorização programática de seu efeito estético e sua função de deleitar (Mortatti, 2001, p.185).

Ainda durante boa parte do século XX, autores como Graciliano Ramos (1852-1953) e Érico Veríssimo (1905-1975), dentre outros, também chegaram a escrever para crianças. Mas, a partir da segunda metade do século XX, outros escritores têm se destacado nesse segmento editorial: Ana Maria Machado, Ruth Rocha, Moacyr Scliar, Pedro Bandeira e Walcyr Carrasco são alguns exemplos, que, inclusive, tiveram

diversos textos publicados na revista *Recreio* (Zilberman, 2005; Correia, 2010; Sales, 2013).

Portanto, há muito de literatura infantil¹ na revista *Recreio*, impresso que coincidentemente apareceu no mercado brasileiro no mesmo vórtice de desenvolvimento de um novo tipo de escrita literária voltada para o público infantil. Não por acaso, era justamente Ruth Rocha (1931), que ainda não era uma autora conhecida do grande público, quem esteve à frente da publicação na sua primeira fase.

Mortatti (2001) entende o gênero literatura infantil como sendo um conjunto de textos que são escritos por adultos e lidos por crianças. Entendemos que a revista infantil, assim como a literatura, pode contribuir para a formação de gerações de crianças e jovens, daí a importância de transformar esses gêneros – literatura ou revista – em objetos e em fontes para a escrita da história da educação.

Desse modo, tanto a presença da literatura nos periódicos impressos quanto o caráter realístico das obras da primeira metade do século XX interessam à presente pesquisa, na medida em que representam indícios do surgimento do jornalismo destinado às crianças. Nesse sentido, Fichberg (2007) aponta que as crianças não podem ser consideradas leitoras passivas e que elas sentem falta, nas publicações infantis, de conteúdos considerados tradicionalmente mais jornalísticos.

Assim, antes de passar a existir o que chamamos, hoje, de jornalismo infantil, outros gêneros textuais destinados às crianças chegaram aos jornais, num processo de consolidação da própria imprensa brasileira, conforme demonstrou Luca (2020). O primeiro gênero infantil a estar presente em um jornal brasileiro foi a história em quadrinhos *As aventuras de Zé Caipora*, criada pelo cartunista ítalo-brasileiro Angelo Agostini (1843-1910) e publicada em 1883 na revista *Ilustrada*². Apesar disso, o “Jornal da Infância”, lançado em 1898, é considerado a primeira publicação periódica infantil brasileira (Benfica; Varão, 2009, Campos, 2009; 2012).

Nesse sentido, o marco das revistas infantis no Brasil foi o semanário *O Tico-Tico*, que circulou de 1905 a 1962. Inspirado, principalmente, em publicações francesas, que eram referências no mercado editorial infantil da época, *O Tico-Tico* trazia

¹ Destacamos que o estudo do gênero literatura infantil não é tema central deste trabalho, para complementação da discussão sugerimos a leitura de Zilberman e Lajolo (1999), Mortatti (2001; 2014).

² A revista *Ilustrada* foi uma publicação satírica, política, abolicionista e republicana brasileira, fundada no Rio de Janeiro pelo ítalo-brasileiro Angelo Agostini, circulando durante os anos de 1876 a 1898.

conteúdos artísticos, informativos e lúdicos (Benfica; Varão, 2009). Sobre a publicação, Correia afirma que:

O Tico-Tico foi uma manifestação cultural de [mais de] 50 anos de abrangência, nos quais criou hábitos, entreteve crianças e ainda teve uma função pedagógica informal na disseminação dos valores morais requeridos e admirados na época. [...] A imprensa, como meio de comunicação de massa que tinha maior alcance entre a população, por sua vez, entendeu que também lhe cabia a tarefa de cooperar com a educação e a instrução (Correia, 2010, p. 80).

Ademais, a história do *O Tico-Tico* tem relação com a da revista *Recreio*, porque ambas foram destaques para o público infantil em suas respectivas épocas, em termos de tiragem e de alcance (Sales, 2013). De acordo com Correia (2010), o fim do semanário, na década de 1960, foi ocasionado, dentre outros fatores, pelo início da atuação da própria Editora Abril, editora de *Recreio*, no mercado editorial brasileiro, o que ocorreu em 1950. A empresa iniciou sua história, basicamente, com produtos destinados às crianças e acompanhou a tendência dos quadrinhos internacionais (Sales, 2013).

Sendo assim, o presente trabalho versa sobre a paradigmática revista *Recreio*, que, segundo Sales (2013), foi um dos veículos de mídia impressa especializados para o público infantil de maior circulação no País. A revista foi criada em 1969 e publicada pela Editora Abril³, casa que teve grande relevo pela venda de produtos para esse público. Destacamos que essa revista contribuiu para a divulgação do gênero revista para crianças e jovens. Sobre a importância do impresso para essa faixa etária, Sales (2013, p.8) aponta:

Muitos são os fatores que fazem da revista *Recreio* um dos principais meios de comunicação impressos destinados ao público infantil brasileiro: a tradição que a Editora Abril e que a própria publicação tem nesse ramo, visto que a origem desta remonta à década de 1960; o alcance nacional de sua tiragem, o que é uma limitação para muitos outros impressos infantis.

Dessa forma, o autor assinala aspectos diversos, tais como o grande alcance da revista na época, que se deve à preocupação com sua divulgação pela Editora Abril, e

³ A Editora Abril é uma das editoras mais bem-sucedidas na história do país no século XX. Publicou fascículos, livros e discos no mercado editorial brasileiro. Tal sucesso se desdobrou até em canal de TV, a MTV Brasil, uma rede de televisão brasileira dedicada ao público jovem, que foi fundada em 20 de outubro de 1990. Portanto, a Editora Abril circulou pelos diferentes segmentos do entretenimento brasileiro, contribuindo para a formação de diferentes gerações.

um atrativo aparentemente irresistível que ela possuía em cada edição, qual seja, o brinquedo que vinha como brinde junto à mesma.

Assim, tomamos a revista *Recreio* como um produto peculiar de um determinado tempo e espaço, voltado para um nicho específico de mercado de consumo: o da criança. Olharemos para essa revista de forma crítica, buscando nos aproximar dos pressupostos analíticos partilhados pelos historiadores em geral e pelos historiadores da educação em particular (Prost, 2008, Galvão; Moreira; 2021; Campos, 2009; 2012). Tomaremos essa revista como um vestígio do passado escolhido por nós para se transformar em fonte e em objeto de pesquisa (Certeau, 1988; Ginzburg; 2002; Luca, 1998; 2006; 2020).

Compreendemos que efetuaremos um recorte cronológico de análise relacionado à disponibilidade dos materiais encontrados para apreciação e um recorte temático daquilo que nos chamou mais a atenção ao folhearmos os exemplares publicados nos anos de 1970, 1971, 1973 e 1979 e que respondiam às seguintes questões: de que maneira as meninas eram retratadas nesse impresso? E os meninos? Quais os conteúdos lidos pelos pequenos daqueles tempos na hora do *Recreio*?

Há algumas décadas, tanto no Brasil como em outros países a História Cultural tem influenciado os pesquisadores para que investiguem temas antes considerados pouco nobres no interior da própria História da Educação (Lopes; Galvão, 2001. p. 39). Assim como apontam as autoras, a História da Educação deixa de ser entendida como um meio para resolução imediata de problemas localizados estritamente no âmbito das instituições escolares ou das políticas públicas e vai consolidar como um campo de pesquisas.

Prost (2008) discute as práticas de pesquisa histórica, além de afirmar que o historiador efetua um trabalho a partir de vestígios para reconstruir os fatos e que questões simples como “de onde vem o documento? Quem é seu autor? Como foi transmitido e conservado? O autor é sincero?” (Prost, 2008, p. 59) são essenciais para realizar a análise histórica. No caso deste trabalho, estas questões serão feitas para os exemplares da revista *Recreio* a serem estudados, sendo esses artefatos culturais fontes para nos aproximarmos da história tanto da infância quanto da imprensa infantil.

Destacamos que utilizamos o conceito de artefato cultural à luz dos pressupostos apresentados por Chartier (1998; 2009) e Burke (1989; 2000; 2005), dentre outros historiadores da cultura, que demonstram que os artefatos culturais são qualquer objeto

físico ou representação simbólica que carrega significados culturais e históricos: documentos escritos, obras de arte, objetos domésticos, monumentos etc. Para Chartier (1988; 2009), em especial artefatos culturais nos aproximam das mentalidades, valores e práticas sociais em um determinado momento histórico (Pesavento, 2004; 2005).

A análise da revista, esse artefato, permite um olhar analítico sobre o passado, a infância e as possíveis pedagogias da *Recreio* destinadas à formação de uma geração. Sabemos, todavia, que as percepções sobre o passado se transformam de acordo com o olhar do historiador no tempo presente, que se encontra em um momento específico do tempo. Portanto, uma pesquisa historiográfica, além dos métodos utilizados, precisa considerar sua inserção no contexto em que é produzida, isto é, sua historicidade (Luca, 2020).

Tal qual o famoso *Sherlock Holmes* trazido ao campo da História por Carlo Ginzburg (2002), lançamo-nos em busca de exemplares da *Recreio* disponíveis na internet. Infelizmente, os catálogos da Editora Abril não estão acessíveis *on-line*, mas foi possível adquirir os exemplares que compõem o *corpus* documental desta pesquisa na plataforma comercial Mercado Livre. Assim tentamos agir numa incipiente operação historiográfica, conforme nomeada por Michel de Certeau (1988), sobre os impressos aos quais tivemos acesso.

Destacamos anteriormente que sabemos que as revistas se apresentam como artefatos culturais, sendo uma herança que possibilita conhecer e interpretar a história dos homens ao longo do tempo. Autores como Darnton (1986), Chartier (1988; 2009) e Luca (1998; 2006; 2020) corroboram com essa afirmação. Para compreendermos as revistas como artefatos culturais é preciso conhecermos primeiramente o seu gênero textual. O gênero revista, de início, no Brasil, esteve bastante associado aos literatos e se confundiu com o gênero livro, até adquirir características, periodicidade e materialidades próprias.

Assim, é possível considerar as revistas infantis como artefatos culturais mediadores entre as crianças e o mundo que é apresentado para elas (Saucedo, 2014). Nesse sentido, são configuradas com signos e símbolos que compõem uma linguagem que oferta as referências necessárias para construir o mundo, ou parte dele, e como se relacionar nele (Saucedo, *et al.*, 2017).

Dessa forma, justificamos o estudo da revista *Recreio* no âmbito da História Cultural, na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação do Programa de

Pós-Graduação em Educação da UFU. De acordo com, Saucedo *et al.* (2017, p. 6), “enquanto artefatos culturais, as revistas infantis devem ser entendidas, estudadas e interpretadas como intervenções emocionais na vida cotidiana dos leitores que estão formando a sua identidade, o seu imaginário próprio e do mundo”. Portanto, de um lado, ela é um produto de uma editora específica, de outro, é um artefato cultural. Neste sentido, Campos (2012, p. 55) afirma que:

Jornais e revistas voltados para a leitura de crianças e jovens são artefatos culturais que há tempos se estabeleceram no campo da História da Educação enquanto herança documental preciosa e que, invariavelmente, encantam os pesquisadores da área. Este legado, composto por manifestações discursivas altamente sedutoras por sua plasticidade estética e potencialidade, compõe o relato, muitas vezes ficcional, sobre os tempos idos. Enquanto isso, ele se apresenta como um inegável patrimônio de determinada cultura e como expressão do funcionamento das sociedades. Erigido por idealizadores e artífices de uma grande variedade de gêneros, que vão desde impressos com apelo comercial (com seus suplementos, álbuns e almanaques), até as revistas ilustradas, tal legado acaba por perpassar práticas pedagógicas, recreativas, cívico-militares, escolares, religiosas e associativas, entre outras.

A análise das publicações da revista *Recreio* ao longo dos anos nos leva a crer que ela pode ter contribuído para a construção de valores, hábitos, comportamentos e atitudes de uma geração de brasileiros que viveu em meio à ditadura militar; além disso, o impresso dialogou diretamente com a educação institucionalizada do período, posto que se transformou em material paradidático relevante a ser utilizado país afora.

Foi realizado um levantamento de artigos, dissertações e teses nos dias 04 e 05 de outubro de 2023, nos seguintes bancos de dados: Scielo Brasil, Google Acadêmico e Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD), sendo que o levantamento foi realizado a partir do descritor revista *Recreio*, em que foram encontrados: quatro dissertações, uma tese; quatro Trabalhos e Conclusão de Curso (TCC); e cinco artigos que versam sobre a revista, publicados entre os anos de 2006 e 2018. O que demonstra um baixo número de trabalhos que têm como objeto de pesquisa o impresso. Observamos ainda que nenhum dos dez trabalhos encontrados está na área da Educação. A maioria se encontra na área do Design ou da Comunicação, fato que demonstra a importância da pesquisa desse artefato cultural no âmbito do nosso campo.

Ainda verificamos que apenas uma dissertação, da autora Correia (2010), refere-se diretamente à primeira fase da revista *Recreio* (1969-1982). A fase sob nosso escrutínio corresponde ao início das publicações, em que as revistas infantis ganham força no Brasil, momento em que ocorrem diversas reestruturações tanto na revista impressa quanto na sociedade brasileira. Também é um momento em que se evidencia a inclusão de gêneros textuais diversos na revista.

Outra justificativa para a realização desta pesquisa é a contribuição para área da História da Educação, uma vez que este trabalho aprofundará os conhecimentos sobre a educação no período de 1969 até 1982. Corroborando sobre a importância do estudo de impressos, como a revista *Recreio*, Galvão e Moreira (2021) comentam que, há pelo menos três décadas, os impressos têm sido utilizados, sistematicamente, como fonte e como objeto de investigação nas pesquisas em História da Educação no Brasil.

Assim, podemos apontar que as fases da revista *Recreio* se associam a uma longa interrupção da produção da mesma, que ocorre em 1982 e retorna 18 anos depois, em 2000, mas com uma nova roupagem, com novas pessoas à frente do processo de editoração, com perspectivas mais publicitárias, o que não acontecia no período de 1969 até 1982, que possui um outro aspecto visual e gráfico.

Assim, ressaltamos que este estudo está inserido no campo da História da Educação, utilizando a análise crítica de fontes impressas como prática, servindo-se do aporte dos autores que se utilizam de jornais e revistas para escreverem a história da educação brasileira, como Campos (2009, 2012) Galvão e Melo (2019) e Moreira e Galvão (2021), dentre tantos outros. Além dos historiadores, destacamos aqueles que já estudaram a revista *Recreio*, e que contribuirão com as análises a serem realizadas, quais sejam, Correia (2010) e Sales (2013).

Com base nas questões apresentadas, a presente dissertação se organiza em três capítulos: o primeiro, intitulado “A Cultura do Impresso e a Infância”, procura historicizar a emergência da temática infância no espaço público brasileiro, bem como problematizar a emergência dos impressos infantis enquanto produtos culturais destinados aos pequenos; o segundo, “Revista *Recreio*: Traçando os Primeiros Caminhos”, apresenta aspectos da revista, desde a publicação em 1969 até a atualidade, discutindo os objetivos e características da revista ao longo de suas edições, apontando a sua evolução e brevemente a sua relação com aspectos políticos do período; e o terceiro capítulo, intitulado “Ler, Brincar e Aprender a ser Princesa e Saci na revista

Recreio”, apresenta a análise das edições das revistas coletadas, que são 1970 (edição 51), 1973 (edição 184) e 1979 (edição 370), e se debruça sobre a imagem de princesa, vovó e saci, presente nas edições. Por fim, apresentamos as considerações finais, quando procuramos refletir sobre os resultados da pesquisa.

CAPÍTULO 1 – A CULTURA DO IMPRESSO E A INFÂNCIA

A infância é uma fase de grande importância para o desenvolvimento do sujeito, sendo essa etapa o momento em que o ser se constitui, humaniza-se e aprende a se relacionar socialmente. Historicamente, observamos que a concepção de infância e sua vivência pelas crianças passa por modificações históricas.

Atualmente, a criança é considerada como sujeito de direitos em boa parte do mundo, mas nem sempre foi assim. Este capítulo visa discutir aspectos históricos da infância e da garantia de seus direitos. Procura compreender, também, como as crianças se tornaram público-alvo de inúmeros produtos que surgiram no século XX, no contexto do mercado capitalista em expansão, dando especial destaque para as revistas infantis.

1.1 A infância: uma construção histórica

O ser humano, de acordo com Vygotsky (2001), nasce com muita organização, com profundas capacidades de percepção e expressividade e se desenvolve por meio das relações sociais. Por isso, as narrativas, as canções, os toques, os arrulhos e os jogos de colo são significativas expressões de relação entre o bebê e os demais; por consequência, importante fator de desenvolvimento. O sujeito, em qualquer estágio da vida, desenvolve-se por meio das relações e interações que lhe são propiciadas pelo seu entorno; portanto, quanto maiores os estímulos sociais e interacionais, maior o desenvolvimento global da criança.

Nesse sentido, ao pensarmos na constituição do ser humano, desde a formação intrauterina que, reconhecidamente, é um processo de profundo desenvolvimento, há, ainda, que refletirmos sobre o desenvolvimento após a chegada desse bebê ao mundo. Cypel (2007) discute que o bebê não é uma tabula rasa, ele vivenciou ao longo da gestação aprendizagens, por exemplo, por volta da vigésima quinta semana de gestação, as vias auditivas e as áreas do cérebro que recebem essas informações estão quase prontas e o bebê é capaz de vivenciar algumas situações que já poderiam ser chamadas de aprendizado, assim essas vivências intrauterinas têm influência sobre ele.

Se as crianças passam a se apropriar do mundo ainda em sua vida intrauterina, assim que chegam ao mundo extrauterino essa capacidade de apropriação e aprendizado permanece potencializada, ainda de maneira mais eficiente, visto que se

darão, então, os primeiros contatos utilizando-se, plenamente, de todos os sentidos imersos no mundo exterior ao útero. Os bebês, assim que nascem, são recebidos por uma cultura já estruturada, por linguagem, hábitos e costumes. Sendo assim, podemos pensar na influência que toda essa estrutura sistematizada exerce na vida e no aprendizado.

A infância é a fase inicial da vida humana, que começa desde o nascimento e prossegue até a adolescência. É caracterizada por alterações significativas no desenvolvimento físico, cognitivo e emocional. Durante a infância, as crianças aprendem a se comunicar, a explorar o mundo ao seu redor e a se relacionar com outras pessoas.

Assim, a infância é uma fase crucial para o desenvolvimento saudável e bem-sucedido dos pequenos e pode influenciar na vida adulta de um sujeito, sendo esse o momento em que o ser se compõe e se relaciona.

Consideremos que o bebê seja recebido em uma família da França do século XIV, onde a infância, nos moldes da estruturação social da época, era vista por determinados grupos sociais como um tempo de pouca importância, pois a mortalidade infantil era grande e não havia a certeza de que aquele bebê permaneceria vivo. Só após um pouco mais de independência e menor grau de fragilidade, aquele pequeno ser era, de fato, introduzido ao convívio familiar e social. Ariès⁴ corrobora nesse sentido, afirmando que:

O sentimento da infância não significa o mesmo que a afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade de adultos e não se distinguia mais deles. [...] A criança muito pequenina, demasiado frágil ainda para se misturar à vida dos adultos, “não contava” (Ariès, 1986, p. 156-157, grifos do autor).

A partir daí, a infância era concebida como um projeto da vida adulta; não se

⁴ Destacamos que Ariès é um autor clássico ao se discutir aspectos históricos da infância, mas suas ideias acabam apresentando uma generalização da criança, pois ele está falando da Europa do século XVI, XVII, XVIII. Mas não podemos perder de vista que a infância é um tempo construído pelos adultos e a respeito do tempo de vida da criança, o seu tempo de duração muda de acordo com a classe social, a etnia, com a geografia, entre tantos outros fatores. Apresentamos as suas ideias, mas destacamos que elas possuem limites para se pensar a infância no Brasil, que possui características econômicas, sociais e culturais completamente distintas da Europa.

consideravam as peculiaridades dessa etapa da vida e nem suas especificidades. Sendo assim, as crianças eram tratadas como adultos em miniatura. É preciso destacar, a partir das ideias de Campos (2012), que as relações entre adultos e crianças variaram conforme o período histórico e o espaço geográfico em que se desenvolveram, portanto, não é possível generalizar essa ideia das crianças sendo tratadas como adultos em miniatura, ou até mesmo da relação de desinteresse pela criança, sendo ela negligenciada, abandonada ou desprezada, que existia durante o período medieval na França e que é apontado por Ariès (1981) em suas reflexões sobre a construção histórica do sentimento de infância.

Mas os autores Jean-Louis Flandriano (1976; 1983) e Natalie Zemon Davis (1975), nos anos de 1970 e 1980, que são resgatados por Campos (2012), redimensionaram essa afirmação. Esses autores discutem que os sentimentos de interesse e indiferença em relação às crianças são coexistentes e passíveis de serem investigados em todos os períodos da história humana, inclusive na Idade Média ou muito antes disso. Gélis (1992, p. 328) também faz essa discussão ao afirmar que:

O interesse ou a indiferença com relação à criança não são realmente a característica desse ou daquele período da história. As duas atitudes coexistem no seio de uma mesma sociedade, uma prevalecendo sobre a outra em determinado momento por motivos culturais e sociais que nem sempre é fácil distinguir. A indiferença medieval pela criança é uma fábula (...) (Gélis, 1992, p. 328).

Apresentamos essas discussões para apontar a relevância dos estudos de Ariès, mas também para refletir que esses possuem limitações explicativas. Conforme apontam os historiadores dedicados à história social da infância, o aprendizado intelectual esperado das crianças era a reprodução, pelos meninos, do trabalho e das atividades desenvolvidas pelo pai ou figura masculina, que representava a manutenção das necessidades básicas de vida da família. Para as meninas, seu nascimento era encarado como um fardo, uma vez que não contribuíam com o sustento da família, normalmente numerosa. A elas era designada a tarefa de repetir todo o trabalho doméstico, de cuidados com a alimentação e zelo pelo bem-estar familiar, atribuído à mãe ou figura feminina.

Com o passar dos séculos, os papéis sociais de homens, mulheres e da instituição “família” ganham novos contornos, e o tempo da infância também recebe nova conceituação, é visto com outro olhar. As concepções acerca dessa fase vão

mudando e, automaticamente, a maneira como a criança experimenta o mundo ao seu redor também muda.

Destacamos a importância de se olhar para a infância e sua concepção considerando os aspectos sociais, culturais e econômicos em que ela se encontra inserida, pois esses são determinantes para a concepção do que é a criança, de quais são suas necessidades e interesses. Campos (2012) demonstra que em estudos posteriores aos de Ariès há trabalhos que identificam a ocorrência de um sentimento de infância na Itália bastante diferente, em termos cronológicos, da França de Ariès. Assim, no Brasil, essa concepção também é distinta devido às condições sociais, econômicas e culturais brasileiras.

Nessa perspectiva, fazemos uma retrospectiva sobre como a criança era vista nos séculos anteriores. Entre os séculos XII e XIV, ela pouco foi reconhecida como ser social dentre os seus. Tal como visto anteriormente, são escassos os registros da infância nas artes nesse período. Segundo Ariès (1981), até por volta do século XIV, houve rejeição em representar a infância nas artes. Nesse período, os poucos registros existentes são de adultos em miniatura.

As crianças eram caracterizadas com aparência física de adultos, vestidas como tais, representando atividades sociais destinadas, em sua maioria, a adultos. Não há, portanto, o devido reconhecimento das especificidades dessa etapa da vida. Por conseguinte, há pouquíssimos registros de cuidados, sejam eles físicos ou que representem aspectos emocionais das crianças, nesse período histórico.

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. [...] No mundo das fórmulas românicas, e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido (Ariès, 1981, p. 50-51).

Considerando-se a pouca literatura e a escassez de registros dessa época, podemos compreender que a infância não teve o reconhecimento de seu papel nas questões e implicações familiares. De acordo com os estudos de Valdez (2003), até por volta do século XV, a criança não era encarada com distinção do adulto, viam-se fundidos em muitos lugares sociais. Sua educação era realizada por meio dos exemplos, que a convivência com os adultos lhe proporcionava.

A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, então,

mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje. A transmissão dos valores e dos conhecimentos, e de modo mais geral, a socialização da criança, não eram, portanto, nem asseguradas e nem controladas pela família. A criança se afastava logo de seus pais, e pode-se dizer que durante séculos a educação foi garantida pela aprendizagem, graças à convivência da criança ou do jovem com os adultos. A criança aprendia as coisas que deveria saber ajudando os adultos a fazê-las. A passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade (Ariès, 1981, p. 10).

Até o século XIV, as acomodações familiares retratadas em obras de arte eram, em sua maioria, coletivas, como descreve Àries (1981). Essa organização não oferece à família aspecto de privacidade e isso influencia, diretamente, na maneira como a infância era concebida.

A partir do século XV, quando as organizações espaciais conferem à família lugares mais privados, as crianças de determinados grupos sociais passam a ser agraciadas com novos sentimentos, principalmente na relação entre mães e filhos. Essa configuração direciona as crianças a uma realidade educativa diferente. Mães começam a encarar a vida infantil com novo apreço e, assim, passam a almejar que as crianças aprendam mais no seio familiar.

Desse modo, os sentimentos em relação à família e à infância vão se transformando entre os séculos XVI e XVII e o reconhecimento do período que a infância representa na vida atinge a organização mais próxima do que conhecemos hoje. O bebê, a criança, o adolescente e o jovem não eram assim nominados. Entretanto, no século XVII, já havia respeito sobre a compreensão de mundo que cada uma dessas etapas do desenvolvimento possuía e o que delas se podia esperar na organização familiar, conforme Àries (2006). Ainda, no século XVII, já é possível verificar a importância das crianças no que diz respeito à organização familiar pela maneira como são retratadas nas pinturas da época.

[...] sem dúvida terá notado a importância do século XVII na evolução dos temas da primeira infância. Foi no século XVII que os retratos de crianças sozinhas se tornaram numerosos e comuns. Foi também nesse século que os retratos de família, muito mais antigos, tenderam a se organizar em torno da criança que se tornou o centro da composição. [...] A descoberta da infância começou sem dúvida

no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII (Ariès, 1981, p. 65).

Reconhecemos, assim, que no período da infância os indivíduos passam a conhecer o mundo e a se desenvolver por meio das diferentes relações sociais. Segundo Pereira e Deon (2022), é na infância que o indivíduo começa:

A sentir, a pensar, a agir e a se relacionar. Pode-se dizer que é a fase da vida quando iniciam os aprendizados e as descobertas. Desde a Antiguidade, vários pensadores buscam entender o significado de infância. Nesse sentido, surgiram várias concepções de infância.

A partir do exposto pelas autoras, percebemos que elas corroboram com a ideia de que é na infância que o indivíduo começa a se desenvolver enquanto ser-singular e, também, coletivo. Elas apontam que nem sempre as especificidades dessa etapa da vida dos sujeitos foram consideradas.

De acordo com Ghiraldelli Jr. (2001), há duas concepções de infância. Na primeira, a criança é caracterizada como um indivíduo inocente. Complementando essa ideia, Coêlho (2010) discute que, nessa concepção, a criança é vista como um ser ingênuo, inocente e gracioso, marcado pelo sentimento de “paparicação” dos adultos, enquanto na segunda, a criança é vista como um indivíduo que abrange uma série de particularidades, mas nunca tendo a inocência e a bondade como características essenciais. Portanto, a criança é vista como ser imperfeito e incompleto, que necessita de intervenção “moralizante” e da educação feita pelo adulto (Coêlho, 2010).

Nesse sentido, Kramer (2003, p. 19) explica que o sentimento de infância resulta em uma dupla atitude com relação à criança: a que busca preservá-la da corrupção do meio social, ideia defendida por Rousseau, e a que busca o fortalecimento do desenvolvimento do seu caráter e da razão. Essas duas noções de infância citadas pela autora, apesar de diferentes, não se contrapõem, pois consistem em princípios básicos que caracterizam a infância como essência ou natureza, conceito que persiste até hoje em algumas práticas educativas voltadas às crianças. O reconhecimento do contexto burguês em que essas noções de infância se estruturam é de grande relevância para compreendermos o conceito contemporâneo de criança (Coêlho, 2010).

Um dos autores mais importantes do mundo ocidental a problematizar a infância é Rousseau, que considera que o crescimento da criança deve ser espontâneo, livre de regras e dos saberes do adulto, pois esse é o ser que a corrompe. Nas palavras do autor, a infância é considerada a melhor fase para a construção da verdade, pois os pequenos ainda não se contaminaram com as influências sociais e culturais, sendo este um momento propício para o cultivo do coração, da intimidade, do que é da natureza de cada um, permitindo, assim, a colheita dos melhores frutos (Rousseau, 2004).

Kramer (2003) analisa a concepção de infância de Rousseau e aponta que ele apresenta um conceito abstrato de infância que contribui para a invisibilidade da desigualdade social. Santos (2017) discute que as crianças não eram totalmente abandonadas ou negligenciadas nos tempos medievais, apenas eram consideradas vidas em processo de devir. Até o século XVII, o recém-nascido, segundo o autor, era incapaz de resistir sem o cuidado de outro ser vivente, responsável por ele, era identificado como a vida que “não contava”.

Segundo Ariès (1981), com o passar do tempo, surge um sentimento pela infância denominado “paparicação”. Esse sentimento advém do fato de a criança ser vista como ingênua, gentil e graciosa. Nesse sentido, a criança passa a ser uma distração para os adultos (Pereira; Deon, 2022). Sobre o sentimento de paparicação, Coêlho (2010) destaca que estava limitado às primeiras idades da infância. A partir da consciência da inocência e da fraqueza da criança, o adulto passa a se sentir no dever de buscar alternativas para preservar a primeira infância.

Segundo Santos (2017), as mães, as amas de leite e os pensadores se tornaram sensíveis a reconhecer as particularidades da infância, todavia se recusaram a considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois “viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso, ao mesmo tempo, preservar e disciplinar” (Ariès, 2006, p. 105).

Ainda, segundo Ariès (1981, Cambi, 1999), outro sentimento relacionado à infância foi o de compreender a mente da criança, a fim de melhorar os métodos de educação. Esse sentimento surge a partir do século XVII e inspira toda a educação do século XX. Nesse sentido, os adultos não viam mais a criança como um indivíduo divertido e agradável, ou seja, ela não era mais vista como uma distração para adultos e passou a ser compreendida como um objeto a ser moldado. Em decorrência dessa forma de se pensar surge a importância da Educação institucionalizada (Cambi, 1999; Gauthier, 2004; 2010; Manacorda; 2010).

A esse respeito, Coêlho (2010, p. 6) comenta que “com o sentimento moderno, surge a preocupação com a escolarização das crianças pautada em práticas moralizantes e educativas que visavam orientar e garantir a disciplina dos alunos”. Complementando esse ponto de vista, Pereira e Deon (2022) discutem que, entre os séculos XVI e XVII, a criança passa a fazer parte do interesse dos adultos. As famílias começam a ter importância na educação das crianças. Nesse período, surge a denominada “família moderna”, segundo Santos (2017), com destaque para as funções maternas, de forma que se criou a noção de “instinto materno”, levando as mulheres a agirem e a se identificarem com determinadas características (Badinter, 1983; 1989).

A partir dessa concepção, a família começa a apresentar sentimentos afetivos e cuidados com as crianças que anteriormente tinham outras formas, passando a vê-las como membros do núcleo familiar (Perreira; Deon, 2022). Ainda nesse sentido, Santos (2017, p. 269) discute que:

A infância passou a ser caracterizada com a ideia de dependência em relação aos pais, a família moderna. Não apenas no sentido corporal, mas também moral. Os pais deveriam ser responsáveis pela aprendizagem delas, pela inculcação de boas maneiras, pelo relacionamento delas com o próprio corpo e com o corpo dos outros.

Se, na década de 1960, Ariès levantava a questão sobre o surgimento do sentimento de infância, foi a partir da década de 1980 que vários autores passaram a se preocupar com a possibilidade do seu fim. Um autor de grande importância para essa discussão é Neil Postman, que em 1982 publicou o livro intitulado *O desaparecimento da infância*. Ele defende que a infância é um artefato social e não uma necessidade biológica. Para o autor, ela foi descoberta no século XV e hoje está sendo eliminada. E a mídia estaria ligada a esses dois momentos.

“O que aconteceu, simplesmente, foi que o Homem Letrado tinha sido criado. E, ao chegar, deixou para trás as crianças” (Postman, 1999, p.50). A prensa tipográfica, portanto, acabou por inventar a idade adulta, que passou a ter que ser conquistada. As crianças tinham que aprender a ler para se tornarem adultos e descobrirem os segredos do mundo adulto. Para isso, precisariam de educação, e as escolas foram reinventadas, tornando a infância uma necessidade. Com isso, outros produtos surgiram, como, por exemplo, as roupas infantis (Furtado, 2013).

Postman (1999) lista, no entanto, fenômenos que evidenciariam que hoje a infância estaria sendo eliminada, como o aumento do uso de drogas por crianças, o início da puberdade cada vez mais cedo, os altos índices de gravidez entre adolescentes e as idades cada vez menores dos atletas e das modelos.

O autor destaca que as crianças estão desaparecendo também da mídia. “Quero dizer que quando são mostradas, são representadas como adultos em miniatura, à maneira das pinturas dos séculos treze e quatorze” (Postman, 1999, p.136). Para ele, com o acesso facilitado aos conteúdos da televisão, e hoje poderia se acrescentar a internet, principalmente as redes sociais e os jogos digitais, qualquer criança pode entender praticamente tudo o que os adultos dizem ou sentem. Quase todos os “segredos” do mundo adulto desapareceram. Por isso, na opinião de Postman (1999), a sociedade, principalmente por causa da televisão, deixou de diferenciar adultos e crianças. O tempo da escrita de Postman, tão próximo a nós, parece pertencer a outras eras, tamanha magnitude da revolução tecnológica em curso a atingir todas as idades.

A partir do século XVI, a temática da infância se tornou assunto de maior interesse dos muitos pesquisadores. O tema infância ganhou ainda mais força quando as crianças começaram a frequentar a escola. O papel de educar passa a ser da escola e não apenas da família. Segundo Campi (1999) e Manacorda (2010), a partir do século XVI, surgem as instituições destinadas exclusivamente à educação infantil.

Nesse ínterim, o contexto histórico do surgimento dessas instituições é, ainda, marcado por mudanças no interior da organização familiar, que assume o modelo nuclear, e pelo desenvolvimento de teorias voltadas para a compreensão da natureza da criança, caracterizada ora pela ideia de inocência ora pela inclinação às más condutas (Andrade, 2010, p. 128).

Oliveira (2021) aponta que é a partir do século XVIII que as crianças começam a ser reconhecidas em suas particularidades e ocupam um espaço maior no meio social. Desse modo, a criança passa a ser vista como um ser social, assumindo o seu papel nas relações familiares e na sociedade, tornando-se um indivíduo com características e necessidades próprias. No final do século XIX, começam a surgir políticas públicas voltadas à infância.

Coelho (2010, p.15) também registra que, nesse momento, a “mídia é que passa a definir o conceito de infância, em que a criança, economicamente privilegiada, ganha visibilidade para os empresários, que passam a produzir produtos e serviços que

incentivem o mercado infantil”. Logo, segundo Pereira e Deon (2022), no século XXI, a criança é vista como um ser pleno, cabendo à ação pedagógica reconhecer suas diferenças e estimular a sua criatividade e a sua imaginação.

Desse modo, segundo Arroyo (1994), a infância não é apenas infância, mas, sim, várias infâncias, pois cada criança a vive de maneira diferente. Um exemplo disso é que a infância no meio rural se difere da infância vivida na cidade. No campo, geralmente, ela é mais curta, pois, na maioria das vezes, os filhos precisam sair cedo de casa para ajudar os pais; enquanto na cidade, as crianças usufruem, por mais tempo, da sua infância, embora, muitas vezes, não tenham o mesmo espaço para brincarem, como no campo.

Para Brougère (2004, p. 14), as crianças vivem de modo diverso, conforme a época, a cultura e a classe social, uma vez que “elas não são excluídas, mas o estatuto, o lugar delas é construído de modo diferente, de acordo com o lugar e o momento”. Charlot (1983, p. 132) também afirma que os diferentes conceitos de infância são construídos a partir da dependência econômica da criança em relação ao adulto. Para o autor, o sentido da dependência financeira da criança vai ser determinado pela classe social da qual ela faz parte.

Nessa perspectiva, Charlot (1983, p. 133) exemplifica que uma criança pertencente a uma camada social desfavorecida pode ser considerada uma sobrecarga para o orçamento familiar, enquanto uma criança pertencente a uma família abastada pode ser vista como a possibilidade de reduzir os impostos a serem pagos ao governo, dependendo do lugar e do estrato social em que se nasce.

Assim, podemos observar que as concepções de infância se alteram conforme as mudanças que a sociedade vive; portanto, a concepção de criança é uma noção historicamente construída, que constantemente muda ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea, inclusive no interior de uma mesma sociedade e época. Desse modo, é possível que, por exemplo, em uma mesma cidade existam diferentes maneiras de se considerarem as crianças, dependendo da classe social a qual pertencem, do grupo étnico do qual fazem parte (Dallabona; Mendes, 2004).

Apesar de todas essas distinções, observamos também que as crianças ganharam espaço estrutural nos debates públicos ocorridos ao menos desde meados do século XIX no mundo ocidental e que, nos últimos anos, tornaram-se legalmente cidadãos de direitos, sendo um deles o direito de brincar.

No entanto, infelizmente, em um país desigual como o Brasil, temos, de um lado, o direito ao brincar por vezes entendido como o direito de consumir, e, de outro, o direito de brincar completamente ignorado, segundo dados apresentados pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, em uma entrevista concedida à Agência Gov em outubro de 2023, sendo que 1.700 crianças e adolescentes foram encontrados em situação de exploração somente em 2023. Com relação ao perfil das vítimas, eram meninos e meninas, entre 13 e 17 anos, em situação de vulnerabilidade social. Entre as 1.705 crianças e adolescentes resgatadas, 13% tinham 13 anos de idade, 21% de 14 a 15 anos e 66% entre 16 e 17 anos. Os maiores registros de casos, entre janeiro e agosto do ano de 2023, foram em identificação no comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (480); serviços de alojamento e alimentação (402); indústria da transformação (242); e agricultura, pecuária e produção florestal (207) (Agência Gov, 2024).

O Brasil também possui altos números voltados para o trabalho escravo, segundo reportagem apresentada pela Carta Capital, o Brasil resgatou, no primeiro semestre de 2023, 2.077 pessoas trabalhando em condições análogas à escravidão, sendo somente no mês de agosto 532 trabalhadores. Os estados com mais pessoas resgatadas no mês foram Minas Gerais (204), Goiás (126), São Paulo (54), Piauí (42) e Maranhão (42). Na área rural, as atividades com maior número de vítimas foram o cultivo de café, alho, batata e cebola. Na área urbana, os maiores resgates foram em restaurantes, oficinas de costura, construção civil e trabalho doméstico (Carta Capital, 2024).

1.2 A criança como sujeito de direitos: do brincar ao consumir

Nesse contexto, citando como exemplo o Brasil, há a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em que o atendimento às crianças passou a ser reconhecido legalmente como dever do Estado e direito da criança, por meio do artigo 208 da referida legislação. Ademais, podemos citar outros documentos oficiais que garantem os direitos da criança, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 (Brasil, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394 (Brasil, 1996).

Destacamos que, a partir da promulgação da LDB, surge a necessidade de rever as práticas pedagógicas voltadas para a Educação Infantil, antes marcada pela visão assistencialista e compensatória ou moralizante.

Importante ressaltar também que nesse momento em que a criança passa a ser reconhecida como sujeito social, os produtos começam a ser desenvolvidos em busca de contemplar as especificidades dos interesses infantis. Tal como a revista *Recreio*, que, por meio de nova concepção de infância, passa a elaborar material próprio para o seu desenvolvimento, entretenimento e leitura, considerando aspectos como o brincar lúdico, que também surge como direito da criança nesse momento histórico.

Com o desenvolvimento da sociedade, a criança passou a ser reconhecida como sujeito de direito, pois a “[..] infância é o tempo em que criança deve se introduzir na riqueza da cultura humana histórica e socialmente criada, reproduzindo para si qualidades especificamente humanas” (Mello, 2007, p. 90). Consequentemente, é o momento de se desenvolverem a partir do contato com as diferentes formas de conhecimento.

Na atual Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, há o reconhecimento e a necessidade de proteção à infância, o direito de atendimento em creches e pré-escolas, à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além da proteção a toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988). Essa constituição foi o grande marco no direito das crianças.

Segundo Cury (1998, p.10), anteriormente à Constituição de 1988, a questão da infância no âmbito constitucional se restringia ao “amparo e à assistência”, contrapondo-se à questão do dever e do direito. As duas primeiras constituições brasileiras, a de 1824, outorgada no período imperial, e a de 1891, primeira Constituição Republicana, nada mencionam a respeito da infância.

Assim, fica claro que esses direitos foram ratificados pelo ECA que afirma, no artigo 100, parágrafo único, a condição da criança e do adolescente como sujeito de direitos: crianças e adolescentes são titulares dos direitos previstos nesta e em outras leis, bem como na Constituição Federal (Brasil, 1988; 1990).

Em se falando de direitos da criança, no Brasil há a LDB, que vai garantir, principalmente, o direito à Educação da criança por meio da Educação Infantil, ponto de grande destaque na garantia legal da infância, bem como que essa Educação seja

garantida por profissionais com formação inicial, principalmente oriunda do curso de Pedagogia (Brasil, 1996).

Dentre esses direitos, damos destaque ao de “brincar”, pois ele se relaciona com a temática da pesquisa, uma vez que, segundo Sales (2013), a revista *Recreio* pode ser considerada como um brinquedo que, de forma lúdica, promove o desenvolvimento das crianças. No entanto, assim como diversos brinquedos contemporâneos, não deixa de ser produto industrializado e comercializado destinado ao público infantil.

Segundo Oliveira (2007, p.15), a importância do brincar e do brinquedo pode ser justificada, na infância, pelos seguintes motivos:

- É condição de todo o processo evolutivo neuropsicológico saudável;
- Manifesta a forma como a criança está organizando sua realidade e lidando com suas possibilidades, limitações e conflitos, já que, muitas vezes, ela não sabe, ou não pode falar a respeito deles;
- Introduz a criança de forma gradativa, prazerosa e eficiente ao universo sócio-histórico-cultural;
- Abre caminho e embasa o processo de ensino/aprendizagem favorecendo a construção da reflexão da autonomia e da criatividade.

Desse modo, o brincar vai promover a interação da criança com o mundo e o seu desenvolvimento. Corroborando com essa afirmação, Andrade (2010, p. 125) aponta que:

A criança brinca desde os primeiros meses de vida, manifestando reações espontâneas e prazerosas diante de determinados estímulos, como ao som de um brinquedo. Posteriormente, a criança começa a brincar com o próprio corpo, o que favorecerá a construção de sua inteligência, afirmação pessoal e integração social. A partir dos dois anos, começa a utilizar ferramentas simbólicas com o uso da linguagem e da atividade mental, expressando como vê a realidade ou imagina como ela poderia ser. Através das brincadeiras, as crianças aprendem regras de convivência e diversos sentimentos.

Ou seja, a brincadeira como tal como apontada pela autora vai permitir que a criança desenvolva diferentes aspectos, como a relação com o corpo e a aprendizagem sobre ele, sobre regras, sentimentos e conhecimentos diversos. Assim, no contato da criança com o brincar, com o brinquedo, com a revista, ela se desenvolve:

A criança brinca porque se desenvolve e se desenvolve porque brinca. Essa é sua lei. O ser humano é um aprendiz nato. Basta olhar uma criança brincando que você observa os desafios que ela mesma vai

construindo para dar um novo passo em resposta às suas necessidades e seu desenvolvimento (Pereira, 2005, p. 249).

Desse modo, a criança se desenvolve cognitivamente, além de aspectos relacionados à cultura. Nesse sentido:

A criança assume, em suas brincadeiras e condutas, os papéis/posições daqueles com quem interage em seu grupo social, aprendendo e reproduzindo condutas, linguagens, rotinas, hábitos, costumes e valores próprios dessa cultura (Oliveira; Rossetti-Ferreira, 2009, p. 65).

Nessa perspectiva, apresentamos uma concepção de brincar como Moyles (2002). A autora entende essa atividade como um processo que ajuda a criança a confiar em si mesma e em suas capacidades para interagir socialmente com outras crianças e/ou com os adultos.

Por outro lado, o brincar também se tornou um dos caminhos para se olhar para a criança como consumidora e isso faz com que se abra um grande campo de mercado, pois, como discutem Lira, Dominico e Nunes (2019, p. 3), “independentemente da época em que a criança vive, da sua condição social e cultural, o brinquedo sempre está, de alguma forma, relacionado à sua vida”. Assim, ele se apresenta como um dos caminhos para que o brincar, aspecto natural para a criança e seu desenvolvimento, principalmente da imaginação e das relações sociais, torne-se um campo a ser explorado pelo mercado.

Ressaltamos, assim, a importância conferida pelo mercado a esse novo segmento de consumidores que ensejou a construção de uma nova representação para a infância. Aos poucos, a criança passou a ser considerada pelo sistema “não mais apenas [como] objeto de produção, mas também [como] sujeito dotado de certa autonomia” (Vasconcelos, 2005, p. 27). Sendo assim, há a necessidade de rápidas transformações nos brinquedos para atender ao mercado e às crianças:

A urgência e a celeridade com que ocorre a renovação dos brinquedos das crianças marcam o ritmo irritante e “elétrico” do consumo maciço. São objetos-brinquedo efêmeros, para ser consumidos rapidamente, sem perda de tempo; eles não são feitos para brincar, mas estruturados, configurados e preparados para o consumo (Levin, 2007, p. 29, grifos do autor).

Apesar de o brinquedo ter sido bastante apropriado pelo universo do consumo, nem todas as relações estabelecidas pela criança com o objeto passam por essa realidade de mercado. Por isso, Brougère (2010) exemplifica alguns outros tipos de relação, como: doação, investimento afetivo, exploração, descoberta, socialização, entre outros. Complementando a discussão, Lira, Dominico e Nunes (2019) afirmam que, por meio do brinquedo, a criança se apropria do mundo imaginário, ou seja, do faz de conta, tendo acesso a diferentes realidades, ideias e normas de conduta, pois com o auxílio do brinquedo, ela imita a ação dos adultos e se desenvolve. Portanto, o brinquedo é um objeto cultural, como também é destacado pelos autores Benjamin (1984), Kishimoto (1995, 1999), Bujes (2000) e Brougère (2010). Assim, observamos que o brinquedo é um objeto fortemente representativo da cultura:

[...] porque está conectado com um conjunto de práticas sociais específicas de nossa cultura, porque pode ser associado a grupos particulares de pessoas (neste caso, de forma especial com as crianças), a certos lugares e porque adquiriu um certo perfil social ou identidade (Bujes, 2000, p. 210).

Desse modo, o brinquedo tem relação com a aprendizagem da criança, e tal aprendizagem precisa ser explorada não só no espaço da escola, mas também fora dela. Kishimoto (1995, 1999) comenta que o brinquedo supõe uma relação íntima com a criança e não possui regras que determinam a sua utilização, ou seja, vai ser utilizado pela criança a partir da imaginação dela. Por exemplo, uma boneca pode ser usada para representar a relação entre mãe e filha ou para representar estudantes em uma sala de aula durante a brincadeira de “escolinha”.

Por conseguinte, segundo a autora, o brinquedo representa a realidade, levando a criança a reproduzir o seu cotidiano; por outro lado, pode ser ressignificado de acordo com o imaginário dos pequenos ou até servir para imitações criadas a partir de desenhos animados, por exemplo. Assim, Kishimoto (1995, 1999) considera o brinquedo um instrumento lúdico que pode potencializar o processo de ensino e aprendizado das crianças. Corroboramos com a autora e consideramos o brinquedo um instrumento lúdico, que pode potencializar a aprendizagem, tanto dentro da escola, sendo utilizado na sala de aula ou durante o recreio, que é momento de diversão da criança, quanto fora dela.

Nesse sentido, Bujes (2000 p. 226) destaca que: “[...] as práticas sociais e culturais relacionadas com o brinquedo/brincar se constituem em diferentes locais pedagógicos nos quais as crianças realizam importantes aprendizagens. Locais onde moldam suas identidades, onde constroem seus modos de pensar.” Assim, por meio dos brinquedos, as crianças podem se desenvolver do ponto de vista intelectual, psicológico e linguístico. Ademais, podem aprender sobre as coisas do mundo, internalizar modos de ser e de pensar, além de reproduzir relações de poder, representando os papéis sociais que elas observam cotidianamente.

Ainda sobre essa questão, segundo Lira, Dominico e Nunes (2019), é devido a essa capacidade de “faz de conta” dos brinquedos que, para a lógica capitalista, esses artefatos são considerados possíveis estratégias de intervir na formação das crianças e de ampliar o consumo.

Bauman (2008) destaca que as crianças passaram a ter voz como consumidoras antes mesmo de terem seus direitos legais constituídos. Ele afirma que houve uma mudança de estratégia de marketing das empresas, passando do ponto de vista dos pais para o ponto de vista da criança. O autor completa dizendo que, antes mesmo de aprenderem a ler, já se estabelece uma “dependência das compras” nas crianças. E essa dependência, como já é praticamente de senso comum, seria estimulada pela mídia. Momo (2012) reforça essa ideia quando diz que é a rede midiática de consumo que mobiliza o desejo das crianças. A autora afirma que a sociedade de consumo “capacita” todos, inclusive as crianças, para que sejam consumidoras. Nessas condições, as crianças passam a ser um excelente campo para o mercado:

A indústria cultural, desde a produção até a divulgação dos brinquedos, busca cativar as crianças por meio da construção de desejos, constantemente renovados, que requerem a substituição constante dos objetos. Olhado por esse prisma, um brinquedo é mais que um objeto, uma vez que carrega junto um conjunto de significados e sentidos. Numa cultura em que a criança se torna o foco dos processos de produção, divulgação e venda por parte das grandes corporações, reconhece-se que os artefatos lúdicos representam um grande empreendimento com intencionalidades para além do entretenimento infantil (Lira; Dominico; Nunes, 2019, p. 5).

Observamos, pelos dizeres dos autores, que o brinquedo, antes, um artefato de divertimento e prazer para as crianças, passa a ser objeto de necessidade, de desejo, de competição, que precisa ser rapidamente substituído, tal como apresentado no discurso

sedutor das propagandas desses objetos. Assim, percebemos que a propaganda disparada nos diferentes veículos de comunicação informa a criança sobre determinado brinquedo, cria toda uma situação que gera nela o desejo de posse e a necessidade de brincar com ele (Lira; Dominico; Nunes, 2019).

Não podemos perder de vista que a propaganda cria, na criança, a visão de necessidade do brinquedo por meio da construção dos laços entre ela e o artefato. Essa estratégia se torna um dos recursos do capitalismo para seduzir e garantir seus lucros por meio da venda dos brinquedos. Além disso, acaba por se tornar também um disparador das desigualdades sociais, uma vez que a grande maioria das crianças brasileiras não tem acesso à imensa gama de brinquedos produzidos. Nesse sentido, Dallabona e Mendes (2004, p. 3) comentam que “boa parte das crianças brasileiras enfrenta um cotidiano bastante adverso, que as conduz, desde muito cedo, a precárias condições de vida, ao trabalho infantil, ao abuso e exploração por parte de adultos”.

Reiterando esse ponto de vista, em demonstração de dados do faturamento da indústria de brinquedos, segundo informações divulgadas pela Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), a indústria brasileira de brinquedos fechou o ano de 2021 com faturamento de R\$ 7,8 bilhões, 4% acima do faturamento de 2020 (R\$ 7,5 bilhões), ano que já havia superado o anterior. Em 2022, houve alta maior, de 6%, chegando a algo em torno de R\$ 8,3 bilhões. Para o ano de 2023, é estimado faturamento de cerca de R\$ 9 bilhões, segundo dados apresentados pela Abrinq.

Isto posto, salientamos que Bujes (2000) comenta que o brinquedo tem representado importante esteio do consumo e faz com que a indústria desse segmento aumente vertiginosamente seus investimentos ano a ano, tanto na produção de novos e mais sofisticados brinquedos, quanto de produtos e locais a eles associados, almejando cada vez mais o campo do lucro.

Faz parte também desse campo os chamados “brinquedos educativos”. Empregando esse discurso, a indústria pretende chamar a atenção dos consumidores para o fato de o brinquedo ter propriedades pedagógicas singulares. No entanto, é preciso ter cuidado com esses artefatos, uma vez que o brinquedo, por si só, não é educativo, mas, sim, a atividade que com ele é realizada. Sobre essa questão, Lira, Dominico e Nunes (2019, p. 5) comentam que “o caráter educativo dos brinquedos, os usos predominantes não fazem deles um esteio de educação, pois isso depende das relações estabelecidas, em especial, da intervenção dos adultos nas brincadeiras”.

Dentro do que foi discutido ao longo desse tópico, principalmente quanto à concepção de brinquedo, podemos considerar as revistas, a exemplo da *Recreio*, como sendo instrumento lúdico, ou seja, um brinquedo que possivelmente contribuiu com a aprendizagem da criança. Sobre isso, Dallabona e Mendes (2004) comentam que o lúdico permite o desenvolvimento global e a visão de mundo mais real, por colocar a criança em contato com descobertas e com a criatividade, permitindo-lhe se expressar, analisar, criticar e transformar a realidade. Essas possibilidades também podem ser observadas nas revistas infantis, que oportunizam às crianças o contato com diferentes assuntos, de forma divertida.

Dessa forma, no próximo capítulo, a revista *Recreio*, objeto da presente pesquisa, será devidamente apresentada. Assim sendo, os aspectos históricos de constituição da revista serão discutidos, levando à compreensão da mesma como um artefato cultural, atravessado por práticas e representações.

CAPÍTULO 2 - REVISTA *RECREIO*: TRAÇANDO OS PRIMEIROS CAMINHOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar a revista *Recreio* enquanto um artefato cultural construído entre práticas e representações, conforme indicado pelos historiadores da imprensa e dos impressos (Chartier, 1988; 2009; Burke, 1989; 2000; Luca, 1998; 2006; Pesavento, 2004; 2005). Observaremos a história desse impresso desde a publicação de sua primeira edição, em 1969, até o ano de 1982, de forma a compreendermos quais os caminhos que foram traçados ao longo da sua trajetória histórica e quais os objetivos da referida revista.

2.1 A Editora Abril e Victor Civita: os fundadores da revista *Recreio*

Apontamos, na introdução, alguns aspectos históricos de publicações para o público infantil antes da revista *Recreio*, grande fenômeno desse gênero no Brasil. Essa se mostra como produto cultural destinado a um público composto, predominantemente, por crianças. Ao fomentar o mercado editorial com publicações de textos infanto-juvenis inéditos, a revista marcou o início de um “boom” literário desse setor, vivido nos anos 1970. Criada em 1969 pela Editora Abril, começou sua publicação de forma quinzenal e, posteriormente, passou a ser publicada semanalmente. Eram 250 mil exemplares por semana, chegando a um milhão por mês.

Segundo Carneiro (1986), os números da Editora Abril vão de sete títulos entre 1950 e 1959, subindo para 27, no período de 1960 a 1969, e alcançando 121 títulos entre 1970 e 1994. A década de 1950, na Abril, é sustentada pelas fotonovelas (*Capricho*, *Você*, *Ilusão*, *Noturno*), além disso, um “pato” também ajuda a pagar a conta: o *Pato Donald*, personagem com o qual a família Civita inicia seus negócios editoriais no país.

Segundo Sales (2013), a Editora Abril se avulta pela venda de produtos infantis, alguns destaques de venda são as revistas da *Turma da Mônica*, criadas por Maurício de Souza no jornal *Folha da Manhã*, em 1959, *A Turma do Pererê* (1960) e *O Menino Maluquinho* (1980) obras de Ziraldo que também foram publicadas pela editora e ainda *Senninha e Sua Turma* (1994), todas revistas de sucesso e que marcaram as crianças de seu tempo.

Também não podemos perder de vista que a Editora Abril se organizou para a venda de materiais escolares para o governo municipal, estadual e federal, por isso é preciso refletir sobre como a produção dessas revistas, principalmente da revista *Recreio*, estava em consonância com as políticas curriculares voltadas para a produção de material didático.

Citamos, por exemplo, que durante a ditadura militar brasileira, momento em que a revista *Recreio* ganha espaço, o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu duas políticas distintas para os livros didáticos, organizadas concomitantemente. Com a criação da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (Colted), em 1966, o governo deveria estimular e controlar o mercado dos livros didáticos. Já a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename), criada por meio da Lei n. 5.327, em 1967, em substituição à Campanha Nacional de Materiais de Ensino, estava responsável pela produção de manuais escolares que seriam distribuídos aos estudantes carentes (Filgueiras, 2015). Portanto, são duas políticas que poderiam movimentar a produção da revista *Recreio*, uma vez que muitas crianças tiveram acesso a esse material por meio das bibliotecas escolares.

Portanto, a editora Abril buscou ganhar espaço no mercado editorial em toda a sua história, haja vista que seu idealizador vê no Brasil uma possibilidade de obter lucros com a produção de revistas que teriam potencial para serem material escolar, como a *Recreio*. Sobre o mercado editorial nacional, Lajolo (2002) nos informa que:

A complexidade crescente da indústria editorial moderna exige compatibilização de demanda e produção, orientando uma pela outra, criando uma em função da outra, reforçando uma e otimizando outra: são essas providências que garantem a sobrevivência do mercado. Assim, um livro que aspira ao circuito escolar é circulando – no catálogo que deve promovê-lo junto aos professores – de um conjunto de informações que só constam no catálogo por corresponderem à imagem que os editores fazem do que é e do que não é relevante para o professor que adotará o livro (Lajolo, 2002, p. 29).

Assim, observamos que as editoras buscam, normalmente, atender às necessidades do mercado nos diferentes aspectos, como conteúdo, cultural, visual, visando garantir o lucro. Conforme a autora esclarece:

Não pretendo generalizar, mas é preciso reconhecer que boa parte da indústria editorial pretende produzir apenas uma ficção que seja

palatável às escolas. O resultado disso tem sido o surgimento de livros emasculados, muitas vezes utilitários, sempre ‘politicamente corretos’, incapazes de transgredir, incapazes de trazer novas ideias ou de inovarem, pois tudo isso poderia não ser aceito pela escola (Azevedo, 2001, p. 5, grifos do autor).

Acreditamos também que isso ocorreu com a revista *Recreio*, que foi pensada para atender às necessidades das escolas no período em que foi publicada. Nesse sentido, Silva e Bertolotti (2017) comentam que a indústria cultural vem transformando os livros de literatura em livros didáticos para atender ao mercado vigente, sendo que essa produção prioriza o consumo e o utilitarismo destes livros.

Assim, evidenciamos que as revistas se tornavam o meio preferencial de popularização dos produtos e ideias voltadas ao consumo infantil, e seu sucesso apoiava iniciativas de publicação de livros por parte das mesmas editoras que publicavam as revistas. Suas redações eram, também, ambiente para experimentações técnicas, por parte dos gráficos, e estilísticas, entre poetas e caricaturistas (Martins, 2001). Ainda, segundo Reis (2021), as revistas, principalmente as ilustradas, levantaram a bandeira do “avanço” e, tanto em forma quanto em conteúdo, solicitavam adesão aos projetos de modernização.

De acordo com Nascimento (2012, p. 18), uma revista é uma “publicação periódica de formato e temática variados, que se difere do jornal pelo tratamento visual (melhor qualidade de papel de impressão, além de maior liberdade na diagramação e na utilização de cores) e pelo tratamento textual”.

Uma das principais características desse produto educacional é a sua periodicidade que, segundo Ramos e Ponozo (2014, p. 275), “contribui para suscitar o desejo de constante atualização daqueles leitores que são atraídos pela publicação”, principalmente do público infantil. Os autores ainda apontam que:

A revista, enquanto meio impresso ou eletrônico, cumpre diferentes funções, como informar, entreter, ampliar referenciais educativos e/ou culturais, prestar serviços, criticar, entre tantas possíveis, como também responde pela mobilização de seus leitores através de seus apelos discursivos (Ramos; Ponozo, 2014, p. 275).

Assim, observamos que são diversas as funções que uma revista pode ter, desde entreter até formar uma visão crítica em seus leitores. No caso da revista *Recreio*, o objetivo principal era entreter e educar o público infantil, e era composta por uma

proposta de brincadeira, um brinde e uma história original, o que Civita acreditava ser essencial para a formação de um país leitor.

Mas não podemos perder de vista Civita como um empreendedor e a revista *Recreio* como um produto a ser vendido especificamente para o público das crianças e adolescentes. Ainda, verificamos que, no período de criação da revista, havia pouco material sendo produzido para a faixa etária infantil, então esse era um grande espaço a ser conquistado, e o foi, o que pode ser constatado pelo grande número de exemplares da *Recreio* que foram vendidos ao longo dos anos.

Nesse sentido, Sales (2013) aponta que os interesses mercadológicos estão presentes na produção da revista *Recreio*. Isso fica mais claro nos anúncios, mas também pode ser identificado em diversas seções. Assim, as crianças além de leitoras são consumidoras da revista e de todos os produtos e serviços de diversas outras empresas. Ainda nesse sentido, o autor aponta que a revista atinge dois públicos que são de grande importância para os produtores, são eles:

O público leitor (as crianças) e o público pagante (os pais e demais adultos responsáveis por elas), visto que a autonomia financeira daquele é relativamente limitada. Mesmo que as crianças não necessariamente paguem pelo produto, não deixa de existir entre elas e o objeto uma relação social de consumo (Sales, 2013, p.32).

Esse olhar para a criança como um consumidor ocorre a partir da mudança de concepção de infância. Nesse sentido, Ariès (1981) discute que esse aspecto é importante, já que, para existir “literatura infantil”, compreendida como um tipo de texto produzido para crianças conforme a concepção que seus autores possuem a respeito deste público leitor, é necessário que haja reconhecimento da infância como uma “idade da vida”. A criança, então, torna-se um leitor e um público a ser conquistado pelo mercado⁵.

A criação da revista *Recreio* se aproxima da história e dos interesses de seu fundador, Victor Civita⁶ (1907-1990), que foi editor e empresário, naturalizado brasileiro, o fundador do Grupo Abril no Brasil, uma das maiores empresas de

⁵ É necessário refletir sobre a temática do consumo na infância, mas esse não é o foco principal da presente pesquisa, mas indicamos a leitura de autores, como Buckingham (2000), Linn (2006), entre outros.

⁶ Civita nasceu em Nova Iorque, mas se mudou ainda criança com a família para Milão, na Itália. Estudou no Instituto Técnico de Estudos Comerciais, completando somente o curso secundário. Prestou o serviço militar na Força Aérea Italiana; em 1935, casou-se com Sylvana Alcoso, com quem teve dois filhos (Frazão, 2021).

comunicação da América Latina. Em 1949, Civita viaja para a Argentina para conhecer a Editora Abril, cujo símbolo era uma árvore, fundada por seu irmão César, o qual lançara a revista *El Pato Donald*. “A história da Abril mostra que a empresa sempre nutriu uma preocupação e certo cuidado com a infância, por meio da publicação de revistas, livros infantis, entre outros” (Correia, 2010, p. 87). Mercadante (1987, p. 94), ainda aponta que:

A Abril está empenhada em contribuir para a difusão da informação, cultura e entretenimento, para o progresso da educação, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento da livre iniciativa, o fortalecimento das instituições democráticas do país.

O autor aponta que esse gosto pelo público infantil tem iniciativas da Fundação Victor Civita, cujo objetivo é “melhorar, estimular, modernizar a educação no Brasil. Está, basicamente, preocupada com a saúde das crianças, com o ensino de primeiro grau e com o aperfeiçoamento dos professores. Está em guerra contra a repetência, a evasão escolar e a burocracia do ensino” (Mercadante, 1987). Observamos que o discutido pelo autor aponta como ela gostaria de ser vista pelo público naquele momento, mas é preciso olhar de forma crítica para a realidade da Editora naquele período histórico.

Segundo Adorno e Horkheimer (1973), as publicações voltadas para o público infantil também disseminam os valores do capitalismo, ou seja, cultivam os futuros leitores consumidores das publicações da Editora. Nesse sentido, não podemos deixar de olhar criticamente as afirmações apresentadas por Mercadante (1987) e Correia (2010) com relação aos interesses da Editora Abril, pois a mesma, dentro de um mercado capitalista, visa ao lucro com a venda do seu produto, qualquer que seja a revista.

Como aponta Campos (2009), as revistas contribuíram para a consolidação de determinado olhar sobre as crianças, e das crianças para o universo ao redor. Sem dúvida as valorizaram por estarem num tempo de suas vidas considerado “especial”, mas isso não deve ser romantizado, uma vez que esse pode não ter sido seu objetivo primeiro dentro do mercado das revistas.

Nessa perspectiva, verificamos que, nesse momento histórico, as crianças eram vistas como um mercado do futuro, com quem as empresas desejavam estabelecer relacionamento e lealdade a serem mantidos até a idade adulta. Apesar disso, o mercado infantil é muito mais volátil e incerto do que o do adulto (Mcneal, 1999).

Assim, em parceria com seu irmão, Civita decide abrir a Editora em São Paulo. Então, muda-se para o Brasil e instala a sua editora em uma salinha, na rua Líbero Badaró, no centro da cidade. No dia 12 de julho de 1950, saiu o primeiro número da revista *O Pato Donald*⁷. Segundo Correia (2010), esse evento foi possível graças ao acordo de exclusividade com a família Civita para a comercialização dos produtos Disney na América do Sul.

Também é preciso destacar que ocorre, nesse momento, um processo de grande disseminação do *american way of life* via meios de comunicação em geral e, também, por intermédio da política de Boa Vizinhança empreendida por Roosevelt (Kissinger, 2012).

A implementação dessa política ocorreu por meio da economia e da cultura, que nos interessa no tocante à compreensão de aspectos da implementação da revista *Recreio* no Brasil. Com relação à implementação da cultura, Massagli (2018, p.240) comenta que:

Essa influência da indústria cultural americana nos países latino-americanos foi consolidada no período pós-guerra. Se considerarmos que a Segunda Guerra Mundial foi, principalmente, uma disputa expansionista por novos mercados e que alguns países da América do Sul estavam naquele momento flertando com a Alemanha de Hitler, especialmente a Argentina e o Brasil, que experimentavam governos autoritários sob o comando de Juan Perón e Getúlio Vargas, foi então o momento certo para um movimento ofensivo da indústria cultural americana nesses países.

Podemos observar, portanto, que esse processo buscou difundir o modo de vida da sociedade civil norte-americana para outras sociedades e, por meio de políticas externas, influenciar o estilo de vida, as aspirações, o modelo de família, a variedade de indústria, a tendência de roupas, o gênero de consumo, o caráter de trabalho, entre outros, conforme Massagli (2018).

No ano de 1952, a Editora Abril publica a revista *Capricho*, seguida de *Manequim*, *Quatro Rodas*, *Claudia*, *Realidade* e revistas infantis (Frazão, 2021). Além de publicar uma série de fascículos, entre eles: *Conhecer*, *Gênios da Pintura*, *Grandes Compositores*, *Grandes Óperas* e *Grandes Personagens da História Universal*, o que

³ Nesse momento, surge o Zé Carioca, personagem brasileiro criado pelo Disney, juntamente com outros personagens, como Donald Duck, um mariner norte-americano, Panchito, representando o México e outros, para se aproximar da América do Sul. Com relação à representação do Zé Carioca, existem diversas críticas de como o personagem é apresentado. Apesar de não ser foco deste trabalho realizar esse debate, sugerimos a leitura de Costa (2019), que realizam essa discussão.

ocorre, em sua maioria, no ano de 1966. Em 1968, iniciou a publicação da revista *Veja*, que se tornou a revista de maior circulação do país (Correia, 2010; 2012).

Ainda em 1970, segundo Mercadante (1987), foi lançada pela Editora uma série de histórias em quadrinhos brasileiras, tais como *Mônica*, que estreava, seguida por *Cebolinha* e *Pelezinho*, todas de Maurício de Souza, e *Pererê*, de Ziraldo. Observamos, então, o grande sucesso que os quadrinhos publicados pela editora faziam com as crianças.

De acordo com Correia (2010, p. 90), Civita demonstrava essa preocupação com o acesso ao conhecimento e à instrução por meio dos produtos culturais, tais como revistas e quadrinhos, e impactar as crianças era de grande importância, "pois elas seriam as primeiras beneficiadas por qualquer melhora na educação e disponibilidade de informação".

Assim, a Editora Abril é comandada por Civita até a sua morte em 1990 (Frazão, 2021). Dentro dessa gama de publicações, citamos a revista *Recreio*, que se consolida no Brasil de 1950 a 1980, de feito que, de 1968 até 1982, a Editora lançou mais de 200 fascículos, livros e discos no mercado editorial brasileiro. Foram vendidos mais de um bilhão de fascículos, 30 milhões de romances e 11 milhões de enciclopédias (Pereira, 2005). Toda essa conquista foi alcançada devido a grandes campanhas publicitárias e à parceria com as bancas de jornais. Tudo pensado por Civita, que buscou popularizar os livros no Brasil, principalmente durante a ditadura militar.

A esse respeito, Bicicgo (2013) discute que a Editora Abril foi a mais atuante no período da ditadura militar, apontando que isso se deve a relações entre a indústria cultural e as políticas educacionais e econômicas propostas pelos militares. Evidenciamos, entretanto, que esse crescimento aponta uma contradição com o regime militar, que ficou conhecido como um período de grandes restrições culturais. A ditadura proibiu filmes, letras de música, espetáculos teatrais e livros, mas para a indústria de livros e revistas se mostrou como momento de consolidação. Paixão (1998, p. 14) comenta que "nunca se proibiu e nunca se produziu tanta cultura como nos anos do regime militar".

Especificando sobre o crescimento da Editora Abril, nesse momento, Bicicgo (2013, p. 56) comenta que:

Boa parte desse sucesso deve-se ao baixo custo de seus fascículos e coleções, aliado a uma grande rede de distribuição. Por outro lado,

também, contribuíram para o aumento das vendas as novas proposições políticas para a educação e a isenção de impostos, por parte de medidas econômicas. O esforço para a escolarização de uma grande massa de analfabetos carecia de material didático, que fez crescer o mercado de livros didáticos e paradidáticos em todo o País.

A afirmação apresentada pelo autor nos leva a induzir que o império de comunicação Civita se consolida graças à sua proximidade com os ideais propostos pela ditadura, principalmente, associados à expansão da escolarização devido aos altos índices de analfabetismo ⁸no Brasil naquele período.

Bicicgo (2013) ainda comenta que o crescimento da rede pública de educação e as grandes tiragens das editoras têm, como mecanismo propulsor, a LDB, a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Brasil, 1961), e afirma que, no início da década de 1970, a necessidade por livros escolares transforma os livros didáticos e paradidáticos na “galinha dos ovos de ouro” das editoras brasileiras.

Sobre as vendas da Editora nesse período, Pereira (2005) aponta que a produção de revistas e fascículos foi quadruplicada. Paixão (1998) também menciona que, entre 1969 e 1973, a produção de livros aumentou em três vezes e o País entrou no *ranking* dos dez maiores produtores de livros. Desse modo, acreditamos que essa necessidade de produção de livros didáticos facilitou para que produções, como a revista *Recreio*, não sofressem tanta repressão pela política ditatorial.

Segundo Pereira (2005), durante o período de consolidação da Editora Abril, o Brasil tinha construído a economia nos moldes dos países ricos e mantido as desigualdades sociais estruturais típica dos países pobres. O rápido crescimento da industrialização e da urbanização criou oportunidades de vida e de trabalho para a parte da população pobre, proporcionando certa mobilidade social e perda da homogeneidade da classe média.

Em que pese a posição de relativa “independência” da Abril em relação ao Regime Militar (1964-1985), é importante destacar que a grande expansão da Editora ocorre, exatamente, nos primeiros dez anos do Regime. Ela foi uma das empresas de comunicação mais beneficiadas pelas políticas econômicas naqueles tempos. Como aponta Pereira (2005, p. 248-249):

⁸ Encontramos os seguintes dados sobre o analfabetismo no país: em 1950, eram 48% os analfabetos maiores de 15 anos; em 1970, essa porcentagem caiu para 33,01%. O número de matriculados no ensino superior, em 1960, era de 93.202; em 1970, foram 1.035.000 (Almanaque Abril, 2002). Destacamos que para a versão final serão apresentados dados de fontes mais confiáveis sobre os números de analfabetos no Brasil nesse período.

Esse foi o momento de maior expansão da Editora. Paradoxalmente, o período da grande censura também foi um momento de crescimento dos meios de comunicação e o crescimento da industrialização, impactando a urbanização e mobilidade social, através do surgimento de oportunidades de trabalho e maior escolarização, a Editora Abril aproveitou essas mudanças e esteve a postos para possibilitar o maior acesso da população aos livros e informação qualificada.

Essa expansão que a Editora ganha, no referido período, demonstra o olhar empreendedor de seu fundador. Sobre a revista nesse período, Furtado (2013) aponta que o Regime Militar interferiu radicalmente nas condições de produção cultural e artística do país. *Recreio*, nesse sentido, passou a ser uma opção de livre expressão, talvez de maneira mais discreta, de escritores que resistiam. O que é apontado pela autora nos leva a refletir que realmente havia esse cunho de resistência ao *status quo*, mesmo que velado. Furtado (2013) ainda discute que a maioria das obras publicadas para crianças antes de 1969 seguia um modelo de comportamento conformista. A criança tinha que aceitar passivamente as regras, as ideias e os valores morais presentes na sociedade.

Machens (2009) explica que as meninas não podiam subir em árvores e os meninos não podiam chorar. A autora destaca que a revista passou a questionar comportamentos como conformismo, obediência, submissão à autoridade, dominação do mais fraco pelo mais forte, o modelo de criança bem-comportada, o texto moralizante e o patriarcalismo.

Nesse contexto, Revah e Toledo (2011) destacam a importância da possível atuação da editora Abril na alfabetização de mais de 3 milhões de adultos, num país em que a maioria era analfabeta. A ocidentalização da cultura escrita e impressa progredia simultaneamente com o desenvolvimento urbano e comercial, de modo a tornar imperativo o crescimento do número de letrados. Assim, tal necessidade de elevação das taxas de alfabetização foi fundamental para a redefinição do projeto moderno de instituições formativas, em que a escola assumiu sua função e controle (Ripe; Amaral, 2022).

Além do mais, grande parte do material didático utilizado pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Mobral⁹, foi desenvolvido pela Editora. Os autores ainda discutem que:

A editora Abril teve “uma contribuição importante para a educação, a qualidade de vida e o fortalecimento da democracia no Brasil”. Esses contornos concernem também à “revolução cultural” da década de 1960. A Revista Cláudia, por exemplo, é inserida nesse registro: “Feita para a mulher dos novos tempos, que já não se contentava em ser, apenas, a rainha do lar, era uma mudança radical [...]. Cláudia enveredava por temas ainda tabus, como sexo e contracepção”. Desse modo, o lugar na memória criado para a editora Abril e o “fazedor visionário” Victor Civita, que “tinha uma sensibilidade inigualável para detectar o que os leitores queriam e antecipar suas necessidades”, é o da democracia, da “revolução cultural” e da “revolução social, com mudanças na política e nos costumes” (Revah; Toledo, 2011, p. 143, grifos dos autores).

Observamos que a editora buscava um público diferenciado, como as crianças, um dos públicos-alvo da revista *Recreio*, conforme verificaremos no tópico a seguir. Destacamos, também, por meio do olhar de Castro (2021), que a revista *Recreio*, no período da Ditadura Militar, não era ausente de intenções, neutra ou asséptica, nenhuma revista o é. Apresentava-se como um veículo de transformação social num país que ainda possuía grandes níveis de desigualdade e analfabetismo. Foi arquitetada e produzida por artífices que vislumbravam, ao mesmo tempo, a exploração de um nicho de mercado consumidor potencial, o mercado infantil, e que se imbuía de uma tarefa civilizatória: a formação de leitores conscientes da realidade do país em que viviam.

2.2 A revista *Recreio*: aspectos gerais das primeiras edições

A revista *Recreio* foi fundada em 1969, sendo uma publicação semanal, pensada para atingir o público de crianças de 7 a 13 anos, podendo ser adquirida em bancas de jornais ou por assinatura. A revista vinha dentro de um invólucro plástico onde, além da

⁹ O Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral - surgiu no dia 15 de dezembro de 1967, de acordo com a Lei nº 5.379, quando o governo assumiu o controle da alfabetização de adultos, voltando-a para a faixa etária de 15 a 30 anos. Meses depois, foi designada a comissão que seria encarregada de elaborar os estatutos da instituição. Neste mesmo ano, no dia 29 de março, os estatutos do Mobral foram aprovados, segundo o Decreto de nº 62.484 (Rangel, 2011, p. 14). Na concepção educacional do regime militar, tinha como seus principais objetivos: erradicar o analfabetismo, integrar os analfabetos na sociedade, dar oportunidades a eles através da educação, buscando, assim, benefícios para a população menos favorecida economicamente e principalmente a alfabetização funcional, com a aquisição de técnicas elementares de leitura, escrita e cálculos matemáticos (Beluzzo; Toniasso, 2015).

revista, havia também um brinde, que, em geral, era um pequeno brinquedo atrelado ao conteúdo da coleção (Dertonio, 2006; Correia, 2010; 2012; Broccheto *et al.*, 2011; Ramos; Ponozo, 2014). Segundo Correia (2010), esse era chamado de *O presente de Recreio*. É possível verificar que o brinde citado pelos autores correspondia a um incentivo da Editora para a compra da revista pelo seu leitor e consumidor, no caso, as crianças.

Na *Recreio*, provavelmente, tudo foi pensado, testado e criado para que o leitor fosse seduzido pela forma lúdica que a revista trazia. Era publicada em papel alta alvura, um tipo de papel que permitia que a criança escrevesse, desenhasse e pintasse em suas páginas. O papel couché, mais brilhante e de melhor absorção das tintas gráficas, e, portanto, com mais qualidade de impressão, foi preterido em função de uma maior interatividade da criança com a revista (Dertonio, 2006).

Segundo Correia (2012), a revista trazia em suas páginas histórias de autores hoje conhecidos, curiosidades folclóricas e regionais, temas científicos e didáticos tratados de forma criativa, com muitas ilustrações. A autora ainda comenta que era comum a revista tratar de datas significativas no calendário nacional e explorar personagens e regionalismos das diferentes partes do país (Correia, 2012).

Machens (2009), em seu estudo sobre a *Recreio*, debate a proposta inicial da publicação, que quando foi criada era para ser uma revista infantil de caráter brasileiro, que valorizasse os textos coloquiais, aproximando a linguagem escrita da oral. Um dos diferenciais era ter um caráter pedagógico, mas de forma tênue. O público-alvo eram as crianças que estavam começando a aprender a ler, ou seja, pequenas.

Além disso, a publicação tinha que ser isenta de preconceitos, abordando temas que fizessem parte do cotidiano das crianças (Furtado, 2013). Precisamos apontar que mesmo com esse intuito de evitar a existência de preconceitos, aos olhos dos leitores do século XXI, eles se fazem presentes na revista por meio das ilustrações, por exemplo.

A proposta era tratar as crianças em plano de igualdade com os adultos e a criatividade dos pequenos deveria ser estimulada. Foi assim que nasceu a ideia das seções ao estilo *Leia e Pinte* ou *Recorte e Brinque*. Quem criou essas seções foi a escritora Ruth Rocha, que foi orientadora pedagógica da revista durante três anos, no seu início (Furtado, 2013). Foi tão grande o sucesso dessas seções, às vezes bastante sofisticadas, que professores passaram a utilizá-las em sala de aula. A seguir,

apresentamos um trecho da entrevista concedida por Ruth Rocha a Machens (2009), que se relaciona com as discussões realizadas:

[...] na verdade, não tínhamos uma seleção de autores, nós tínhamos uma seleção de textos. A gente recebia o texto, a gente lia. A gente usava um critério que Marisa Lajolo cita num júri a que ela pertenceu, que era o critério “arrepio na espinha”, que na verdade tem uma coisa que a gente, quando gosta de literatura, a gente lê e sabe se é bom (Machens, 2009, p.44, grifos do autor).

Além disso, o conteúdo era pensado para incentivar a relação de proximidade entre pais e filhos: “[...] as mães começariam lendo para seus filhos e montando brinquedos em conjunto com eles; depois os pequenos continuariam sozinhos” (Correia, 2012). Furtado (2013, p. 36) também aponta que:

Recreio representou uma ruptura em relação aos modelos clássicos de literatura infantil que antes eram predominantes no Brasil. Não só lançou autores que respeitavam as crianças com suas diversidades, como exerceu grande influência sobre novas gerações de leitores. A revista introduziu em suas páginas uma linguagem narrativa mais próxima à oral. Aproximou as ilustrações dos textos, hoje praticamente indissociáveis em livros e outras publicações direcionadas às crianças. Além disso, incentivou novos comportamentos, como o feminismo e o antipatriarcalismo, considerados tabus na época.

A ilustração é um artifício peculiar utilizado nos materiais destinados às crianças para chamar a sua atenção, além de ser uma imagem que pode substituir um texto, ampliá-lo, adicionar a ele informações, ou também questioná-lo (Freitas; Zimmermann, 2006–2007). A ilustração “[...] estimula o raciocínio e a criatividade do leitor, por isso os desenhos devem sugerir mais do que já está expresso no enunciado verbal, evitando a mera descrição gráfica do texto.” (Jardim, 2000, p. 76). As ilustrações também acabam reforçando alguns estereótipos e preconceitos:

[...] as ilustrações têm servido de veículo para o reforço de estereótipos e preconceitos. Personagens más são invariavelmente feias, enquanto fadas, príncipes, princesas e heróis apresentam sempre um ótimo aspecto. A avó é geralmente representada por uma velhinha de cabelos brancos e coque, tricotando em uma cadeira de balanço, e o avô, por um velho gordo, de óculos na ponta do nariz, chinelos e com uma aparência bonachona. Mesmo em livros que contam histórias atuais, a mãe aparece de avental e espanador na mão; o pai, segurando

uma pasta ou um jornal. A empregada, o marginal e o operário são quase sempre negros (Jardim, 2000, p. 76).

Portanto, a revista *Recreio*, pelo uso das ilustrações com alta qualidade para a época, promove avanço, mas também reforça alguns estereótipos e preconceitos por meio da imagem de princesa, do saci, da avó, dos gordos, entre outras presentes no material. A escritora Ana Maria Machado, uma das autoras da *Recreio*, ao conceder entrevista a Machens (2009), comenta sobre as características dos textos produzidos:

[...] legitimação do tom da oralidade e coloquialismo, um registro muito mais solto e flexível do que o padrão da linguagem em vigor, conforme assinalou Regina Zilbermann. E de um amplo uso de metáforas e símbolos, na criação de um texto ambíguo, polissêmico, carregado de alusões e significados ocultos, capaz de ser decifrado em várias camadas distintas, por leituras diversas, desde a da criança pequena que neles vive a aventura ou as peripécias do enredo (Machens, 2009, p.50).

Observamos, pela fala de Ana Maria Machado, que a revista possuía uma linguagem específica e pensada para o seu público. Correia (2012) também destaca o fato de a *Recreio* daquela época construir seu conteúdo em conjunto com os leitores.

Com relação à primeira edição, que tem sua capa apresentada na Figura 1, Correia (2010) afirma que foi lançada em maio de 1969, formato 20,2 cm x 27, 2 cm, contendo 16 páginas e um encarte central com papel mais resistente dedicado aos brinquedos. Logo abaixo do título, vinha a inscrição *Escolar*, indicando o objetivo da revista. Essa descrição perdurou até o ano de 1976. A periodicidade da revista, inicialmente, era quinzenal, e a inscrição de data nas capas sempre se referia à quinzena do mês em questão. Os primeiros números tiveram tiragem de 250 mil exemplares, que se esgotavam rapidamente nas bancas, motivo que levou a Editora a publicar a revista semanalmente; isso ainda no primeiro ano. No ano de lançamento, vinte e cinco edições de *Recreio* foram publicadas (Correia, 2010).

A primeira editora da revista *Recreio* foi Sonia Robatto, Wladir Igayara era o chefe de arte das publicações infantis na Editora Abril e Ruth Rocha era a orientadora pedagógica. Eles permaneceram entre os anos 1969 e 1970 (Furtado, 2013).

Em 1970, o número da população jovem no Brasil era de 49 milhões de pessoas com menos de 15 anos, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse contexto demográfico é relevante ao analisarmos o alto número

de exemplares vendidos da revista *Recreio* durante esse período. Além disso, é possível identificar a demanda crescente de crianças e adolescentes como leitores, o que contribuiu, significativamente, para o sucesso de vendas da revista. Portanto, é evidente que um conjunto de fatores, como o tamanho da população jovem e a crescente demanda por conteúdo direcionado a esse público, possibilitou essa venda estupenda da revista *Recreio*.

Em 1971, Sonia Robatto e Ruth Rocha saíram da revista e Cláudio de Souza assumiu a direção. Ele modificou as principais características da revista, reduziu seu tamanho e direcionou a *Recreio* para dois públicos: crianças em fase de alfabetização e crianças já alfabetizadas. Nessas edições, havia duas histórias, cada uma focada em um desses públicos (Machens 2009; Furtado, 2013).

Cláudio de Souza também mudou os autores convidados, e a tiragem despencou dos 250 mil exemplares semanais para 25 mil. Em 1973, a tiragem da revista já tinha caído para 5 mil exemplares por semana, e Cláudio de Souza pediu para Ruth Rocha voltar a trabalhar na publicação. De 1976 a 1981, Ruth Rocha se tornou a primeira assistente e, depois, editora da revista. Foi a partir de 1976 que Sylvia Orthof e Marina Colasanti, entre outras, passaram a escrever para a revista (Machens 2009; Furtado, 2013).

Sobre o título *Recreio*, observamos que ele antecipa o conteúdo da revista e se vincula à suposta hora mais esperada pelas crianças em suas atividades escolares, conforme apontam os autores Dertonio (2006) e Ramos e Ponozo (2014). Brocchetto *et al.* (2011) comentam que o título da revista sugere elementos do agrado do leitor, enquanto promove a aprendizagem permeada pela diversão, pela brincadeira, pelo jogo, pelo lúdico, pois, como os autores propõem, recreio é:

O momento em que as brincadeiras acontecem, principalmente, em que os estudantes interagem – ao menos sem a intervenção de outrem hierarquicamente superior – e em que, por consequência disso mesmo, a aprendizagem ocorre de forma livre e lúdica. É o tempo em que é permitido tratar de qualquer assunto, e, justamente por isso, a criança busca tópicos de seu interesse; em geral é o momento mais apreciado pelos estudantes (Brocchetto *et al.* 2011, p. 167).

Assim, evidenciamos que, ao determinar o título, os editores da revista buscaram algo que fosse chamar a atenção do público a que ela se vinculava. Segundo a jornalista Sonia Robatto, responsável pela idealização e produção dos primeiros números da

Recreio, a proposta da revista era “ser uma revista infantil de caráter brasileiro, oferecendo textos com uma linguagem coloquial; e a linguagem escrita deveria aproximar-se, cada vez mais, da linguagem oral” (Machens, 2009, p. 43).

Costa (2019) também comenta que as histórias giravam em torno das experiências comuns à infância e variavam de tema, por exemplo: um jogo de futebol, um caso engraçado da vizinhança ou de uma família. Muitas delas continham elementos fantásticos¹⁰ e várias outras traziam à tona histórias folclóricas e culturalmente importantes para o Brasil. A representatividade também marcava as narrativas que, não raro, falavam sobre indígenas e tinham crianças negras como protagonistas.

Segundo Sales (2013), a história da revista *Recreio* é dividida em duas fases: a primeira, que circulou de julho de 1969 a maio de 1982, e a segunda versão, com publicação inicial em abril do ano de 2000, ou seja, 18 anos depois, embora, em março de 2018, ela tenha sido descontinuada, parando na edição 925. Em 2020, a marca voltou a ser publicada por meio do *website*, podendo ser acessada pelo *link*: <https://recreio.uol.com.br/canal/viva-a-historia/>. Destacamos que, de 2000 a 2014, a revista *Recreio* pertencia à editora Abril, tendo sido vendida para a editora Caras, que detém seus direitos até a atualidade.

Nesse período, a publicação teve colaboradores como Ruth Rocha, Ana Maria Machado, Joel Rufino dos Santos, Sylvia Orthof, Marina Colasanti, Maria Teresa Guimarães Noronha, Carlos Lombardi e Walcyr Carrasco, dentre outros autores. Os responsáveis pelas ilustrações e quadrinhos que estiveram presentes de maneira mais frequente nos doze anos em que *Recreio* esteve em circulação foram: Waldir Igayara, que idealizou a revista com Sonia Robatto, Walter Ono, Ruy Perotti, Izomar Guilherme, Renato Canini, César Sandoval e Brasília Carlos (Correia, 2010).

Alguns autores da *Recreio* se tornaram consagrados na literatura infantojuvenil, por exemplo, Ruth Rocha (1931), em 1967, passou a escrever sobre educação para a Revista Cláudia, que é voltada para o público feminino. Recebeu o convite para trabalhar para a revista *Recreio*, em que publicou uma série de histórias infantis.

Em 1973, a autora passou a coordenar o departamento de publicações infantojuvenis da Editora Abril, escreveu diversos livros, dentre eles, *Marcelo, Marmelo, Martelo* (1976), que foi traduzido para vários idiomas e se tornou um dos mais lidos pelas crianças no país (Frazão, 2019). Ana Maria Machado (1941) também

¹⁰ Elemento inexplicável, do irreal, do estranho ou da fantasia.

começou a escrever histórias infantis para a revista *Recreio*. Juntamente com a luta contra a Ditadura, seu primeiro livro *Bento-que-Bento-é-o-frade*, foi publicado em 1977, ao voltar do exílio (Frazão, 2020). Desde então, não parou de publicar obras voltadas para esse público.

Zilberman e Lajolo (1999) discutem que esses escritores despontam em um momento de entrave na literatura infantil brasileira, que desde a morte de Monteiro Lobato vinha com um crescente número de autores cuja produção se resumia à literatura moralizante e com fins pedagógicos. As autoras afirmam que essa geração produziu “obras repetitivas, explorando filões conhecidos e evitando a pesquisa renovadora”.

Entretanto, a revista *Recreio* tinha um intuito diferente: o de associar a leitura com a brincadeira, tanto que os seus autores poderiam abusar do lúdico para promover a aprendizagem do estudante. Na Figura 1, apresentamos a capa da primeira edição da revista.

Figura 1 – Capa e quarta capa da primeira edição (1969) e da última edição da revista *Recreio* (1982), em sua primeira fase

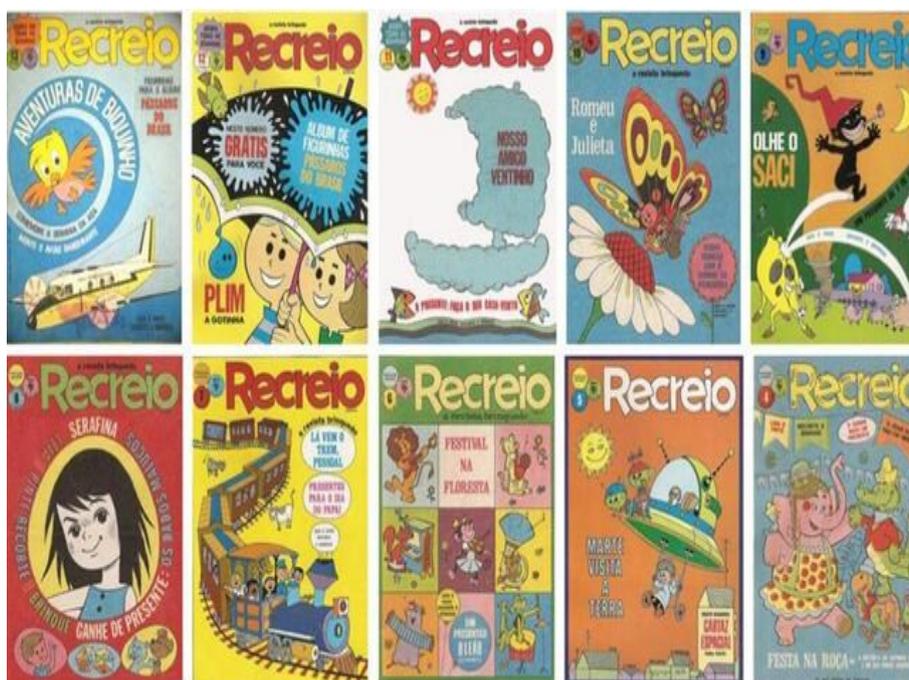


Fonte: <https://www.blogdaletrinhas.com.br/conteudos/visualizar/Hora-da-Recreio-a-revista-que-mudou-a-literatura-infantil-brasileira> (Acesso em 2023)

As capas da revista não tinham, de acordo com Correia, uma padronização. Em algumas edições o destaque era a história central, em outras, o brinquedo que acompanhava a revista recebia maior divulgação, por exemplo (Correia, 2012).

A circulação da revista durou 12 anos, somando 423 edições e mantendo o objetivo de promover o acesso das crianças e jovens à informação e à leitura, assim como tornar a Abril uma editora sólida no mercado. Nesse período, embora tivessem sido mudadas seções da revista, formas de abordagem e interação com o leitor, o título sempre manteve os itens principais: história, atividades e brinquedo. As mudanças, provavelmente, aconteceram para acompanhar os interesses do público leitor (Scalzo, 2009). Na Figura 2, são apresentadas mais algumas capas da revista nesse período.

Figura 2 – Mais Edições da revista *Recreio*



Fonte: <https://www.blogdaletrinhas.com.br/conteudos/visualizar/Hora-da-Recreio-a-revista-que-mudou-a-literatura-infantil-brasileira> (Acesso em 2023)

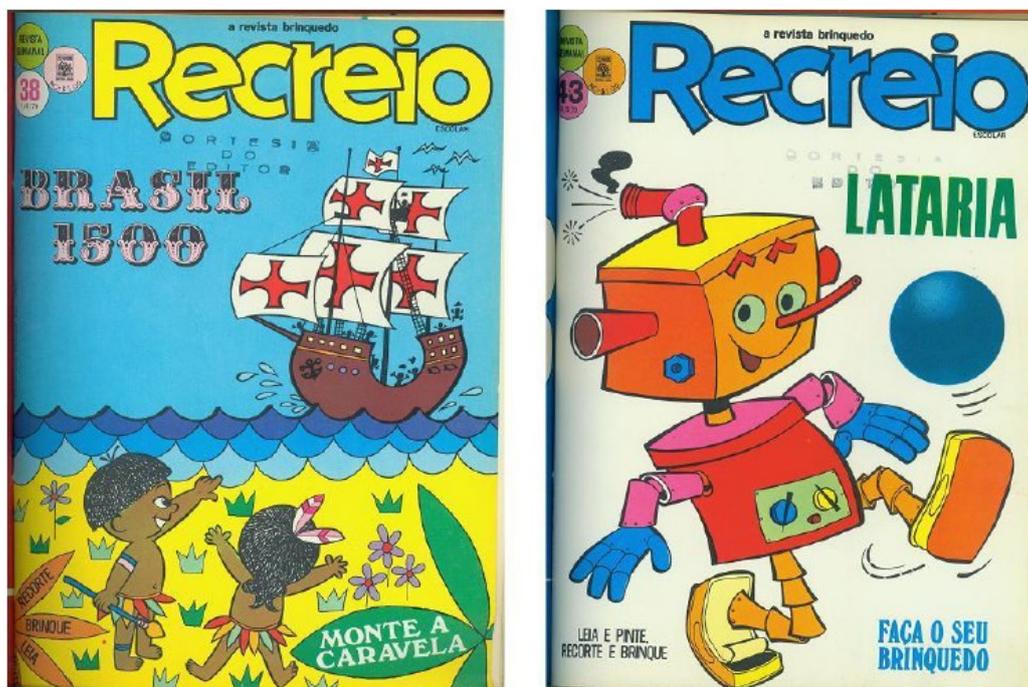
O conteúdo da revista era composto por encartes para pintar, recortar e colar e por brinquedos para montar (Santos, 2008). Segundo Correia (2010), as capas sempre divulgavam histórias, que consistiam em seu principal conteúdo. Elas eram compostas por imagens de cores fortes e dois, no máximo, três destaques. Havia também um convite à participação do leitor estampado na capa, desde a primeira edição. O *Leia e Pinte* e o *Recorte e Brinque* poderiam ser realizados por meio das atividades que

estavam nas páginas da revista, inclusive na última capa, chamada quarta capa. Além das atividades, havia o presente de recreio: o “brinde”. Tratava-se de um brinquedo que a criança deveria montar para brincar. Correia (2010, p. 135) ainda afirma que:

A história, sendo o eixo central do plano editorial da revista, com frequência, era o destaque das capas. A ilustração escolhida era o auge da narrativa, o momento mais engraçado ou curioso. O título da história não era obrigatório na capa, a menos quando se tratava de datas comemorativas ou personagens já conhecidos dos leitores. As imagens a seguir exemplificam essas duas situações; ambas são um convite à leitura, pois destacam a história, com diferentes apelos: no primeiro – edição 38 –, a data comemorativa do descobrimento do Brasil; no segundo – edição 43 –, o personagem Lataria, que já havia aparecido em edições anteriores, mas também habitava a preferência das crianças por ser um robô e trazer a temática da tecnologia.

Nesse sentido, verificamos que a capa era um ponto forte da revista, utilizada para chamar a atenção do leitor sobre seu conteúdo. Na Figura 3, apresentam-se as capas mencionadas pelo autor.

Figura 3 – Capas das edições 38 e 43 da revista *Recreio*



Fonte: Correia (2010)

Na Figura 4, são apresentados encartes de papelão, presentes nas edições da revista *Recreio* em sua primeira fase. Sales (2013) comenta que, de 1970 a 1977, devido à presença desses “brinquedos”, a revista se autodenominou *A Revista Brinquedo*, *slogan* que aparece no alto da capa, sendo uma forma de demonstrar que o objetivo da revista não era apenas informar, mas também divertir.

Figura 4 - Imagens dos encartes de papelão com brinquedos para montar



Fonte: Sales (2013).

Observamos, portanto, o objetivo de “educar brincando” na primeira fase da revista. Nas primeiras edições, os encartes foram um dos apelos comerciais da revista, a qual lançou coleções temáticas de brinquedos colecionáveis. Nesse contexto, Fernandes e Campos (2023) discutem que a articulação entre texto e imagem das revistas voltadas para o público infantojuvenil se relaciona com o formato proposto pelos mesmos, que buscam garantir a periodicidade ao conteúdo apresentado, quais sejam, os “textos, desenhos, fotografias, cores, tipos, contos, poesias, cartas, reportagens, charadas, conselhos, concursos, brinquedos para recortar, vestir, colorir e tantas outras formas de expressão”, que chamam a atenção quando o leitor manuseia a revista, além fazer sentido frente à busca de tornar esse um objeto de “desejo” do sujeitos.

Ainda sobre as estratégias desses artefatos, cuja intenção era de fidelização do leitor, Correia (2010, p. 93) aponta que:

Já na primeira edição de 1970, percebe-se claramente o apelo de colecionável, na tentativa de fidelizar o leitor. Junto com a revista, o leitor ganhava um Álbum de Figurinhas com o título de peixes do Brasil. Essa coleção estendeu-se por 12 edições, nas quais a editora publicava as figurinhas para completar o álbum, com explicação em seu verso: “nesse número você está recebendo as primeiras figurinhas para o seu Álbum Peixes do Brasil. Todas as semanas *Recreio* publicará as outras figurinhas.

A capa da primeira edição com o álbum pode ser observada na Figura 5.

Figura 5 – Capa da edição 26 da revista *Recreio* com a indicação do álbum de figurinhas “Peixes do Brasil”



Fonte: Correia (2010).

Apesar do foco em um conteúdo que divertisse seus leitores a partir de 1973, a revista *Recreio* passou a se preocupar também com a diversidade de gêneros textuais explorados em cada edição. Foi lançado, então, o encarte “Jornalzinho de *Recreio*”, que trazia textos de gêneros informativos em suas páginas. Assim, podemos observar a existência do gênero “jornal” dentro do gênero “revista”, de forma que historicamente as revistas surgem a partir dos jornais, como ressaltado por Martins (2001).

A autora ainda destaca que a consolidação desses como gêneros específicos se concretiza a partir da utilização das técnicas de maquinaria e dos profissionais envolvidos, que têm foco em jornalismo diário; portanto, constituem-se como veículos diferentes com fontes e objetos distintos (Martins, 2001). Discutindo sobre tais diferenças, Campos (2012, p. 57) afirma que:

Os jornais são irremediavelmente rígidos sob o signo do atropelo cotidiano, enquanto as revistas são geralmente mais refinadas, a começar pelo enfeixamento das folhas em torno de uma capa, passando pela diagramação e qualidade do papel utilizado, pelas cores e artes gráficas em geral empregadas no seu fabrico.

Dessa maneira, a autora explicita as particularidades de cada gênero, o que nos leva a ressaltar a importância de a revista *Recreio* incorporar, em suas páginas, textos informativos, assim como observado na Figura 6, em que são apresentadas as mudanças da revista ocorridas a partir da edição 209, com o encarte “Jornalzinho”.

Figura 6 – Mudanças da revista *Recreio* com o encarte *Jornalzinho*



Fonte: Correia (2010).

Correia (2010) explica que, em 1974, na edição de número 235, a publicação da revista voltou a ser quinzenal. Também nesse ano, passaram a ser incluídos como brindes alguns produtos industrializados, e anúncios de diversos fabricantes, publicados,

fato que fez a publicidade ser o apelo comercial mais forte, provocando aumento nas vendas da revista.

O primeiro anunciante foi o fabricante de material escolar, que divulgava sua borracha como brinquedo: “O brinquedo que não tem fim. Brinque mais com Borrachin, a borracha que não tem fim. À venda em papelarias, bazares, lojas e supermercados”. (Correia, 2010, p. 98).

Na edição 256, amostras de produtos destinados ao público infantil, como, por exemplo, sabonetes da Turma da Mônica, também passaram a ser incluídos. Aqui, apontamos um traço característico das revistas infantis: o apelo ao consumo. Assim, além de fontes de informação e de cunho educativo, as revistas infantis são produtos que visam ao lucro de seus anunciantes e idealizadores.

No ano de 1974, houve outras especificidades, como a publicação de histórias escritas somente por Sonia Robatto e Ruth Rocha. Ademais, houve edições com temas específicos, como a de número 236, com o tema “Carnaval”, a 241, com o tema “Arca de Noé” e, na 245, o tema foi “Festa Caipira”, em que os leitores precisavam desmontar toda a revista para reconstruir peças voltadas para as temáticas. Ainda, *O correio dos amiguinhos de Recreio* trazia desenhos, histórias e sugestões dos leitores e, a partir da edição número 240, passou a divulgar suas fotos, conforme aponta Correia (2010).

Nessa fase, novamente, percebemos traços das estratégias que visam tornar a revista uma “fonte de desejo” das crianças por meio de uso da relação entre texto, imagem, cores e conteúdo, que desperta no público uma proximidade e o convida a adquirir a próxima edição (Campos, Fernandes, 2023).

Em 1975, a publicidade ganha força e um departamento dedicado a ela é montado em São Paulo e no Rio de Janeiro, e todas as quartas capas da revista estavam voltadas para anúncios, além disso, a distribuição de amostras de produtos também passou a ser mais frequente (Correia, 2010).

Segundo Scalzo (2009), no ano de 1977, observam-se grandes mudanças na revista *Recreio* de cunho físico, uma vez que ela passou a ter formato de gibi, em busca de diminuir os custos de produção. Com isso, os números de páginas aumentaram para 32, mas continuou com seu foco em histórias, atividades e brindes. Não podemos perder de vista que essa mudança no número de páginas se relaciona com o leitor que se visava. Segundo Moreira e Galvão (2022), o tamanho do impresso, ou seja, seu formato bem como o número de páginas, dentre outros fatores da ordem da materialidade, pode

indicar ao pesquisador sobre o “leitor visado” e sobre as formas de uso. Na Figura 7, apresentamos esse novo formato.

Figura 7 – Revista *Recreio* no formato de Gibi



Fonte: Correia (2010).

Somente em 1978, o Grupo Editorial, sob a direção de Ruth Rocha, promoveu a inclusão de reportagens, no conteúdo da própria revista, em sua maioria feitas com crianças, e mesas-redondas, com a participação dos leitores, para discutir temas polêmicos (Correia, 2010). Em 1979, a participação do leitor ficou mais intensa por meio de cartas e desenhos. Nesse ano, a revista promoveu diversos concursos: alguns com premiação em brinquedos, como o primeiro deles, cujo prêmio eram bicicletas Monark; outros, com prêmios em dinheiro; e alguns, simplesmente, com publicações dos vencedores na revista; a edição de número 390, nesse ano, foi comemorativa do aniversário de 10 anos (Correia, 2010).

Na década de 1980, o Brasil viveu um momento de séria inflação, o que refletiu nos valores da revista, que sofreu grandes alterações, mesmo com a alta arrecadação por meio das publicidades da Nestlé. Esse período de inflação gerou dificuldades financeiras à Editora Abril, que acabou paralisando a publicação da revista *Recreio*, retomada apenas nos anos 2000.

Assim, observamos, por meio dos aspectos destacados na primeira fase da revista *Recreio*, que esse periódico buscou aproximar novas técnicas de imprensa infanto-juvenil da nascente literatura e do consumo em crescimento no período. Procurou, também, levar conhecimento, a informação, aos consumidores, provocando-os à discussão de temas relevantes e incentivando sua criatividade.

Em 1981, Ruth Rocha ainda dirigia a revista quando a Editora Abril decidiu acabar com a publicação. Durante duas décadas, o mercado brasileiro de revistas infantis não teve grandes movimentações (Correia, 2012) e nenhum título, além dos quadrinhos da Turma da Mônica, conseguiu muito sucesso.

Importante ressaltar, mais uma vez, que são poucos os trabalhos que se destinam a explorar os conteúdos presentes na primeira fase da revista *Recreio*, desse modo, o foco da presente pesquisa está em analisar as edições referentes a esse período e refletir sobre suas contribuições para a Educação.

2.3 A segunda fase da revista *Recreio*

Em 2000, a Editora Abril retoma a produção da revista *Recreio*, dando início à segunda fase do periódico, que se estende até o ano de 2014. Ela foi apresentada com uma nova proposta gráfica e editorial e volta a oferecer aos leitores gêneros informativos que se tornam uma das marcas da segunda fase: passatempos, piadas e tirinhas (Sales, 2013). Destacamos que nessa fase a periodicidade era de cerca de 20 dias (Furtado, 2013).

Furtado (2013) aponta que, a partir de março de 2000, a revista começou a distribuir coleções grátis de brinde junto aos encartes, sendo esse um dos principais motivos de seu sucesso, além de ser uma forma de chamar a atenção dos consumidores. A autora ainda afirma que esses brinquedos faziam parte de uma coleção, ou seja, a cada edição comprada ganhava-se um novo brinquedo para montar. Alguns exemplos citados por Furtado (2013) que foram disponibilizados entre os anos de 2000 e 2013, quando o trabalho da autora foi publicado, foram o Insectron, o Desafio Alien, o Reino dos Dragões e a Mitologia.

A equipe responsável pela revista é composta por jornalistas e colaboradores de diversas áreas, como educação, saúde, psicologia e ciências naturais, e por profissionais

de publicidade e marketing, portanto, é uma revista totalmente diferente da versão antiga:

A nova *Recreio* não tem nada a ver com a antiga. Os textos normalmente fecham os assuntos numa página única ou dupla. A *Recreio* nova é dividida em 42 assuntos. Tem publicidade, o que a nossa revista não tinha. Cada fascículo da revista tratava de um tema e a partir desse tema eram feitos os jogos e brincadeiras. Não há termo de comparação, com a linha editorial, com a faixa etária e com o conteúdo, das duas revistas (Machens, 2009, p.50).

Em paralelo com o início da segunda fase de circulação da *Recreio* e a década de 2000, houve o desenvolvimento da Internet, dos meios de comunicação digital e o crescimento da sua utilização pelos pequenos. As crianças passaram, então, a compartilhar o ciberespaço com os adultos e a ser o público-alvo de diversos *sites*, *blogs*, seções em portais, aplicativos e games (Sales, 2013). De acordo com a pesquisa Mídia Dados Brasil, que mapeou os principais meios de comunicação do País, durante o ano de 2011, 11% dos internautas brasileiros tinham entre 10 e 14 anos (Grupo De Mídia São Paulo, 2012).

Em comparação com a televisão, cujo surgimento lançou um alarme semelhante ao que atualmente rodeia a temática da utilização das novas tecnologias por crianças e jovens, os mais novos assumem-se não como meros observadores passivos, repositório acrítico de informação, mas antes como participantes ativos, controlando e gerando vivências, acedendo e manipulando informação de acordo com os seus gostos e preferências (Monteiro; Osório, 2008, p.4)

Esse contexto fez com que a publicação se adaptasse a essa nova realidade, com a produção de um portal na Internet e de perfis em redes sociais, além da convergência entre os conteúdos dos meios impressos e virtuais (Sales, 2013).

Correia (2010) aponta que, nessa nova fase, a revista impressa é complementada pelo brinquedo e pelo fascículo que a acompanha, pelos produtos avulsos com a marca *Recreio* (como livros de receitas, jogos e cadernos de atividades), pelo portal e, atualmente, também, pelos perfis nas redes sociais. Com relação à estrutura da revista, Sales (2013, p. 19-20, grifos do autor) explica que a mesma possuía em média 34 páginas internas, sendo que:

A *Recreio* é impressa em papel couchê brilhoso e colorido, no formato magazine (20 x 26,5 cm). Algumas páginas são destinadas, exclusivamente, a anúncios publicitários de produtos ou serviços para crianças. As seções fixas são *Curiosidades*, com perguntas enviadas pelos leitores e respondidas por especialistas, *Piadas*, também enviadas por leitores, *Portal Recreio* com chamadas para o conteúdo exclusivo do portal, *Mural*, composto, principalmente, por fotos e desenhos dos leitores, *Tirinhas*, com histórias em quadrinhos, e alguns passatempos, *Cadê? Enigma* e *O que é?*

Assim, observamos a variedade de atividades que compunha a revista, sem contar a gama de seções que possibilitavam a participação do leitor, bem como a *Curiosidades* e *Piadas*. Além do mais, as perguntas dessa seção eram respondidas por profissionais específicos e, normalmente, vinculados a Instituições de Ensino Superior. O autor ainda apresenta algumas seções que não eram fixas na revista, tais como:

Arte, que ensina a fazer artesanato, *Receita*, *Teste*, com um questionário que revela alguma característica do leitor, *Decole na Escola*, que aborda temas tratados nos conteúdos escolares, e as seções que contêm reportagens temáticas, como *Música*, *Bichos*, *Cinema*, *Esporte*, *Games*, entre outras (Sales, 2013, p. 20, grifos do autor).

Conhecendo todas as seções que faziam parte da revista *Recreio*, podemos verificar a variedade de informações que ela levava às crianças e aos jovens que a acessavam. Com relação à seção *Teste*, Santos (2008) apresenta a crítica de que as perguntas realizadas acabam procurando educar os leitores, pois elas seguem um padrão determinado de comportamento.

Por um lado, a revista apresentava o que era certo ou errado, de forma a sugerir que a criança não possuía ponto de vista sobre os diversos assuntos apresentados. Por outro, com relação à seção *Tirinhas*, a autora aponta que essa tem muito a contribuir com o desenvolvimento crítico do leitor.

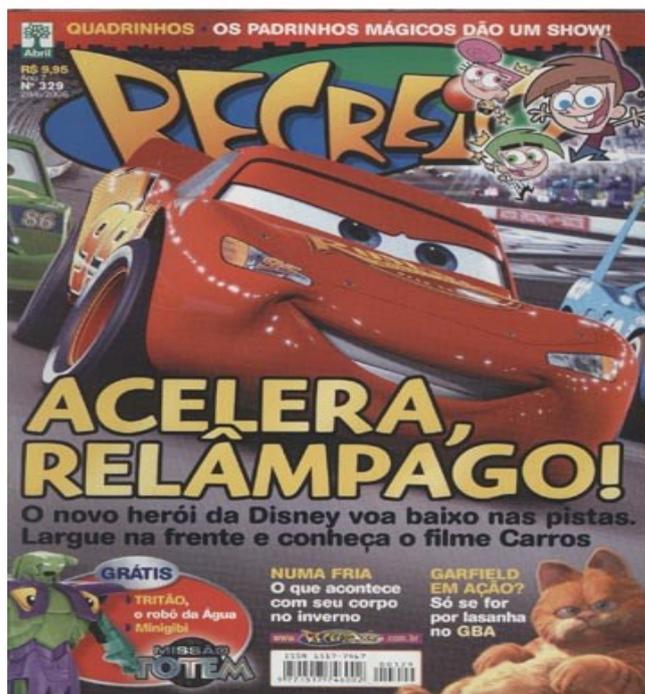
Uma das seções que chamam a atenção dos leitores, principalmente do sexo masculino, é *Games*. Santos (2008), ao analisar 20 números da revista *Recreio*, observou que apenas um trouxe jogos para meninas, qual seja, *Barbie as the Island Princess*, que tinha como objetivo “conquistar o príncipe”. Assim, a autora apresenta a necessidade de reflexão sobre a questão de gênero dessa seção.

A seção *Games* trazia, a cada semana, um jogo diferente, a maioria com os super-heróis ou personagens veiculados na mídia, informando ao leitor o que ele iria

encontrar em cada jogo e incentivando-o a jogar, conforme aponta Santos (2008). Essa era uma seção que se associava a marcas, principalmente, de tecnologia, como *Nintendo* e *Sony*.

Segundo Santos (2008), as capas das revistas da segunda fase eram chamativas e traziam, como destaque, as imagens de desenhos ou filmes com estreia próxima ou, ainda, que estavam em cartaz na TV paga ou no cinema. Pela análise da capa, já se pode perceber como os recursos de *design* gráficos eram explorados para conferir ideia de realismo e dinamismo à imagem exposta. A autora cita, como exemplo, a capa da edição n. 329, de 29-06-06, que apresenta a cena do filme *Carros*, com o personagem principal “Relâmpago Mc Queen”. A referida capa é representada na Figura 8.

Figura 8 – Capa da revista *Recreio* da edição 329



Fonte: https://www.google.com/search?q=revista+recreio+.329+de+29-06-06&rlz=1C1GCEB_enBR1039BR1039&sxsrf=AJOqlzVtax-6Lkv9PELXFxJ59MqZr9aq8Q:1676315683641&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjo_urGmpP9AhVEppUCHa01ACYQ_AUoA3oECAEQBO&biw=1366&bih=625&dpr=1#imgrc=7xc2Y7XBas cHeM (acesso em 2023)

Observamos, portanto, que não somente a capa, mas também toda a revista era bem ilustrada, com cores vibrantes, demonstrando ar moderno e chamando a atenção do

leitor. Com relação à linguagem, verificamos que era clara e direta, facilitando a compreensão (Santos, 2008).

Ainda sobre a capa¹¹, nessa fase da revista, Furtado (2013) corrobora que a mesma, na maioria das vezes, trata de algum tema relacionado a outras “mídias”: televisão, cinema, games, livros ou sites, como também foi observado por Correia (2012), que fez uma comparação das duas épocas da *Recreio*.

A versão atual da revista tem como temática central de seu plano editorial divulgar lançamentos de produtos dirigidos ao público infantil. Cinema, televisão e games são os principais assuntos, sempre abordados com alguma antecedência, detalhes dos produtos que serão lançados, o enredo comentado e a descrição dos principais personagens, da mesma maneira como acontece nas seções cultura ou televisão dos jornais ou revistas adultas (Correia, 2012, p.10).

Correia (2012) questiona se essa opção seria adequada para uma publicação que tem como objetivo despertar o interesse pelo conhecimento em seu público. Há capas, entretanto, que tratam de curiosidades, de animais ou outros temas. Suas páginas são extremamente coloridas, com fotos grandes e muitas ilustrações. A revista apresenta textos variados: explicações sobre animais, curiosidades sobre temas científicos, características do corpo humano, piadas, cartas de leitores, temas comportamentais etc. (Furtado, 2013).

Outra característica observada na revista *Recreio* é o fato de anunciar, em cada número, a sua próxima edição e tudo o que nela aparecerá: brinquedos, brindes, coleções etc. (Santos, 2008). Dessa forma, quando uma criança compra ou ganha uma revista, ela sempre recebe o convite para adquirir a próxima. Essa estratégia para manter o interesse da criança pelo próximo exemplar da revista se reforça a cada nova edição. Além da propaganda da própria revista, diversas outras seções apresentavam anúncios de produtos de diferentes áreas a serem consumidos pelos leitores, reforçando, assim, a ideia da revista como produto e visando ao lucro da editora que a produz.

Com relação às edições após o retorno da publicação da revista *Recreio*, Mangili (2013) faz uma análise das edições de 2004 e 2013, as quais já possuem versão *on-line* e apresentam uma extensão virtual das seções do periódico físico, vídeos educativos, jogos, desenhos animados e outras atividades.

¹¹ Olhar para a diagramação da revista, mas principalmente para as capas é um fator relevante para se compreender as concepções de infância e educação adotadas pela editoração da revista; destacamos que neste trabalho não vamos nos adentrar na discussão e análise das capas da segunda fase, mas sugerimos a leitura de Correia (2012) e Furtado (2013), que trazem essas discussões.

A autora ainda comenta que, em 2012, foi lançado o Mundo Gaturro *Recreio*, representado na Figura 9, uma rede social para crianças, baseada na parceria entre a revista e o Gaturro, personagem de histórias em quadrinhos do cartunista argentino Nik (Cristian Dzwonik).

Figura 9 - Rede social infantil Mundo Gaturro *Recreio*



Fonte: Mangili (2013).

Com relação às edições de 2004, Mangile (2013, p. 4-5) aponta que:

As seções fixas da revista são: Curiosidades (espaço para tirar dúvidas dos leitores), Testes (educativos ou de mero divertimento), Mão na Massa (receitas culinárias para as crianças), Games (dicas de jogos eletrônicos), Dinomania (essa seção varia de nome de acordo com o brinde colecionável distribuído, pois ela traz curiosidades e dicas sobre o tema do brinquedo que acompanha a revista), Escola (traz conteúdos que podem ser úteis aos trabalhos escolares), Quadrinhos (histórias em quadrinhos, geralmente com personagens de outras mídias), Passatempos (atividades lúdicas), Piadas, Correio (espaço de correspondência dos leitores com a revista) e Tirinhas. E há outras oito seções que se alternam a cada edição.

Comparativamente, as seções das edições de 2004 são semelhantes às observadas no ano de 2000. Assim, com a revista, volta também a publicação de seções, como *Curiosidade*, que aumenta de tamanho. Equiparando as edições de 2004 com as

de 2013, percebemos a inclusão de *Games*, *Tirinhas*, entre outras que contribuem para o desenvolvimento dos leitores. Nas edições de 2013, a autora abarca:

Curiosidades, Piadas, Passatempos, Quem é (ou “O que é esta foto”, uma espécie de charada visual), Portal *Recreio* (um resumo semanal das novidades do site da revista), Mural (espaço de correspondência dos leitores com a revista) e Tirinhas. Além das outras três seções que se revezam periodicamente (Mangile, 2013, p. 5).

Com relação às capas da revista, Mangile (2013) aponta que, de 2004 para 2013, houve uma “limpeza” com a diminuição dos elementos textuais e destaque para o site da revista. Nas edições de 2013, há a inclusão de chamadas interrogativas em busca de despertar a curiosidade dos leitores.

No trecho destacado de Mangile (2013), evidenciamos a menção ao Mural (espaço de correspondência dos leitores com a revista), que é analisado e discutido por Correia (2012) e Furtado (2013), que afirmam que as próprias crianças, apesar de serem ouvidas e de terem espaços para exporem sugestões, dúvidas, pedidos ou opiniões tanto no site quanto na publicação impressa, quase nunca são incluídas como fontes nas matérias.

Correia (2012) explica que, apesar dos diferentes canais de interação com os leitores, a revista acaba não explorando todo o potencial existente para atrair a participação das crianças, como, na opinião da autora, acontecia no primeiro período da revista, “assim perde a chance de ser uma referência entre as mídias, criando essa abertura e possibilitando o exercício do direito ativo das crianças” (Correia, 2012, p.13). Portanto, observamos que o público em alguns momentos é deixado de lado na segunda fase da revista, visando principalmente a produção de um material com qualidade e que será amplamente vendido. Na Figura 10, apresentamos as capas das edições analisadas pela autora.

Figura 10 – Edições 238; 248; 684; 686 da revista *Recreio* com publicação nos anos de 2004 e 2013



Fonte: Mangili (2013).

Conforme já mencionado, em cada edição do periódico um “presente” era oferecido. Esses brindes estiveram presentes desde a primeira versão da revista e retornaram nos anos 2000 no formato colecionável, mantendo-se nessa configuração enquanto a revista foi publicada pela editora Abril. Dessa forma, aproximadamente 30 coleções foram produzidas pela editora até a primeira metade de 2013 (Mangile, 2013). Assim, verificamos que a revista, mesmo com as modificações que sofreu ao longo dos anos, conservou algumas de suas marcas, como a distribuição de brindes, que fazem parte da história de vários adultos da atualidade.

No ano de 2004, o site da revista era denominado *Recreio Online*. A esse respeito, Mangile (2013) discute que esse sítio eletrônico trazia, como assunto principal, a coleção de brindes distribuídos. Além do mais, as ferramentas disponíveis eram *Jogos*, *Coleções*, *Atividades*, *Fique por Dentro* e *Clube Recreio*. Havia também espaço de busca na página e publicidade de produtos em uma área denominada Shopping. No ano de 2013, houve mudanças no *design* gráfico e no número de seções: *Coleções*, *Jogos*,

Desenhos Animados, Piadas, Matérias, Atividades e blogs vinculados, o que permitia aos leitores comentarem o conteúdo publicado. Existia, ainda, a seção chamada *TV Recreio*, em que várias matérias em vídeo poderiam ser vistas, além das histórias em quadrinhos animadas, inclusive as relacionadas às coleções e Animatiras (Mangili, 2013). Na Figura 11, demonstramos o site da revista *Recreio* dos anos 2004 e 2013.

Figura 11 – Site da revista *Recreio* 2004 e 2013



Fonte: Mangili (2013).

Sobre o site da revista *Recreio*, Furtado (2013) ressalta que seu conteúdo é diferente da publicação impressa, embora nele exista uma versão da revista impressa. De acordo com Fernanda Santos, editora da revista no ano de 2011 e que foi entrevistada por Furtado (2013), apenas 10% dos leitores da revista acessam o site. Isso significa que esse leitor não é o mesmo do site. As pesquisas não conseguiram identificar por que isso acontece. O perfil dos leitores do site é composto por 77% de meninos e 23% de meninas, sendo que 55% estão na faixa etária entre 9 e 11 anos.

Silva (2014) analisa edições da revista *Recreio*, sendo duas delas publicadas no ano de 2000 e outras duas no ano de 2014, com o intuito de observar a representação masculina feita nas publicações. Destacamos que o autor investiga revistas publicadas no ano de 2014, último ano da revista associada à Editora Abril, que a vende nesse ano para a Editora Caras, que continua a sua publicação até o ano de 2018, quando é descontinuada na publicação da edição nº 925.

Após essa edição final, as publicações da revista *Recreio* são retomadas apenas em versão *on-line*, no ano de 2021, vinculada à plataforma Uol. Nesse momento, a revista se torna acessível a todos por meio do uso da internet. Nessa versão, possui as seções *Viva a História*, *Entretenimento*, *Escola Natureza*, *Games*, *Últimas*, *Stories* e *Diversos*, que apresentam ao leitor conhecimento e diversão.

Exemplo desse tipo de entretenimento associado ao conhecimento é a seção *Viva a história*, que, no mês de fevereiro do ano de 2023, conta a história de como surgiu o Carnaval (publicação do dia 18 de fevereiro de 2023). Essa seção aprofundará a discussão de datas comemorativas ao longo do ano.

Assim, constatamos, por meio da apresentação da revista *Recreio*, que as duas fases vivenciadas têm como foco promover o acesso das crianças e jovens à leitura, ao entretenimento, às informações, ao raciocínio, ao conhecimento. A primeira fase (1969-1982) é mais destinada à experimentação, à inovação e à diversão, enquanto a segunda é mais informativa e muito mais comercial (2000-2014).

CAPÍTULO 3 - LER, BRINCAR E APRENDER A SER *PRINCESA*, *VOVÓ* E *SACI* NA REVISTA *RECREIO*

Neste capítulo, aprofundamos a análise de alguns aspectos que entendemos ser significativos nos exemplares analisados da revista *Recreio*, dando atenção especial às imagens da princesa, da vovó e do saci presentes nas edições 51, 184 e 370. Buscamos compreender em que medida essas imagens dialogam, ou não, com as representações hegemônicas sobre as meninas/mulheres do período, bem como discutir a simbologia em torno do personagem folclórico Saci e da representação do negro nesse contexto.

Foram analisadas as imagens dos personagens, mas também o enredo das histórias descritas nas edições, pois essas foram ferramentas de apreensão da dinâmica sociocultural do momento histórico de publicação da revista, conforme destaca Gouvêa (2005). Partimos, então, do princípio de que o enredo não se configura como uma simples descrição do real, mas como uma representação que se constitui em diálogo “com as demais práticas culturais, que conferem à prática literária” (Gouvêa, 2005, p. 81) sua legitimidade.

3.1 Meninas e mulheres: o sonho de ser uma princesa e vovó

Roger Chartier (1988; 2009), em passagens sobejamente conhecidas dentro das Ciências Humanas, em geral, e no campo da História da Educação, em particular, explicou que a representação se refere à forma como os indivíduos percebem e interpretam o mundo ao seu redor, bem como eles expressam essas percepções por meio de símbolos, linguagem, arte e outras formas culturais. Ele argumentou que as representações não são apenas reflexos passivos da realidade, mas também moldam ativamente como as pessoas entendem o mundo e agem dentro dele. Do conjunto de representações, sempre em relação de força e disputa umas com as outras, emerge o imaginário dos grupos sociais (Chartier, 1988; 2009; Burke, 1989; 2000; Pesavento, 2004; 2005).

A representação de princesas é uma constante nas revistas, nos filmes, nos desenhos, principalmente da Disney, há muito tempo, portanto, faz parte da história das crianças. Nessas histórias, muitas vezes as princesas protagonizam os “contos de fadas”. Os contos de fadas são mais que objetos de distração e histórias que estimulam a

imaginação e as fantasias das crianças. Há neles um caráter formativo da personalidade que se dá por meio de seus eventos e figuras que estabelecem “ideais sociais”, aos quais as crianças podem recorrer como um padrão, que lhe oferecem sugestões simbólicas de como desenvolver sua personalidade (Bettelheim, 1980).

Tais histórias surgem ainda para apaziguar anseios e apresentar possibilidades felizes de resoluções de problemas. Bettelheim diz que são os contos de fadas que contribuem na persistência, “devemos vencer os perigos, suportar provações e tomar decisões; mas a estória diz que se permanecermos fiéis a nós mesmos e aos nossos valores, então, por mais que as coisas pareçam desesperadoras durante certo tempo, haverá um final feliz” (Bettelheim, 1980, p.173).

Assim, as princesas como personagens literárias, por sua vez, têm uma longa história na literatura ocidental, remontando a contos de fadas, mitos e lendas que foram transmitidos oralmente por séculos antes de serem registrados por escrito. De todo modo, independentemente de estar associada aos contos de fadas imemoriais ou à recente indústria cultural norte-americana, é fato que no Brasil a imagem de princesas idealizadas faz parte do repertório de boa parte do tempo da infância de nossas crianças (Lobato; Sarmiento-Pantoja, 2012; Soihet, 2012).

Ao longo do processo histórico e da imagem que a mídia construiu das princesas, a admiração por esse universo se torna partilhado entre certas meninas, uma vez que algumas delas consideram esse o padrão de beleza, harmonia, bondade e felicidade. Ou seja, observamos que algumas meninas gostariam de se fantasiar de princesa, que alguns pais chamavam a sua filha de princesinha, que algumas mulheres sonharam em encontrar o seu príncipe encantado, ou seja, a imagem de princesa passada pelos diferentes meios de comunicação participou e ainda participa da construção do imaginário de meninas e mulheres sobre o que é, ou deveria ser, a felicidade plena.

Mas, também é preciso ressaltar que principalmente em função dos movimentos feministas, existem meninas e mulheres que não se identificam com essa imagem de vulnerabilidade passada pelas princesas presentes nas revistas, nos filmes e nos desenhos. Elas buscam a liberdade e a possibilidade de decidirem sozinhas o seu destino. Esses aspectos começam a se fazer presentes na representação das princesas a partir dos anos 2000, como a Rapunzel do filme *Enrolados*, lançado no ano de 2010, que concebe uma garota contemporânea com um real equilíbrio de doçura e

positividade, ou a princesa Merida, de *Enrolados* (2012), uma adolescente cabeça-dura, de cabelo e espírito vibrantes e indomáveis.

Vitolero e Peregrine (2018) apontam que a princesa se fez presente no cotidiano e no imaginário de crianças em geral, e de meninas e mulheres em particular, sendo que sua presença foi prolongada para além dos livros, das revistas e dos filmes, uma vez que elas foram licenciadas em produtos como fantasias, lancheiras, material escolar, roupas, brinquedos etc. A partir do exposto pelos autores, observamos que a imagética em torno das princesas é bastante recorrente na cotidianidade.

A princesa por muito tempo representou a imagem de uma menina ou mulher que deveria demonstrar facilidade em encantar os outros à sua volta com otimismo e amorosidade, criando uma atmosfera de harmonia e cuidado com os demais, sempre acreditando que a vida pode ser melhor e tendo no casamento a definição de final feliz da história (Vitorelo; Peregrine, 2018).

A representação, como vimos, é uma construção social elaborada por indivíduos e grupos que demonstram como em um determinado contexto a identidade social de outro grupo ou indivíduo é percebida. Ou seja, a representação possibilita:

[...] em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais uns “representantes” marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (Chartier, 1990, p. 23).

A partir dessa associação da imagem feminina com a de uma princesa é preciso olhar para a história das mulheres, principalmente na década de 1970, ano em que as edições da *Recreio* analisadas foram publicadas.

Segundo Silva e Prato (2021), que analisam o impresso *Cirandinha*, que esteve em circulação no Brasil entre os anos de 1951 e 1958 e era direcionado às meninas, desde a infância cabia às mulheres o entendimento de que o recato e a quase invisibilidade eram receitas a serem seguidas. Trata-se de uma educação voltada para as meninas performarem principalmente nos espaços públicos, portanto, era algo a ser aprendido desde cedo. A afirmação das autoras demonstra aspectos da história das mulheres e de como as revistas eram utilizadas para disseminar pedagogias

comportamentais supostamente próprias do sexo feminino. Elas deveriam ser amorosas, cuidadosas, responsáveis pelo lar etc (Louro, 1997; 2012; Almeida, 2005).

Perrot (2005) já apontava que as mulheres foram objeto de um relato histórico que as relegou ao silêncio e à invisibilidade. São invisíveis, pois sua atuação se passava quase que exclusivamente no ambiente privado da família e do lar. Ou seja, por muito tempo a menina foi instruída a seguir os passos da mãe e a garantir os cuidados da casa, a obedecer ao pai e, posteriormente, ao marido, sendo submissa, seguindo o ditado pelo poder público e privado do *pater* (pai, marido, filho adulto).

A mulher deveria passar a imagem de boa moça, a mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais, ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido, com características próprias da feminilidade, como instinto materno, pureza, resignação e doçura” (Pinsky, 2014). Esse modelo feminino ideal era constituído por imagens de meninas, moças e mulheres brancas que viviam nos centros urbanos e pertencentes aos grupos econômicos mais abastados.

Na década de 1970, o Brasil ainda vivenciava a Ditadura e seus limites, a opressão e o cerceamento aos direitos políticos fundamentais. Mas, não podemos deixar de apontar os avanços e as conquistas das mulheres nessa década, Sarti (2004) comenta sobre a expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional que estava em curso em um país que se modernizava. Foram geradas, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para as mulheres. Almeida (2005) discute que esse foi um período de expansão das matrículas no Ensino Superior para elas.

Sarti (2004) também aponta que esse processo de modernização foi acompanhado pela efervescência cultural de 1968, com novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos contraceptivos e com o recurso às terapias psicológicas. Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal. A luta pela igualdade entre os sexos caracterizou o movimento feminista nas décadas de 1960 e 1970.

Nesse período, a vida das mulheres brasileiras se transforma inexoravelmente com a conquista de direitos legais, como a Lei do Divórcio, ou com mudanças culturais que passaram a questionar os papéis de gênero desempenhados por homens e mulheres. Questionava-se, sobretudo, as expectativas sociais historicamente construídas em relação às mulheres. Movimentos artísticos, literários e culturais destacaram as questões

de gênero e criticaram as normas tradicionais que limitavam as oportunidades delas (Rago, 2011; Soihet, 2011; Pedro, 2013; 2020).

Por outro lado, elas ainda precisavam manter as funções domésticas socialmente exigidas, os mesmos papéis que vinham exercendo ao longo da história. Por isso, perguntamo-nos: como as princesas eram retratadas na revista *Recreio*? Em que medida elas respondiam, ou não, às aspirações sociais do seu tempo de produção?

3.2 Análise da princesa e vovó da *Recreio*

Os produtos que estampam as princesas sempre estiveram no gosto das crianças, principalmente do sexo feminino, o que não seria diferente com as revistas voltadas para o público infantil, portanto, a *Recreio* também fez uso dessa personagem em suas histórias, mesmo tendo um público maior de meninos, como apontam os autores Correia (2012) e Sales (2013), que discutem que os leitores são em sua maioria meninos, pois o mercado editorial, desde cedo, oferece mais opções de títulos femininos, diversificando para elas as possibilidades de escolha; mas o comportamento das meninas leitoras de *Recreio* não se difere muito do público masculino: elas gostam de esportes, das curiosidades e das outras opções que a revista oferece.

As meninas que buscam o mundo encantado das princesas e da moda, provavelmente, são leitoras de outros títulos, pois os valores que elas buscam não estão fortemente contidos no conteúdo de *Recreio*.

A revista fez uso da princesa em algumas de suas edições, tal como a 51, publicada no mês de julho de 1970. Na Figura 12, apresentamos a capa desta edição, em que já se observa a figura da princesa. Essa se encontra na torre de seu castelo, o que nos leva a questionar: será que essa princesa precisava ser salva? Se sim, por quem? Também na capa, em torres distintas, podemos observar os pais da princesa, o rei e a rainha.

Figura 12 - Capa da revista *Recreio* edição 51



Fonte: edição 51 da revista *Recreio*.

Ao olhar para a imagem da princesa, evidenciamos que essa era retratada como uma menina branca, de cabelos loiros e olhos azuis, o que representa a imagem de uma beleza historicamente padronizada. Para Gomes (2002; 2003; 2019), o padrão de beleza eurocêntrico foi incentivado por um contexto histórico, cultural e político. Bem sabemos que tais padrões serão questionados justamente pelo movimento feminista dito de “segunda onda”, mas estarão presentes na construção da princesa da revista *Recreio*. Conforme a luta das mulheres da época, os padrões de beleza impostos às mulheres eram opressivos, limitadores e perpetuavam desigualdades de gênero (Pedro, 2013; 2020; Sant’Anna, 2018).

Entre as críticas feitas estavam a objetificação do corpo feminino, a padronização da beleza, que excluía muitos tipos de corpos e características físicas, e a ideia de que as mulheres eram valorizadas principalmente por sua aparência física em detrimento de suas habilidades, inteligência e personalidade. Segundo e Rago (2011) e Pedro (2013; 2020), o movimento feminista de segunda onda também promoveu a ideia de que as mulheres deveriam ter autonomia sobre seus próprios corpos e aparências, e

encorajou a aceitação da diversidade de corpos e características físicas femininas. Isso se manifestou em várias formas de resistência, como o abandono de práticas como a depilação compulsória e a recusa em adotar padrões de beleza irreais ou prejudiciais à saúde física e mental das mulheres.

A nossa gentil princesa, Lis, já no início da história é apresentada como possuidora de um “sorriso leve e puro como o barulho de uma cascatinha”, portadora de uma “coroa de pérolas” e um lindo vestido azul, portanto, a imagem de uma princesa clássica, tal como a Cinderela (Vitorelo; Peregrine, 2018). Os autores Silva e Figueiredo (2016) apresentam outras características para a princesa clássica, quais sejam, crédula, dócil, bonita e bondosa, gentil e afável, possuidora de um senso de humor perspicaz, graça natural e despreziosa, espírito alegre e simples, suscetível ao amor verdadeiro que irá salvá-la e proporcionará o final “felizes para sempre”.

Observamos que, ao apresentar a princesa, a *Recreio* reforça determinado consenso sobre feminilidade: a menina precisa ser pura, leve, suave. Tal observação nos leva a repensar a afirmação de Furtado (2013) de que a *Recreio* incentivou novos comportamentos, como o feminismo e o antipatriarcalismo, considerados tabus na época. A autora ainda afirma que o regime militar interferiu radicalmente nas condições de produção cultural e artística do país, sendo que a *Recreio*, nesse sentido, passou a ser uma opção de livre expressão, talvez de maneira mais discreta, de escritores que desejavam resistir a esse período de repressão.

A maioria das obras publicadas para crianças antes de 1969 seguia um modelo de comportamento moralizante. A criança tinha que aceitar as regras, as ideias e os valores presentes na sociedade (Furtado, 2013). Machens (2009) lembra, por exemplo, que as meninas teoricamente não podiam subir em árvores e os meninos não podiam chorar. A autora destaca que a revista passou a questionar comportamentos como conformismo, obediência, submissão à autoridade, dominação do mais fraco pelo mais forte, o modelo de criança bem-comportada, o texto moralizante e o patriarcalismo.

No entanto, apesar dos signos alinhados às representações imemoriais das princesas ideais, a história coloca realmente a menina/princesa na centralidade da história, fazendo com que todo o seu entorno seja alterado radicalmente. Lis é responsável, afinal, por uma espécie de redistribuição total das terras do castelo do rei!

Vejamos: Lis, o rei e a rainha viviam em um castelo tão grande, tão grande, que quando o rei estava na sala, a rainha estava na cozinha, e precisavam conversar com um

alto-falante. E, mesmo assim, não se entendiam direito. Essa distância deixava Lis triste, pois ela vivia só, e quando se perdia dos pais precisava de um dia inteiro para encontrá-los. O rei e a rainha, preocupados, queriam deixá-la feliz, então deram a ela um presente, escolhido pela própria princesinha, uma bicicleta, o que facilitaria as suas andanças pelo castelo em busca de seus pais, mas o que Lis não esperava era que ela poderia andar de bicicleta apenas pelo jardim.

Essa solução não deixou Lis feliz, pelo contrário, a cada dia ela ficava mais triste! A sua tristeza fez com que seus pais ficassem mais tempo juntos, planejando uma forma de voltar a ver o sorriso da princesinha. Assim, eles resolveram convidar um circo para o palácio e chamaram a todos da cidade: crianças, seus pais e avôs. A princesa brincava, a rainha oferecia bolinhos e o rei conversa sobre as colheitas.

Após o fim do espetáculo, o castelo voltou a ficar vazio, o que deixou a princesinha triste novamente. Mas, ela tomou coragem e falou:

— *Por que a gente não escolhe um pedacinho do castelo para ficar e convida todo mundo para vir morar aqui?*

— *Nós três ficamos morando juntinhos, não precisamos ficar procurando uns pelos outros.*

O rei e a rainha ficaram espantados com a proposta de Lis, mas concordaram com a princesinha, e o castelo ficou cheio de gente. A princesinha ficou feliz, pois estava sempre perto do rei e da rainha.

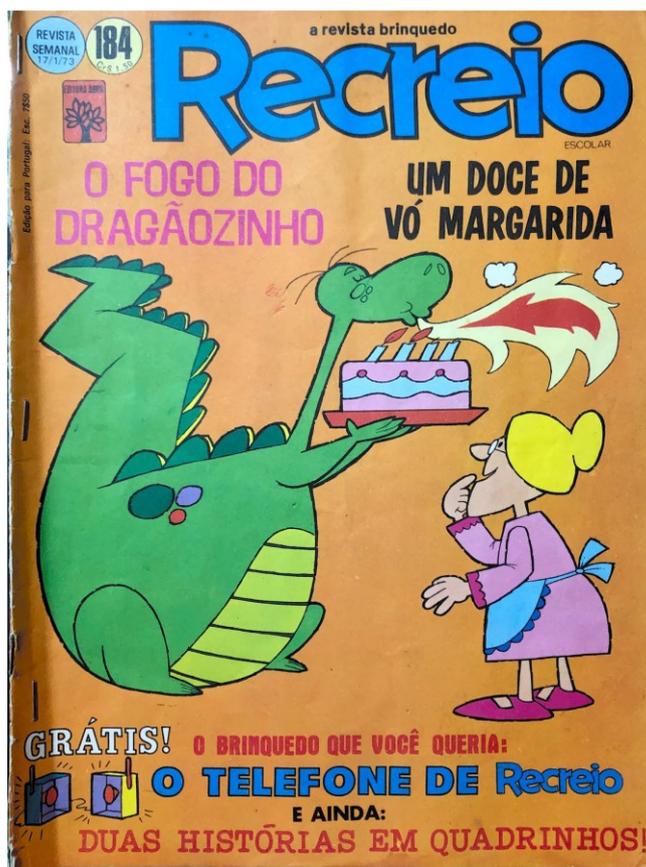
A partir do enredo da história podemos observar que a princesa é mais do que doce e gentil, ela é corajosa, pois propõe uma grande mudança aos seus pais, que a ouvem. Consideramos o ato dos pais de ouvirem a princesa e concordarem com a sua proposta de convidar as pessoas para viverem ao castelo um avanço para menina/mulher, posto que ela é ouvida “apesar” dessas duas condições que historicamente a relegaram a um papel absolutamente secundário, ser criança e, além de tudo, “princesa”. A mulher e a conquista do seu espaço na época em que a edição 51 foi publicada, demonstrando que a menina e a mulher têm voz e precisam ser ouvidas, como propõem Rago (2011), Furtado (2013) e Pedro (2013; 2020).

Também verificamos que o famoso final “feliz para sempre” de Lis é diferente, ele se relaciona com uma diversidade de pessoas indo viver no castelo, e com ela, o rei e a rainha estando próximos, sendo esse outro avanço apresentando na histórica. Assim, podemos constatar que a revista *Recreio* apresenta às meninas de sua época uma nova

ideia de princesa, aquela que pensa por si e tem coragem de lutar pelos seus objetivos, fazendo-se ser ouvida. Mudando não apenas a própria vida, mas a de todos ao seu redor.

Na edição 184, publicada no ano de 1973, podemos observar outra menção à mulher, agora na figura da vovó. Na Figura 13, mostramos a representação dessa personagem.

Figura 13 - Capa da revista *Recreio* edição 184



Fonte: edição 184 da revista *Recreio*.

Ao analisarmos a figura da vovó, observamos que essa é branca e de cabelos loiros, usa óculos, um vestido rosa e um avental, reforçando a ideia de um padrão para a mulher e vovó. Essa associação pode ser verificada nos trajes da vovó, que está de avental, demonstrando o conceito de do lar, que pode transmitir a ideia de que o “lugar da mulher é na cozinha”, e que as vovós devem sempre ser excelentes cozinheiras, pois ainda na capa o dragão está segurando um belo bolo de aniversário; essa ideia também pode ser associada ao estereótipo da mulher que deve servir à família, cozinhando.

Mas, ao lermos a história descrita na edição 184, a vovó subverte os padrões culinários e se transforma em uma espécie de "cientista", posto que inventa comidas incríveis para as crianças da vizinhança. Apresentamos brevemente o enredo da história:

Vó Margarida era uma velhinha muito engraçada e misteriosa, ela vivia fazendo doces para a criançada, que apresentavam vários pedidos: bala de mel, pudim de laranja, bolo de chocolate e torta de abacaxi. Mas, Jupi, certo dia, apareceu com um pedido diferente, Doce de Geliglinhas, um doce de frutinhas azuis com o qual ele havia sonhado.

Vó Margarida correu para o seu baú e pegou um canudinho, molhou na espuma e fez uma bola azul, levando todos para uma estrela, onde encontraram as Geliglinhas; a criançada colheu as frutinhas e voltou para Vó Margarida fazer o tal doce. Ela precisou inventar uma receita, o doce ficou delicioso e fofo como uma nuvem, a criançada adorou, e Vó Margarida seguiu anotando os pedidos da criançada, sendo Jupi o primeiro a falar e a pedir seus doces diferentes.

Assim, na história a Vó Margarida representa uma mulher poderosa, com ideias revolucionárias a partir de suas receitas de doces, capaz de ir aonde quiser para atingir o seu objetivo. Novamente a revista demonstra que a mulher pode ser o que ela quiser.

Desse modo, mesmo apontando para um discurso de superação do machismo e do patriarcado, verificamos que as imagens da menina e da vovó presentes nas capas das edições 51 e 184 da *Recreio*, a partir das figuras da princesa e da vovó, por um lado, reproduzem essa visão enraizada e tradicional da imagem da menina e da idosa e, por outro, *Recreio* realmente subverte a ordem das coisas, posto que ambas, princesa e vovó, contraditoriamente em seus enredos demonstram mulheres que fazem a diferença, que se fazem ser ouvidas, poderosas e vão em busca de seus objetivos. Portanto, a *Recreio* com suas histórias busca romper com o machismo e o patriarcado, dando voz e poder à mulher.

3.3 O saci no folclore nacional

O negro começa a aparecer na literatura brasileira a partir do século XX, com a abolição da escravatura. Segundo Gouvêa (2005, p.79), “nas obras produzidas até a década de 1920 os personagens negros eram ausentes ou remetidos ao recente passado escravocrata”. Os autores Zilberman (2003; 2005) e Silva e Silva (2011) explicam que a

literatura por muito tempo buscou manter o *status* burguês e uma versão idealizante de um Brasil equilibrado e moralista, cujos filhos, trabalhadores, e cujas famílias bem constituídas teriam livros e escolas que reforçassem esse padrão europeu de sucesso e de organização, sendo que, nesse contexto, o negro não deveria ser representado.

Castilho (2004) e Farias (2018) afirmam que essa omissão dos negros acontecia por diversos motivos, principalmente pelo fato de serem considerados inferiores em relação aos brancos por muito tempo, nos aspectos mentais, socioculturais e cognitivos. Farias (2018) ainda comenta que havia a falta de um público leitor que se interessasse por qualquer informação relacionada ao cotidiano dos negros, já que parte significativa dos afrodescendentes pós-abolicionismo eram analfabetos e, portanto, não comprariam esses livros (Farias, 2018).

Quando esses sujeitos começam a aparecer nas narrativas da literatura infantil, presentes em revistas, por exemplo, a sua representação é estereotipada, com caracterizações superficiais, que destacavam negativamente seus traços físicos e costumes de higiene, questionavam sua inteligência, insinuando que eram vagabundos, preguiçosos e os posicionando em um lugar de marginalidade ou subserviência, ou seja, formas deplorativas de representá-los, além de nomes que se limitavam a reforçar a cor de sua pele, como: negrinho, negrinha, o preto, a pretinha, entre outros (Farias, 2018).

Silva e Silva (2011) já apontavam que a imagem do negro, no imaginário brasileiro, esteve deturpada por estereótipos que vão desde a imagem de feiura e bestialidade até o exagero nas tendências ao erotismo e à sexualidade, algo que infelizmente, às vezes se mantém até os dias atuais, apesar dos inegáveis avanços dos movimentos negros. Portanto, como os sujeitos eram apresentados ao leitor favorecia o racismo.

A autora comenta um exemplo de representação estereotipada muito recorrente nos livros infantis dessa época, que eram as personagens das velhas e velhos negros. Esses eram na grande maioria coadjuvantes e estavam geralmente na posição de empregados, o que remetia ao recente passado escravocrata (Farias, 2018).

As histórias do povo eram sempre contadas por esses sujeitos por meio de narrativas orais “carregadas de valor afetivo, contadas por pretas velhas, associadas à ingenuidade, ao primitivismo, apresentando uma estereotipia e simplificação características” (Gouvêa, 2005, p.84). Assim, esses personagens reforçavam a significação do folclore nacional e da arte da contação de histórias para as crianças.

Nas obras de Monteiro Lobato, os personagens Tia Nastácia e Tio Barnabé são exemplos de negros velhos que resgatam o folclore por meio de suas histórias, costumes e crenças (Farias, 2018). O Saci também é um exemplo do resgate do folclore adotado pelo autor.

Pensando nisso, podemos observar a associação do negro às imagens e significados malignos, como o saci, o demônio da floresta, que possui uma “imperfeição” ou “anomalia”, porque tem uma perna só, em uma sociedade nada inclusiva, em que se escondia ou se negligenciava pessoas com deficiência por um longo período da história.

O Saci é uma figura emblemática do folclore brasileiro, conhecido nas mais variadas regiões, segundo Oliveira (2007, p. 4.), “no Nordeste a denominação dessa personagem é saci-ave ou sem fim, considerada como um tipo de criatura maligna, capaz de enganar viajantes, confundindo-lhes os caminhos”. No Norte essa personagem confunde-se com o mito português Matinha-Pereira em que o Saci é representado em forma de um(a) velha(o), dotado(a) de apenas uma perna.

O som emitido por essa personificação seria semelhante ao de uma ave, que, por sua vez, emitia um canto agoureiro, intimidando crianças e atrapalhando o sono das pessoas, que de tão amedrontadas prometiam uma prenda, no caso, um punhado de fumo, para se livrarem da ameaça. Segundo a lenda, no dia posterior à promessa, uma velha aparecia pedindo esmolas, e essa velha seria a ave, arrecadando o que lhe fora prometido (Oliveira, 2007).

Verificamos diversas formas pelas quais o Saci é representado no país, sua primeira aparição na literatura infantil foi em 1918, quando Lobato publicou seu livro de estreia *O Saci-Pererê: resultado de um inquérito*, consequência de uma pesquisa de opinião pública sobre o Saci, intitulada *Mitologia brasileira*, e, em abril de 1921, Lobato também lançou a obra infanto-juvenil *O Saci* (Souza, 2016). Sobre o Saci, na obra de Lobato, *Conceição* (2021) aponta que ele é coadjuvante de Pedrinho, e que encarna todos os vícios que as crianças não podem ter.

Segundo Castilho (2004), Monteiro Lobato foi o autor de obras infantis que mais explicitamente expuseram as representações sobre o negro em circulação na cultura da primeira metade do século XX no Brasil. Seus personagens negros ora eram apresentados como animais selvagens, ora infinitamente resignados. A Tia Anastácia, a principal personagem negra do escritor, era analfabeta e chamada de “a negra de

estimação”, “negra tratada como parte da família”. Os traços e estereótipos dos negros eram descritos com desprezo e, até certo ponto, provocavam sentimento de desprezo nos leitores¹².

No ano de 1960, foi a vez de Ziraldo se valer dessa figura em sua obra. O cartunista mineiro publicou a revista *Turma do Pererê*, representando “Ziraldo” em que representou o “negrinho” de uma perna só, gorro vermelho e cachimbo na boca. A divulgação dessa caracterização do “Saci” marcou profundamente o imaginário popular, e a partir daí quando se fala em folclore brasileiro, Literatura infanto-juvenil e especificamente em “Saci”, automaticamente a memória é transportada para a imagem do negrinho (Souza, 2016).

Silva *et al.* (2021) explicam que os autores abordaram o mesmo personagem folclórico, mas de maneiras e em situações diferentes, de forma que os leitores possam viajar por esse universo da literatura infantil. Na televisão brasileira, o pequeno perneta de gorro vermelho é figurado por quase trinta anos, a TV Tupi, por exemplo, exibiu de 1952 a 1962 o programa infantil *Sítio do Pica-pau Amarelo*, baseado na obra de Monteiro Lobato, em que o Saci era um dos seus principais personagens (Souza, 2016).

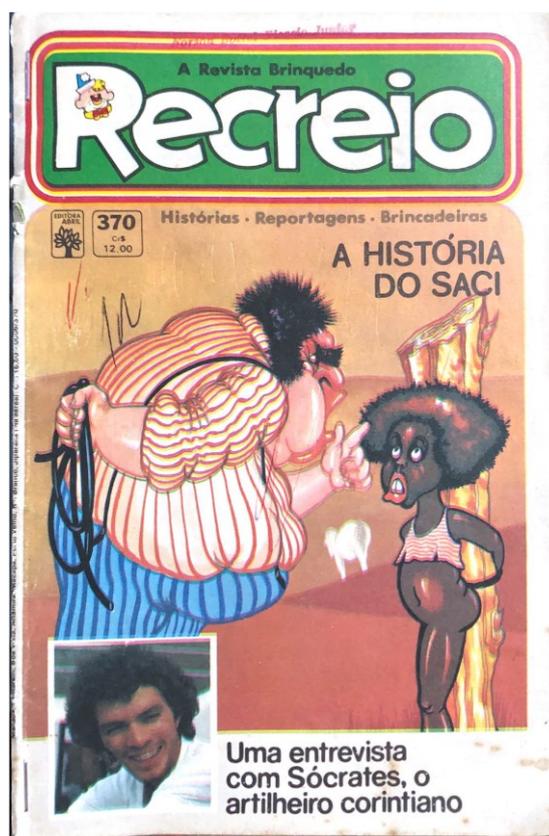
A partir dessa visão do negro e do Saci, no tópico a seguir, iremos analisar como a revista *Recreio*, uma formadora de sensibilidades do público infantil da sua época, apresenta a imagem do Saci.

3.4. A imagem do negro na *Recreio*: o Saci em foco

Na Figura 14, apresentamos a capa da edição 370, que vai contar a história do escravinho Saçurá, que no decorrer da história se torna o Saci.

¹² Há uma polêmica aberta ainda hoje no campo educacional brasileiro relativo às formas de lermos Monteiro Lobato, sem dúvida um clássico da literatura infantil, atualmente.

Figura 14 - Capa da revista *Recreio* edição 370



Fonte: edição 370 da revista *Recreio*.

Ao analisar a capa da edição 370, constatamos que o Saci é o personagem principal, mas usa roupas rasgadas, sem parte de baixo e sem genitais, demonstrando que ele faz parte de um grupo miserável; ele ainda se encontra preso a um troco, com um homem, talvez o seu senhor, com o dedo apontado para ele e com um chicote na mão, buscando uma dominação dele sobre o Saci, uma dominação do branco sobre o negro. Mas, observamos que o escravinho Saçurá não é submisso e encara o “seu senhor” cara a cara, ou seja, ele enfrenta a situação, o que já demonstra uma busca pela valorização do negro como sujeito de liberdade.

A imagem do Saci presente na capa também apresenta traços da representatividade negra, como o cabelo crespo, os lábios grossos que são marcados de vermelho na figura, e a cor da pele. Esses são traços utilizados pelos brancos como formas de homogeneizar os negros, portanto, é uma das formas de expressar o preconceito, principalmente com relação ao cabelo.

O cabelo crespo é um signo construído histórica e culturalmente (Gomes, 2002) e não se configura como algo neutro. O cabelo é considerado não de maneira isolada, mas dentro do contexto das relações étnico-raciais construídas socialmente, assim o cabelo crespo e o corpo negro só adquirem significado quando pensados no cerne do sistema de classificação racial brasileiro (Gomes, 2019).

Chaves (2023) aponta o cabelo crespo como signo, o cabelo comunica algo e o que está em jogo, na verdade, não é a sua textura, mas as representações negativas construídas socialmente em torno do negro no âmbito da cultura e das relações étnico-raciais na sociedade brasileira. As visões negativas e estereotipadas com relação ao cabelo crespo se referem às formas simbólicas e materiais de subalternização do negro e da negra em oposição ao grupo étnico-racial branco hegemônico. Nesse sentido, podemos considerar que de alguma forma crianças negras podem se sentir representadas pelos traços do escravinho Saçurá na capa da *Recreio*.

A imagem do feitor com o chicote e do escravinho Saçurá preso ao tronco, exposta na capa da revista, leva-nos a associar o escravizado sofrendo punição, portanto, apresenta uma vinculação ao período da escravização. O que é reforçado no início da história contada na *Recreio*, em que o homem representado na capa é chamado de *senhor-dono*, o que demonstra novamente a associação ao período de escravização, em que o branco se considerava como “dono do negro”.

Nesse sentido, Lucena (2007) destaca que a presença negra na produção literária brasileira anunciava os personagens negros vinculados à escravização, carregada de sofrimento, mantendo e reforçando a marca social da inferiorização por meio de personagens submissos, reafirmando a dominação social, cultural, linguística e religiosa por parte dos brancos.

Ainda é preciso apontar que a forma como a imagem do Saci é representada na capa da revista pode favorecer que as crianças produzam e reforcem uma visão preconceituosa nas relações intersubjetivas, o que contribui para a sustentação de uma ordem racial desigual, conforme aponta Conceição (2021).

No desenvolver da história, fugir para a mata e se encontrar com os seres do folclore, tais como o Boitatá, e receber o capuz vermelho que o deixa invisível, ou a Mãe de Ouro, de quem recebe o cachimbo que faz redemoinho, pode, de forma superficial, levar a criança a acreditar que o Saci se torna um herói ou mesmo tem sorte, mas sem perder de vista que isto somente ocorre porque ele foge da escravização.

Se pensarmos nos padrões que encontramos ainda hoje na sociedade, inclusive nos vícios de linguagem, usamos expressões racistas, como: “mercado negro”, “criado mudo”, “dia de preto na folhinha”, “serviço de preto”, “a coisa está preta”, “denegrir”, “inveja branca”, “da cor do pecado”, “não sou tuas negas”, “cabelo Bombril”, “cabelo ruim”, entre outras.

Sabemos que o senso-comum bem como as expressões populares são muito mais do que simples formas de comunicação; elas são reflexos profundos da cultura, da história e da identidade de uma sociedade (Chauí, 1981; Conceição, 2021) Por isso, precisamos urgentemente, desde a primeira infância, realizar um trabalho antirracista e sobre as relações étnico-raciais para uma mudança de prática e para o surgimento de uma sociedade melhor e menos preconceituosa.

Nesse sentido, Chaves (2023) afirma que a cor da pele e a textura do cabelo crespo são signos, linguagens, constructos sociais e culturais que, numa sociedade racista, informam e expressam os conflitos e as ambiguidades das relações sociais e raciais no Brasil. As maneiras de adornar e cuidar do cabelo podem tanto fortalecer o pertencimento identitário negro, no qual o cabelo crespo é visto com orgulho, quanto enfraquecê-lo, o que ocorre quando o cabelo acaba se reenquadrando imerso em processos de alisamentos. Esses processos, cumpre-nos destacar, por vezes funcionam como formas de encobrir e/ou buscar se adequar à estética dominante da branquitude (Gomes, 2002, 2003, 2019).

Por outro lado, o Saci é “sabido”, por isso, foge de seu dono e se reinventa na mata com a ajuda de outros seres folclóricos da cultura nacional: Curupira, Boitatá, Cobra-de-fogo, Mãe-do-ouro, que deram a ele o gorro vermelho, o cachimbo e o nome Saci Pererê. Ao arquitetar sua fuga, o Saci demonstra medo desses seres folclóricos, mas o medo de apanhar do cipó é maior, ou seja, ele demonstra convicção de que a fuga é a forma de buscar a sua liberdade.

Ainda, podemos associar a fuga do menino às fugas dos negros escravizados para os quilombos, que representaram a busca pela liberdade e a resistência frente ao regime de exploração do trabalho de forma forçada. Segundo Chalhoub (1990, p. 29), “para os negros, o significado da liberdade foi forjado na experiência do cativo”, na capacidade de perceber e entender as situações a que estavam submetidos e suas possibilidades de ação dentro delas. O significado dessa liberdade sem dúvida estava ligado aos aspectos traumáticos da escravidão, como a constante transferência da

propriedade, as frequentes compra e venda, os castigos intoleráveis, a desconsideração das suas relações afetivas e o não cumprimento dos tratos de alforrias

Ao fugir, o Saci se integra à natureza e, com seu ato de rebeldia, a fuga do seu trágico destino se transforma em outro: o Saci Pererê, aquele que ensina o caminho àqueles que se perderam no mato.

Portanto, o escravinho Saçurá se tornou o Saci Pererê, deu uma virada e se transformou no dono da sua própria história; ele foge do seu destino de escravo e passa a ser uma entidade da natureza, ajudando os perdidos no mato, passando então a ser valorizado. Este enredo demonstra as crianças uma história de superação de uma criança escrava, possibilitando a elas reconhecerem a importância da diversidade, de que todos têm o seu lugar e devem ser respeitados e valorizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revista *Recreio*, uma publicação da editora Abril, possivelmente teve grande importância no desenvolvimento da identidade, dos valores, hábitos, comportamentos e atitudes de uma geração de brasileiros, desde sua primeira publicação, mas principalmente daquelas crianças que viveram em meio à Ditadura Militar. Devido à sua relevância na história da imprensa infantil brasileira, foi tema da presente pesquisa de mestrado, em que o seu processo histórico, bem como alguns recortes de suas publicações foram inicialmente investigados.

Ao compreendermos o processo histórico da revista *Recreio*, deparamo-nos com a pesquisa de Sales (2013) que explica que essa história é dividida em duas fases: a primeira, de julho de 1969 a maio de 1982, e a segunda, com publicação inicial em abril do ano de 2000. Mas, ao nos aprofundarmos no estudo sobre ela, observamos que em 1971 a *Recreio* entra em uma nova fase, com nova diagramação e objetivos, por exemplo. A partir desse ano ela foi reduzida de tamanho e foi direcionada para dois públicos: crianças em fase de alfabetização e já alfabetizadas.

Ao buscarmos informações sobre a constituição histórica da revista, observamos ser necessária a ampliação desse estudo, refletindo sobre a divisão desse periódico em duas fases, bem como sobre a sua evolução, discutindo aspectos como a venda e, de forma mais clara, sobre o público contemplado pelas suas edições. Neste trabalho essa demarcação mais profunda sobre a divisão das publicações da *Recreio* em duas fases não foi possível de ser realizada devido aos desafios vivenciados ao longo do processo de constituição da pesquisa, marcado por dificuldades advindas da pandemia e da dificuldade de acesso às fontes.

Mas, evidenciamos a necessidade de realização dessa discussão, sendo essa, possivelmente, etapa para uma nova pesquisa em que o processo histórico da *Recreio* seja o objetivo, associando e demarcando as suas fases com o contexto político, social e econômico do Brasil, além do desenvolvimento do gênero revista.

Por outro lado, acreditamos que outras perguntas também necessitam ser respondidas em nossos próximos trabalhos. Tais como: realmente havia um cunho de resistência, mesmo que velado, na revista *Recreio* durante o período da Ditadura Militar? Se sim, como a revista conseguiu que seu número de vendas aumentasse nesse período de grande repressão? Aspectos como esses precisam ser investigados para se

compreender a possível contradição existente entre um discurso emancipador e libertário criado *sobre* a revista e as possíveis práticas de alianças com o mercado editorial impulsionado pela Ditadura Militar. As reflexões também precisam apontar para a discussão sobre como as produções da revista *Recreio* estavam em consonância ou não - com as políticas curriculares voltadas para a produção de material didático.

Nosso exercício de interpretação de fontes, ainda que incipiente e singelo, se deu a partir da análise das imagens da princesa, da vovó e do Saci, visto que autores como Furtado (2013), que estudaram as publicações da *Recreio* no período dos anos de 1970, discutem que ela apresenta traços de superação do machismo e valorização do feminismo, bem como a visão do negro como sujeito de direitos. Nesse sentido, concordamos com o autor, posto que se por um lado encontramos elementos que perpetuam antigos estereótipos, por outro nos deparamos com subsídios que subvertem o *status quo*, conforme procuramos demonstrar.

Ao olharmos para as edições 51, 184 e 370 abordamos aspectos voltados para a questão de gênero e de raça, que no período de publicação dessas revistas buscava ganhar espaço nas discussões sociais e nas pautas públicas. Portanto, apontamos como um avanço a revista *Recreio* voltada para as crianças abordar essas temáticas e buscar, mesmo que de forma sutil, formar uma nova visão sobre a mulher e o negro.

Portanto, olhar para essas edições nos permitiu constatar a dualidade entre a garantia do padrão social e o avanço: o primeiro representado pelas imagens da princesa, da vovó e do negro, que retratam a manutenção do que é defendido pela maioria como o padrão e o correto; e o segundo representado pela construção dos enredos das histórias, que demonstram formas de romper com o que está posto socialmente.

Na edição 51, observamos que a revista *Recreio* apresenta às meninas de sua época uma nova ideia de princesa como sendo uma menina que pensa por si e que tem coragem de lutar pelos seus objetivos, fazendo-se ouvida. Na edição 184, a vovó se mostra poderosa, inventora de novas receitas, superando a ideia de serviço que por muito tempo moldou a figura da mulher, em qualquer idade.

Na última edição analisada, a 370, o escravinho Saçurá, que se torna o Saci Pererê na história apresentada, demonstra a imagem de um sujeito escravizado, mas que foge da sua realidade de sofrimento, tornando-se parte da mata, e assim muda e se torna agente da sua própria história. Nessa edição, a revista apresenta traços de valorização

das trajetórias negras. Mesmo que de forma sutil, podemos apontar um início da valorização/aceitação do corpo negro que deixa de ser um corpo voltado apenas para a exploração para se tornar um corpo livre.

A partir dos achados frente à análise da princesa, da vovó e do Saci constatamos a necessidade de olhar para outros personagens representados; ou mesmo para esses personagens em outras edições da primeira fase da *Recreio* para confirmarmos como eles são abordados, conforme o observado nas edições analisadas.

Ainda nesse momento, queremos apresentar a satisfação em realizar a presente pesquisa e com os achados da leitura da *Recreio*. Com alegria, apontamos os desafios da construção do texto da dissertação, tais como a aproximação com a prática científica, ainda mais a prática de pesquisa histórica, que é algo novo para mim, mas pela qual me entreguei de verdade nestes dois anos. Outro grande desafio da pesquisa foi encontrar as edições da primeira fase da revista *Recreio*, ou seja, o material de análise. Foram meses buscando até conseguirmos as edições aqui analisadas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, W. Theodor; HORKHEIMER, Max. **Temas básicos de sociologia**. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix. 2.^a ed., 1973.

AGÊNCIA GOV. Brasil registrou 1.705 casos de trabalho infantil somente em 2023. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202310/brasil-registrou-1-705-casos-de-trabalho-infantil-em-2023#:~:text=Brasil%20registrou%201.705%20casos%20de%20trabalho%20infantil%20somente%20em%202023,-Em%20entrevista%20exclusiva>. Acesso em: 02 de jan. de 2023.

ALMANAQUE ABRIL 2002. São Paulo: Abril, 2002.

ALMEIDA, Veridiana. Histórias (d)e mulheres: um livro, muitas vidas. 124f. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-graduação em Literatura, 2005.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação Infantil**: discurso, legislação e práticas Institucionais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. <https://doi.org/10.5902/198464441373>

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1981.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2^a edição. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006.

ARROYO, Miguel González. A construção social da infância. In: ARROYO, Miguel González. **Infância na ciranda da educação**: uma política pedagógica para zero a seis anos. Belo Horizonte: Cape, 1994, p. 11-17.

AZEVEDO, Ricardo. Aspectos da literatura infantil no Brasil, hoje. Palestra feita no I Salão do livro – Encontro Internacional de Literaturas em Língua Portuguesa Secretarias de Cultura do Município e do Estado de Minas Gerais Belo Horizonte – 15 de Agosto de 2000. Mesa Redonda sobre Literatura Infantil. **Revista Releitura**, 2001.

BADINTER, Elisabeth. Emilie, **Emilie, ou l'Ambition Féminine au XVIII Siècle**. Paris, Flammarion, 1983, pp.64-68.

BADINTER, Elisabeth. **Paroles d'Hommes (1790-1793)**. Paris, P.O.L., 1989, p.28.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BELUZO, Maira Ferreira; TONIOSSO, José Pedro. O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas. Cadernos de Educação: **Ensino e Sociedade**, Bebedouro- SP, v. 2, n^o1, 2015. Disponível em: <file:///D:/Meus%20documentos/Desktop/trabalhos%20acad%C3%AAsicos%202023/D>

[isserta%C3%A7%C3%A3o%20TATI/06042015200716.pdf](#). Acesso em: 13 de fev. de 2023.

BEMFICA, Veronica; VARÃO, Rafiza. Quando jornalismo e infância se encontram: notas históricas sobre o surgimento da imprensa jornalística para crianças. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 2009, **Anais...** São Paulo: Rede Alfredo de Carvalho, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Summus, 1984.

BETTELHEIM, Bruno. **A Psicanálise dos Contos de Fada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BICICGO, Cleber. A indústria de livros no Brasil durante a ditadura militar e um caso crítico. **Cadernos do CEOM**, n. 39, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 4.024**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1961.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BROCCHETTO, Ramos, Flávia. PETRY PANOZZO, Neiva Senaide; LIDIANE Lazzaretti, Maurice. Publicidade na revista Recreio: configuração do consumidor infantil. **Nonada: Letras em Revista**, v. 1, n. 16, 2011.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e companhia**. São Paulo: Cortez, 2004.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e Cultura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BUCKINGHAM, David. Crianças como consumidoras. In: BUCKINGHAM, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Loyola, 2000. p. 209-241.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Criança e brinquedo: feitos um para o outro? In: COSTA, M. V. (org.). Estudos culturais em educação: mídias, arquitetura, brinquedo, biologia. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000a. p. 205-228.

BURKE, Peter. Cultura erudita e cultura popular na Itália renascentista, In: BURKE, P. **Variedades de história cultural**. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 177-193.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. Trad. Denise Bottmann. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia.** São Paulo: Fundação Editora da UNEP (FEU), 1999.

CAMPOS, Raquel Discini de. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940):** educação e história. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. <https://doi.org/10.7476/9788539304424>

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação **Revista Brasileira de História de Educação**, n°. 1, v. 12, pp. 45-70, 2012. Disponível em: [hrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.redalyc.org/pdf/5761/576161045004.pdf](https://www.redalyc.org/pdf/5761/576161045004.pdf). Acesso em: 05 de abril de 2023.

CAMPOS, Raquel Discini de; NEIVA, Renata Maria de Oliveira. **História intelectual e educação:** imprensa e esfera pública (Cap. 14). 1ª. ed. Paco Editorial, 2019. 372p.

CARNEIRO, Glauco. **“Fazendo a Cabeça do País. Introdução à História das Editoras Abril e Nova Cultural e do seu Papel na Difusão de Inovações dentro da Sociedade Brasileira”.** Dedoc, São Paulo, 1986. p. 14. n/publicado.

CARTA CAPITAL. Brasil resgata 2 mil trabalhadores em condição de escravidão no primeiro semestre de 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-resgata-2-mil-trabalhadores-em-condicao-de-escravidao-no-primeiro-semester-de-2023/>. Acesso em: 03 de jan. de 2024.

CASTILHO, Suely Dulce. A Representação do Negro na literatura Brasileira. **Novas Perspectivas**, v.7 n°01, 2004. <https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.7.1418>

CASTRO. Antonio. Hora da 'Recreio', a revista que mudou a literatura infantil brasileira. **Blog das Letrinhas**, 2021. Disponível em: <https://www.blogdaletrinhas.com.br/conteudos/visualizar/Hora-da-Recreio-a-revista-que-mudou-a-literatura-infantil-brasileira>. Acesso em: 13 de fev. de 2023.

CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Dir.) **História novos problemas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2.ed. Campinas-SP: UNICAMP, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARLOT, Bernad. **A mistificação pedagógica:** Realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertrand Brasil, 1988.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHAVES, Rosa Silvia Lopes. Meninas Negras na Literatura Infantil: Infâncias, Identidades e Representatividades. 243. Tese (Doutorado em Educação) - Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2023.

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil: Das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo**. 5. ed. Barueri: Amarelly, 2010.

CORREIA, Ligia Stella Baptista L. S. B. O consumo serve para pensar: revista Recreio, crianças e alternativas para a formação de cidadãos. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

CORREIA, Ligia Stella Baptista. O consumo cultural na infância como um aprendizado para a formação de cidadãos. VII Congresso Português de Sociologia, **Anais...** Lisboa, 2012. Disponível em: http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP1142_ed.pdf. Acesso em: 03 de out de 2023.

COSTA, Marla Barbosa. O tributo ao bom vizinho: a obra de Walt Disney no Brasil durante o período de boa vizinhança. 101f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação infantil como direito**. In: MEC., Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil. Volume II, Brasília, 1998.

CYPEL, Saul. **Déficit de Atenção e Hiperatividade e as Funções Executivas: Atualização para pais, professores e profissionais da saúde**. 3 ed.º Edição. São Paulo: Lemos Editorial, 2007.

DALLABONA, Sandra Regina; MENDES, Sueli Maria Schmitt. O Lúdico Na Educação Infantil: Jogar, Brincar, uma Forma de Educar. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, v. 1 n. 4, p. 1-6, 2004.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Tradução de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DAVIS, Natalie Zemon. **Society and Culture in Early Modern France: eight essays**. Stanford, California: Stanford University Press, 1975. <https://doi.org/10.1515/9781503621183>

DEBERTONIO, Hamilton. A poética da mídia impressa para o público infantil: um estudo de caso da Revista Recreio. São Paulo, 2006, 125f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Mercado) – Faculdade Cásper Líbero.

FLANDRIN, Jean Louis. **Familles. Parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société**. Paris: Hachette, 1976.

FLANDRIN, Jean Louis. **Un temps pour embrasser: aux origines de la morale sexuelle occidentale (VIe-XIe siècle)**. Paris: Editions du Seuil, 1983.

FARIAS, Jessica Oliveira. A Representação do Negro na Literatura Infantil Brasileira. **Revista Periferia**, v.10, n.1, p. 17-32, Jan./Jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.12957/periferia.2018.30495>.

FERREIRA, Gisllene Rodrigues; SPANNENBERG, Ana Cristina Menegotto; CAMPOS Raquel Discini de. Corpo na capa: representações de homens e mulheres nas revistas Men's Health e Women's Health. **Paradoxos**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 46–61, 2019. DOI: 10.14393/par-v3n1-2018-49693. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/paradoxos/article/view/49693>. Acesso em: 14 fev. 2024. <https://doi.org/10.14393/par-v3n1-2018-49693>

FERNANDES, Fábio Júlio.; CAMPOS, Raquel Discini DE. O cuidado de si como perspectiva ética em Machado de Assis. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 37, n. 79, p. 623–652, 2023. DOI: 10.14393/REVEDFIL.v37n79a2023-67604. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/67604>. Acesso em: 6 fev. 2024. <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v37n79a2023-67604>

FILGUEIRAS, Carlo. A. L. **Origens da Química no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 2015.

FISCHBERG, Josy. Criança e jornalismo: um estudo sobre as relações entre crianças e mídia impressa especializada infantil. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007.

FRAZÃO, Dilva. Ana Maria Machado Escritora brasileira. **Ebiografia**, 2020. Disponível em: https://www.ebiografia.com/ana_maria_machado/. Acesso em: 13 de fev. de 2023.

FRAZÃO, Dilva. Monteiro Lobato Escritor brasileiro. **Ebiografia**, 2022. Disponível em: https://www.ebiografia.com/monteiro_lobato/. Acesso em: 13 de fev. de 2023.

FRAZÃO, Dilva. Ruth Rocha Escritora brasileira. **Ebiografia**, 2019. Disponível em: https://www.ebiografia.com/ruth_rocha/. Acesso em: 13 de fev. de 2023

FRAZÃO, Dilva. Victor Civita: Empresário brasileiro; **Ebiografia**, 2021. Disponível em: https://www.ebiografia.com/victor_civita/. Acesso em: 13 de fev. de 2023.

FREITAS, Neli Klix; ZIMMERMANN, Anelise. A ilustração de livros infantis: uma retrospectiva histórica. **DAPesquisa**, Florianópolis, v. 2, n. 2, ago./2006 — jul./2007.

Disponível em: <http://www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume2/numero2/humanas/Neli%20-%20Anelise.pdf>. Acesso em: 03 de out. de 2023.

FURTADO, Thaís Helena O jornalismo infantil e o desejo de consumo: o discurso da revista *Recreio*. 238f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

GALVÃO, Ana Maria de O.; MELO, Juliana F. de. Análise de impressos e seus leitores: uma proposta teórica e metodológica para pesquisas em história da educação. In: VEIGA, Cynthia G.; TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus A (Org.) - **Historiografia da educação: abordagens teóricas e metodológicas**. Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2019, p. 223-259.

GALVÃO, Ana Maria de O.; MOREIRA, Kênia Hilda; Apresentação: Impressos que educam? In: MOREIRA, Kênia Hilda; GALVÃO, Ana Maria de O. **Impressos que educam** - vol. 1 Coleção Histórias de Leitura. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2021, p. 13-26.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. (Orgs). **História da vida privada: da Renascença ao século das luzes**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. As concepções de infância e as teorias educacionais modernas e contemporâneas. **Revista Educação**, v. 26, nº 2, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3680/2078>. Acesso em: 3 maio 2023.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Trad. Maria Betânia Amoroso. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, nº.23. Rio de Janeiro, Maio/Agosto 2003. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200006>

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.1, p. 77-89, jan./abr. 2005. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000100006>

HANSEN, Patrícia Santos. Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República. Tese (Doutorado

em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

JARDIM, Mara Ferreira. Critérios para análise e seleção de textos de literatura infantil. In: SARAIVA, Juracy Assman (Org.). **Literatura e Alfabetização: do plano do choro ao plano da ação**. Porto Alegre: ArtMed, 2000. cap. 9

KISHIMOTO, T. M. O brinquedo na educação: considerações históricas. **Séries Ideais**, São Paulo, n. 7, p. 39-45, 1995. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_07_p039-045_c.pdf. Acesso em: 08 de jul. de 2023.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 369-388; 429-453; 496; 666-701.

KRAMER, Sônia. **Infância: Fios e desafios da pesquisa**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2003.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 5.ed. São Paulo: Ática, 2002.

LEVIN, Esteban. **Rumo a uma infância virtual?: a imagem corporal sem corpo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LINN, Susan. **Crianças do consumo: a infância roubada**. São Paulo: Instituto Alana, 2006.

LIRA, Aliandra Cristina Mesmo; DOMINICO, Eliane; NUNES, Maristela Aparecida. Crianças e brinquedos: uma relação inquestionável? **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 19, p. e019012, 2019. DOI: 10.20396/rho.v19i0.8653568. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8653568>. Acesso em: 8 jul. 2023. <https://doi.org/10.20396/rho.v19i0.8653568>

LOBATO, Ladyana dos Santos; SARMENTO-PANTOJA, Carlos Augusto. **Relações de dominação/subordinação de gênero no conto de fada tradicional “Cinderela”**. Campina Grande: Realize, 2012.

LOPES, Eliane Marta Teixeira, GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOUREIRO, Carla Cristiane. ‘Eu aprendo a brincar de mais coisas que eu não sabia!’: crianças e videogames numa brinquedoteca escolar. 250 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

LOUREIRO, Carla Cristiane; MARCHI, Rita de Cássia. Crianças e Mídias Digitais: um diálogo com pesquisadores. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, e98076, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623698076>.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36.

LOURO, Guacira Lopes. Uma Leitura Da História Da Educação Sob A Perspectiva Do Gênero. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 11, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11412>. Acesso em: 5 fev. 2024.

LUCA, Tania Regina. **A revista do Brasil: Um diagnóstico para a (n)ação**. São Paulo: Unesp, 1998.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos: trajetórias e perspectivas analíticas. In: PINSKY, C. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2020. p. 144.

LUCENA, Francisco Carlos de. “Negros” misturados: um estudo de caso sobre “identidades negras” em Mossoró-RN. 2007. 209f. Dissertação de mestrado – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2007.

MACHENS, Maria Lucia. **Ruptura e subversão na literatura para crianças**. São Paulo: Global, 2009.

MANACORDA, Maria Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: 13ª. ed. Cortez, 2010.

MANGILI, Ana Raquel Périco. A Evolução das Revistas Infantis: Análise da Revista Recreio. In XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Bauru, **Anais...** Bauru, 2013.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república**. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MASSAGLI, Sérgio Roberto. Falsa representação da identidade brasileira na construção do personagem Zé Carioca da Disney. **Literartes**, n. 8, 2018. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9826.literartes.2018.139877>

MCNEAL, James. U. **The Kids' Market: Myths and Realities**. New York: Paramount, 1999.

MELLO, Suely. Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural. **Revista Perspectiva**. Florianópolis, v.25, n.1, p. 83- 104, jan./jun. 2007.

MERCADANTE, Luis. **Victo Civiatta**. São Paulo: Nova Cultura, 1987.

MOMO, Mariângela. Mídia, consumo e os desafios de educar uma infância pós-moderna. In: DORNELLES, Leni Vieira; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (org.). **Educação e infância na era da informação**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

MONTEIRO, Regina Maria. **Civilização e cultura: paradigmas da nacionalidade**. Cadernos CEDES, Campinas, v. 20, n. 51, p. 50-65, nov. 2000. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622000000200004>

MONTEIRO, Ana Francisca; OSÓRIO, Antônio Jose. Mediação no uso da Internet por crianças e jovens: contornos do problema. In: Congresso Português de Sociologia, **Anais...**, Lisboa, 2008. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/561.pdf>>. Acesso em: 19 de jan. de 2024.

MOREIRA, Kênia Hilda; GALVÃO, Ana M. O. Impressos estudantis secundaristas como fonte para a História da Educação: potencialidades e desafios no processo de produção de um repertório sobre o Sul de Mato Grosso (Brasil). **Cadernos de História da Educação (online)**, v. 21, p. 1-23, 2022. <https://doi.org/10.14393/che-v21-2022-81>

MOREIRA, Kênia Hilda; GALVÃO, Ana Maria de O. **Impressos que educam - vol. 1**. Coleção Histórias de Leitura. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2021.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **“Leitura crítica da literatura infantil”**. Itinerários, Araraquara/SP, vv. 17-18, pp. 179-187, 2001.

MORTATTI, M. R. L. Na história do ensino da literatura no Brasil: problemas e possibilidades para o século XXI. **Educar em Revista**, p. 23-43, 2014. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.36317>

MOYLES, Janet. R. **Só brincar?** O papel do brincar da educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002.

NASCIMENTO, Patrícia. **Jornalismo em revistas no Brasil: um estudo das construções discursivas em Veja e Manchete**. São Paulo: Annablume, 2012.

OLIVEIRA, Luciano Flávio de. **Giramundo: Representações Culturais, Imaginário Social e Mitologia Brasileira a Partir do Saci-Pererê**. Trabalho de Conclusão do curso de Especialização em História da Cultura e da Arte, FAFICH/UFMG, 2007. Disponível em:<https://ufsj.edu.br/portalrepositorio/File/existenciaearte/Edicoes/4_Edicao/luciano_flavio_de_oliveira_mitologia_final.pdf>. Acesso em: 10 de jan. de 2024.

OLIVEIRA, Emanuelle. **Conceito de infância**. Infoescola. 2021. Disponível em <https://www.infoescola.com/sociologia/conceito-de-infancia/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

PAIXÃO, Fernando. **Momentos do livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 1998.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “Segunda onda”: corpo, prazer e trabalho. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla B. (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PEDRO, Joana Maria (entrevistada). História do feminismo: história, vertentes e objetivos de um movimento. **Leitura Obrigatória**, 6 abr. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5Gw7nxNDXAo8FmdqalXTWl>. Acesso em: 05 de fev. 2024.

PEREIRA, Mateus H. F. A trajetória da Abril Cultural (1968-1982). **Em Questão**. Porto Alegre, v.11, n.2, p.239-258, 2005. Disponível em: <http://revistas.univerciencia.org/index.php/revistaemquestao/article/view/3695/3483>. Acesso em: 05 de fev. de 2024.

PEREIRA, Graciele Perciliana de Carvalho; DEON, Vanessa Aparecida. As concepções de infância e o papel da família e da escola no processo de ensino-aprendizagem. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 5, 8 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/5/as-concepcoes-de-infancia-e-o-papel-da-familia-e-da-escola-no-processo-de-ensino-aprendizagem>. Acesso em: 28 de maio de 2023.

PERROT, Michelle. **Ecos de uma história silenciosa das mulheres**. Bauru: Edusc, 2005. 520 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e Literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho; MACHADO, Maria Clara Tomaz. **História e Literatura: identidades e fronteiras**. Uberlândia. EDUFU, 2005.

PESAVENTO. Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres nos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PRETTO, Nelson de Luca. **Educações, Culturas e Hackers: escritos e reflexões**. Salvador, Bahia: Edufba, 2017. <https://doi.org/10.7476/9788523220198>

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PIORE, Mary (org.); PINSKY, Carla Bessanezi (coord. de texto). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

RAMOS, Flávia Brocchetto.; PANOZZO, Neiva Senaide Petry. Leitura de Capas de Revistas Infantis. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 39, n. 66, p. 271-289, jan./jun. 2014.

Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo>. Acesso em: 13 de fev. de 2023. <https://doi.org/10.17058/signo.v39i66.4856>

RANGEL, Elba Alonso. Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil: problema estrutural para o desenvolvimento nacional. 2011. Trabalho de Conclusão de curso (Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows%20Seven/Downloads/Jovens%20e%20Adultos%20pouco%20escolarizados%20no%20Brasil%20-%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Windows%20Seven/Downloads/Jovens%20e%20Adultos%20pouco%20escolarizados%20no%20Brasil%20-%20(2).pdf). Acesso em: 13 de fev. de 2023.

REIS, Miguel Geraldo Mendes. Alfredo Storni e seu Zé Macaco: a pedagogia da subjetividade moderna nas historietas de O Tico-Tico. 296f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

REVAH, Daniel; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. O Regime Militar Na (Des)Memória da Editora Abril: a Revista Escola e a Difusão da Lei 5.692/71. **Revista História da Educação**, v. 15, n. 33, 2011.

RIPE, Fernanda; AMARAL, Giana Lange do. Educação e condição feminina em um tratado de Alexandre de Gusmão escrito na América Portuguesa no final do século XVII. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 48, n. contínuo, p. E238149, 2022. DOI: 10.1590/S1678-4634202248238149en. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/198855>. Acesso em: 6 fev. 2024. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202248238149por>

ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde; OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos de. Diálogo com a sociologia da infância a partir da psicologia do desenvolvimento. In: MÜLLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida (org.). **Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 59-70.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou, Da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SALES, João Victor Melo. Recreio, Uma Revista Brinquedo. 101f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SANT'ANNA, Thiago F. O Empoderamento Das Mulheres E A Lei Maria Da Pena Como Tecnologia De Gênero: Possibilidades Com Os Estudos Feministas E De Gênero Para O Serviço Social. **Temporalis**, [S. l.], v. 18, n. 35, p. 305–320, 2018. DOI: 10.22422/temporalis.2018v18n35p305-320. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/19652>. Acesso em: 4 mar. 2024. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2018v18n35p305-320>

SANTANA, Marco Antonio de; CAMPOS, Raquel Discini. Entre a Literatura e a História da Educação: uma leitura de Amar, Verbo Intransitivo. **Cadernos De História Da Educação (Online)**, v. 23, p. 1-17, 2024. <https://doi.org/10.14393/che-v23-e2024-08>

SANTOS, Cícero Edinaldo dos. A Invenção Da Família Moderna: Funções, Particularidades e Sentimento de Pertencimento. **Veredas da História**, v. 10, n. 1, p. 259-275, julho, 2017. <https://doi.org/10.9771/rvh.v10i1.47965>

SANTOS, Marta Coelho dos. **Pedagogias multiplicadas no currículo da mídia: um estudo das representações de educação nas revistas brasileiras**, 2008.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma anos 1970. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, nº 2. 2004. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000200003>

SAUCEDO, Gustavo. Miradas de la infancia: el caso de la revista Billiken (1980-2010) in III Congreso Internacional Arte, Ilustración y Cultura Visual en Educación Infantil y Primaria: Tecnologías de la imagen, espacios de experiencia educativa y acontecimientos visuales. **Anais...** Montevideo: 2014. 232 p.

SAUCEDO, Gustavo; COUTINHO, Solange; CAVALCANTI, Virginia; KUMMER, Virgini. Infância e Cultura Visual: Os Referentes Culturais da Revista BILLIKEN. **Revista Triades**, v. 6, n. 2, 10 out. 2017. Disponível em <https://triades.emnuvens.com.br/triades/article/view/86>. Acesso em: 10 de julh. de 2023.

SCALZO, Marília. **O jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Carlos Gabriel Ferreira da. Precisamos Conversar Sobre os Meninos: Um Estudo Cultural Sobre o Gênero Masculino na Revista Recreio. 132f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

SILVA, Márcia Cabral da.; BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. Literatura, leitura e educação (online). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017, 284p. Doi: 10.7476/9788575114971. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/5gg44/epub/silva-9788575114971.epub>. Acesso em: 4 de março de 2024. <https://doi.org/10.7476/9788575114971>

SILVA, Adrielly Cruvinel; BRASÃO, Heber Junio Pereira; SOUSA, Cristina Soares; ABREU, Maria do Carmo. O Folclore Na Literatura Infantil Brasileira: uma comparação entre “O saci”, de Monteiro Lobato e a “Turma do Pererê”, de Ziraldo. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.143-164, 2021.

SILVA, Aline de Fatima Soares e; FIGUEIREDO, Carolina Dantas de. Valente e a construção arquetípica da princesa nas narrativas Disney. XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, **Anais...** Caruaru, 2016.

SILVA, Sabrinne Cordeiro Barbosa da; PATROCLO, Luciana Borges. As revistas ilustradas femininas como fontes de pesquisa na História da Educação: um estudo sobre a publicação infantil “Cirandinha” (1951-1958). **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 10, p. 100007–100028, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n10-355. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/38302>. Acesso em: 6 fev. 2024. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n10-355>

SILVA, Luciana Cunha; SILVA, Katia Gomes. O negro na literatura infantojuvenil brasileira. **Revista Thema**, vol 8, 2011.

SOUZA, Renata Junqueira de. Literatura infantil e primeira infância: políticas e práticas de leitura. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária**, n. 17, p. 43-59, 2016. Disponível em: <http://ken.pucsp.br/fronteiraz/article/view/28941>. Acesso em: 05 de fev. de 2024.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PIORE, Mary TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história: uma introdução teórica metodológica**. Dourados. MS: Ed.UFGD, 2012.

VALDEZ, Diane. **História da infância em Goiás séculos XVIII e XIX**. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

VASCONCELOS, Fátima. Cultura lúdica e infância no cenário da pesquisa. In: VASCONCELOS, Fátima; FREITAS, Glória. (Orgs.) **Cultura lúdica, discurso e identidades na sociedade de consumo**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

VITORELO, Raquel; PELEGRINI, C Christian. Valente: a desconstrução dos estereótipos femininos em uma princesa Disney. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2018. DOI: 10.9771/re.v7i1.21480. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/21480>. Acesso em: 10 jan. 2024. <https://doi.org/10.9771/re.v7i1.21480>

VYGOTSKY, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Traduzido por Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 11. ed. São Paulo: Global, 2003.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. **Literatura infantil brasileira: história & histórias**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1999.